

OLHARES DO ALTO

- ENSAIOS CRÍTICOS -

Pedrinho Guareschi

OLHARES DO ALTO

- ENSAIOS CRÍTICOS -

EDITORA
Evangraf
LTD.A.

Porto Alegre, 2020

© Pedrinho Guareschi - 2020
Todos os direitos reservados no Brasil e no exterior.

Capa:
Glauco Cavalheiro

Produção Gráfica e Impressão:
Evangraf - evangraf@terra.com.br
(51) 3336.2466

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra,
por qualquer meio e para qualquer fim,
sem a autorização prévia do autor.
Obra protegida pela Lei dos Direitos Autorais.

Impresso no Brasil - Printed in Brazil

Agradecimentos

Olhando do alto dessa caminhada de 80 anos não posso deixar de testemunhar minha gratidão a tudo e todos/as que partilharam essa minha peregrinação:

- Ao Pai das Luzes que “ilumina todo ser que vem a este mundo”, que caminha conosco; a seu Filho, “luz da luz”; ao Espírito, Amor e Dom: “graça sobre graça”, mistério inefável.

Àquela que é cheia de graça, perpétuo socorro, Maria de todas as maris, a quem quero sempre amar.

- À Assembléia dos libertados pela Graça, animada hoje por Francisco, surpresa alegre, feliz e esperançosa.

- Às famílias: àquelas ligadas pelo sangue e às ligadas pelo carisma que me impele a gastar os dias pela libertação, que é copiosa junto d’Ele.

- A todos os que me ampararam nas experiências acadêmicas... e peço licença – e desculpas – de mencionar ao menos três: Denise Amon, a artista à procura da eterna perfeição; André Guerra, capaz de intuir criticamente as complexas lides de nossa humana condição; e à Mariane Hartmann, carinho e generosidade pura e solidária.

- Ao Prof. Leite pela gentileza de apresentar essas humildes reflexões.

- E com enorme prazer confesso que sou muito grato a todos os que deram vida e sentido ao Grupo de Leitura que por 33 anos trouxe alegrias e luzes às partilhas prazerosas das terças-feiras, às 14h; tornaram nossas jornadas mais felizes, gostosas e frutuosas.

- Às Agências de Fomento, responsáveis por encaminhar o fruto do trabalho de milhões de pessoas anônimas do povo para que outros/as pudessem revertê-lo em novas formas de riqueza para benefício daqueles/as que as produziram lá na origem.

Que tudo seja bênção, isto é, *coisa bem dita*, no amor e solidariedade humanos.

-

Apresentação

Luiz Osvaldo Leite¹

Memórias é um gênero literário extremamente apreciado. No campo da história, da política ou da literatura é freqüente, embora restrito a aspectos periféricos das vivências dos escritores. No Brasil, originou obras primas como “Minha Formação” de Joaquim Nabuco, “Solo de Clarineta” de Érico Veríssimo, “Memórias” de João Neves da Fontoura e os vários volumes de Pedro Nava, entre outros.

Na área do pensamento filosófico e/ou teológico, este gênero assinala preciosidades de vigorosos pensadores, à frente dos quais arrolamos “As Confissões” de Agostinho de Hipona, seguido de textos imortais como o “Testamento” de Francisco de Assis, a “Autobiografia” de Inácio de Loyola, os escritos de Teresa de Ávila e de Juan de la Cruz e, mais recentemente, a delicada “História de uma Alma” de Teresinha de Jesus. Todos ultrapassam o factual e o cronológico, alcançando dimensões profundas do ser humano.

Pedrinho Guareschi (PG), embora radicado na periferia do mundo, se filia a estes personagens.. Esquece a mesmice do cotidiano e penetra na raiz ontológica das coisas e dos acontecimentos. Deixou-se preceder pelo “Diário” e pela “Busca da

¹ Professor emérito da UFRGS, fundador e primeiro Diretor do Instituto de Psicologia da mesma Universidade. Membro da Academia Riograndense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Grande Síntese” de Balduino Rambo e pelos escritos místicos de João Batista Reus, aqui no Rio Grande do Sul.

Conheço PG há mais ou menos quarenta anos. Mas estes Ensaio revelam aspectos desconhecidos de seu ser e agir. PG sempre prima pela descrição. Mas na obra se revela de inesperadas e inusitadas maneiras, numa confissão existencial, que eu denominaria desvelamento psicanalítico intelectual. A reflexão sobre a sua vocação, no Ensaio VI , é primorosa. Dá coloração espacial à figura de Afonso de Ligório e configuração original, mas sempre dentro de suas concepções, ao termo redentorista, para ele sinônimo de libertador, aquele que redime.

Os apontamentos sobre seus estudos em diferentes instituições espalhadas pelo mundo permitem vislumbrar quão espinhosa tornou-se a tarefa de ser fiel a si mesmo e aos seus valores. O mesmo parece ter acontecido na sua atuação no ensino superior, em cinco universidades. Para mim sempre se constituiu uma incógnita sua presença coerente em locais avessos às mudanças e a preocupação social com a realidade. Neste ponto, sempre invejei sua postura.

Um desempenho marcante gerou destaque nacional e até internacional, provocando uma convocação para trabalhar na importante Academia Alfonsiana, mantida por sua Congregação em Roma.

Como intelectual PG não se detém na análise de autores individuais, o que é usual nos cursos e nas pesquisas acadêmicas atuais, mas tem a coragem de pensar, com originalidade pessoal, de avançar para a sistematização total das concepções, sem temer o contraditório e o crítico, mas, pelo contrário, até o desejando. É o que transparece nos Ensaio I e II.

PG busca, em toda a sua reflexão, as bases filosóficas do ser humano. Nela está presente uma antropologia filosófica. Ele mesmo registra: “Por todas as Universidades por onde estudei, não lembro de um programa de Pós-graduação que não oferecesse uma disciplina, em geral obrigatória, sobre Filosofia da Ciência. Falando com sinceridade, não entendo como alguém se arrisque a cursar uma Pós-graduação sem que tenha uma visão crítica sobre a história do pensamento humano. A filosofia nos perseguiu durante todos esses anos, já que é impossível pensar, pesquisar, produzir, sem que ela esteja de espírito sempre vigilante em sua intrínseca dimensão crítica”.

Pessoalmente, sempre me aliei a PG, lamentando a ausência de uma filosofia como base fundamental dos cursos de ciências humanas.

PG não se fecha hermeticamente no quadrado de uma só visão. Suas teses não são um “huis-clos”, mas dialoga com outras ciências, como filosofia, sociologia, antropologia, ciência política, pedagogia e teologia. E isto só se tornou viável, graças a sua formação interdisciplinar.

Como personalidade ímpar, PG se revela como um ser-em-busca. Jamais se conforma com o ser-aí e o estar-aí. Ele é sempre um ser-para. Irriquieto e insaciável, lembra o *cor meum inquietum est* de Agostinho.

PG é um intelectual social. Seu pensamento parte do social, se alimenta com o social e tende ao social. Jamais se fixa no individual. É a sua concepção de *relação*.

Mas PG é um intelectual social no Brasil e na América Latina. Ouso afirmar que ele é um marco divisório no pensamento da Psicologia Social brasileira. Deve-se historiar a Psicologia

Social no Brasil como sendo antes e depois de PG. Marcou presença em encontros da área no país. Basta recordar a ABRAPSO. Mas não se fixou na oralidade da presença. Partiu para a escrita, com iniciativas irredutíveis, como a Coleção de Psicologia Social da Editora Vozes.

Por essa razão, acertada esteve a Prof. Sílvia Koller ao insistir em sua presença na obra americana sobre Psicologia no Brasil. Ver Ensaio I.

Mas é no pedagogo que vamos encontrar a verdadeira identidade de PG. Ele escreveu: “não é o que ensinamos, o que mostramos, que permanece, mas nossa pessoa, nossos gestos, práticas, numa palavra, as relações que estabelecemos com quem entramos em contato, isto é, nossa pedagogia, nossa didática”. Esta visão explica a profunda ligação de PG com Paulo Freire (PF), como registrado no Ensaio IV. PF é presença permanente no pensamento de PG. Ele subjaz a toda a sua reflexão. “A presença de PF na minha vida foi enorme... PF mudou a minha vida”.

A linda e comovente análise do pensamento de PF no Ensaio IV, publica-se em momento ímpar da realidade brasileira. No caos da educação brasileira são muitos os que criticam PF, sem ter lido uma obra sequer, e eu diria um artigo ou parágrafo seu, numa ignorância malévola e destrutiva. PG tem a coragem e a grandeza de mostrar a dimensão humana e intelectual do mais destacado pedagogo brasileiro.

Em seus Ensaios, PG relata duas experiências, que são a mais fidedigna demonstração de suas teorias. Refiro-me ao Mundo Jovem (Ensaio III) e ao Grupo de Leitura (Ensaio V).

A criação e manutenção do Grupo de Leitura é experiência que se mostrou extremamente exitosa e até original. Grupos de

pesquisa e reflexão são esporádicos e temporais. A permanência destes círculos é paradigmática.

A participação no grupo do jornal-revista “Mundo Jovem, nunca mais saiu de minha mente e de minha vida. Ele foi uma espécie de matrimônio místico, uma experiência gostosa que até hoje dá sentido à minha vida”.

Estas duas realidades são a síntese permanente da pedagogia de PG, uma concretização da espiritualidade freireana.

Concluindo, gostaria de ressaltar que os Ensaios são um momento fértil da vida de Pedrinho Guareschi. Desejamos que não sejam os últimos. São o fim de uma obra, mas não o fim de uma vida: *Finis operis, sed non finis vitae.*

Índice

- Introdução..... 15
- *Relação* na Psicologia Social: Um conceito central para a compreensão do Ser Humano, Grupos e Sociedade..... 21
- A representação é muito mais que uma representação – Uma aproximação ontológica à Teoria das Representações Sociais 61
- O Grupo de Leitura: *o educador/pesquisador é o seu grupo de reflexão* 83
- Paulo Freire, uma espiritualidade: “só entende, quem pratica” 107
- *Mundo Jovem*: uma história de amor 127
- “Você, padre? Crítico como é?” 145
- Apêndice 1 - Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado orientadas 167
- Apêndice 2 - Título e Autores da Coleção Psicologia Social – Editora Vozes..... 175
- Apêndice 3 - Livros e Traduções..... 179



Introdução

Li em algum lugar, acho que em Hannah Arendt, que Sócrates nunca quis deixar nada escrito pois, se entendi bem, seria de algum modo uma obra (fabricação), e não um discurso, fala, que era o específico da *polis*, o discurso público, o que diferencia o ser humano e lhe dá dignidade. Por isso de Sócrates nós só temos o testemunho de sua vida e a tradição oral de suas falas.

Quando pensei em partilhar essas meditações sobre essa jornada que já se prolonga por muitos anos, sempre me vinha esse fato à mente. Confesso que isso de algum modo me reprimia. Se o faço agora é em boa parte por pressão de amigas/os, como podem concluir dos textos, e respondendo a perguntas que muitas vezes me foram feitas e sobre as quais nunca tive oportunidade de dialogar. Tento fazê-lo agora. Mas estou plenamente de acordo com Sócrates, se for verdade o que Platão disse dele, que o mais importante é o testemunho que sobra da vida, as histórias e narrativas, sempre permeadas com algumas lendas e criações que se perpetuam no mundo da oralidade.

Uma coisa, porém, gostaria de confessar, com toda humildade e sinceridade: enquanto posso identificar minhas intenções, no mais profundo delas está o desejo de que talvez essas narrativas possam servir a alguém para crescer em humanidade e a ser mais feliz. Acredito que o mais importante na vida de um ser humano é ser solidário e poder servir a outros. E o serviço, quando é desinteressado e sincero, passa a ser um gesto de amor, o *telos* mais profundo existente em todo ser humano.

Decidi chamar essas reflexões de “ensaios”, pois eles são sempre tentativas, aproximações, nunca são definitivos. O ensaio se caracteriza por ser um texto completo em si, que pode ser lido separadamente, sem relação necessária com os outros textos. O leitor vai perceber que há sobreposição de alguns pontos em vários ensaios, apenas com enfoques diferentes.

Como chamar essas reflexões? Demorei em me decidir sobre um título. Alguns temas são mais acadêmicos, outros carregam conotações mais pessoais e afetivas. Quis recolher algumas lembranças e memórias que até certo ponto me marcaram, mexeram com meu ser, se tornaram importantes nessa minha peregrinação. No fim decidi por esse título, *Olhares do alto*, pois diz em boa parte o que são essas falas: perspectivas de alguém que tentou escaladas, mas que nunca teve muito tempo para olhar para trás. E como as coisas vão se tornando diferentes à medida que miramos de outras alturas. O que eles têm em comum é que são todos vistos duma perspectiva crítica. Esses temas retornavam seguidamente à lembrança e me provocavam. Achei que deveria dizer alguma coisa sobre eles. Aí estão.

O primeiro Ensaio é o principal culpado desse livro; não fosse por ele, não me teria decidido a ir adiante. O título que

consta no artigo é como foi publicado, mas se fosse dar meu título preferido seria *O Mistério da Relação*. Está disponível apenas em inglês e aproveitei para fazer a tradução. Como falo no início do ensaio, foi um convite para que escrevesse, em primeira pessoa, sobre o que, segundo minha avaliação, teria contribuído com algo *novo* no campo da Psicologia Social nos 50 anos de trabalho na academia. Inicialmente fiquei até desconfiado de que fosse mais uma estratégia, muito comum aos centros de ensino dominantes, de se apropriar da produção de outros com o fim de auferir lucro. Pensei que fosse mais uma estratégia de expropriação do saber e da criatividade de outras pessoas. Foi somente depois de muita insistência e certas garantias que aceitei escrever. Confesso que acabei me surpreendendo comigo mesmo, pois à medida que ia relembando e escrevendo, muita coisa foi resuscitando em mim: minhas inquietudes, minhas divergências na academia, minhas insatisfações tanto com as práticas pedagógicas, mas principalmente com determinados enfoques que eram apresentados de maneira acrítica; enfim, foi uma pergunta que me fizeram, muito bem feita, para que fizesse um exame de consciência crítico de minha vida acadêmica. Muito do que escrevo ali nunca tinha partilhado em outros lugares, ao menos do jeito como procurei apresentar. Confirmam vocês.

No Ensaio 2, *A representação é muito mais que uma representação - Uma aproximação ontológica à Teoria das Representações Sociais* - presto contas aos inúmeros colegas e estudantes sobre um tema com o qual estive envolvido na academia desde o início da década de 1990: a Teoria das Representações Sociais (RS). Na América Latina, e principalmente no Brasil, essa teoria se disseminou quase que como um vírus. Acontece que as RS não são um

conceito simples de se entender. E o que acontece, em situações como essas, é que tais teorias se tornam uma espécie de moda, e são poucos os que param para refletir com mais profundidade sobre seu real significado; por isso discuto especificamente sua dimensão *ontológica*. O trabalho demorou em vir à luz, mas em inglês e por isso fiz uma tradução e uma nova introdução, com pequenas modificações para que possa estar à disposição.

O Ensaio 3, *O Grupo de Leitura: o educador/pesquisador é seu grupo de reflexão* é, ao mesmo tempo, uma dívida e uma sugestão. Uma dívida, pois em 1987, portanto há 33 anos, no início da pós-graduação na PUCRS, quando decidi arriscar essa experiência, nunca imaginava o quanto ela iria influenciar minha caminhada. Se não fosse por esse grupo, não sei se suportaria a rotina das instituições de ensino. Foram mais de três décadas marcadas por um encontro semanal com mestrandos, doutorandos e outros que livremente aderiram e me fizeram crescer enormemente. Gostaria de enfatizar dois pontos: primeiro, que grande parte do que consegui produzir na academia deve-se ao trabalho cooperativo com o grupo; segundo, que o pesquisador/educador é, fundamentalmente, se ele prestar bem atenção e for sincero, seu grupo de reflexão. E a sugestão: narro essas experiências, pois acredito que os que quiserem se arriscar por esse caminho não vão se arrepender. Aposto que terão muita satisfação e desafios, além de poder usufruir de muitos saberes/experiências que lhes serão de grande valia.

O Ensaio 4 – *Paulo Freire, uma espiritualidade – ninguém entende se não pratica* – é para mim o mais gratificante. *Gratificante* vem de *graça*, e para mim a experiência e vivência da mensagem de Freire vai muito além do que ele fez, escreveu ou falou: sin-

to-as como um presente, uma *graça*. Não sei se vou conseguir, no texto escrito, comunicar essa minha experiência. Mas Paulo Freire não é para ser lido e estudado. Falo por mim: ele é, em si mesmo, em sua pessoa, em seu estilo, em seu modo de agir, em sua história, uma *mensagem viva*. Ilustrativo é o que aconteceu em 2013 quando dois Brasis se entrechocaram: um que queria acelerar e radicalizar as políticas de inclusão e igualdade; e outro que queria a todo custo impedi-las e caminhar para trás. Ao passo que esse segundo Brasil ganhava força, o primeiro começava a definhir. Essa queda de braço chegou ao seu ápice em 2016, quando finalmente o retrocesso saiu vitorioso e entramos num período de trevas, onde é ainda difícil respirar. Nessas manifestações verde-amarelas que selaram o triste destino do país, apesar de Paulo Freire já não estar conosco há mais de década, ele foi tornado presente e hostilizado com práticas e termos que me recuso a repetir aqui. Mas não era o que ele tinha dito ou escrito que enfurecia seus detratores – a maioria daquelas pessoas certamente nunca o tinha lido. Era sua *pessoa* que os afligia, sua presença continuada, seu projeto vivo que se constitui numa mensagem profética e permanente.

O Ensaio 5, *O Mundo Jovem: uma história de amor*, é uma narrativa que me fez mostrar como o mundo e a sociedade podem ser diferentes. Narra o que pode acontecer quando um grupo de jovens, com um ideal que vai além da rotina e reprodução do que está aí, preso apenas no monetário, mas guiado por um ideal mais profundo, com suas raízes na doação e na *graça*, pode criar e desenvolver modos de vida que chamaria de mais *humanos*. Conto apenas parte da história, episódios que tiveram a ver comigo, mas sua história completa ainda precisa ser narrada por

inteiro, para que possa ser semente de novas ressurreições. Uma experiência que ainda está muito presente em mim e às vezes fico duvidando que ela tenha terminado, muito menos da maneira como aconteceu.

Encerro com o Ensaio 6 – *Você, padre? Crítico como você é?* – que tive muita dificuldade em escrever. Mas sinto que devia uma explicação a tantas pessoas que ao saberem que eu era sacerdote, e religioso, ficavam extremamente surpresas. Mas vejam só: a surpresa deles causava ainda mais surpresa em mim, não entendia sua razão. Nunca tive uma certeza definitiva se essa surpresa era agradável, ou de outro tipo: talvez se revezassem. Mas é sobre essa surpresa que procuro refletir. Sinto o quanto determinados *títulos* definem as pessoas. Nunca pude aceitar que alguém fosse considerado a partir de funções ou adjetivações. Acho que deve ser nosso *agir* e o *estilo* de nosso agir que deva ser nossa mensagem que vai constituir, ao final, nosso próprio ser. Faço um esforço sincero para testemunhar as razões de minhas opções.

Os apêndices e orelhas não são de minha autoria. Foram sugestões para que constassem nessas memórias. Mas vejo um lado bom nisso, principalmente no que diz respeito aos colegas de mestrado e doutorado que comigo trabalharam e fizeram parte do Grupo de Leitura: é um jeito de testemunhar que nunca as/os esqueci.

Paese Guareschi,

Coronel Pilar – RS, Julho de 2020.



Relação na Psicologia Social: Um conceito central para a compreensão do Ser Humano, Grupos e Sociedade

Nota introdutória: Há três anos recebi da Dra. Sílvia Koller um email em que me pedia, com insistência, que, por favor, aceitasse seu pedido de escrever um texto para um livro que tinha por objetivo recolher, de todo o Brasil, algo que se pudesse considerar importante no referente à produção acadêmica em Psicologia. O livro seria publicado em inglês e tornaria conhecido a outros países o que aqui se estava produzindo. De início recusei o convite, mas ela voltou a insistir dizendo que sabia que minha contribuição tinha algo realmente original. Refletindo um pouco mais até concordei com ela, pois, pensando nos enfoques que privilegiava como fundamentação teórica e nas infundáveis discussões e escritos sobre o tema, tenho consciência de que se não eram originais, eram ao menos divergentes, dissidentes, rebeldes, e principalmente críti-

cos. Quem vai avaliar isso são os leitores que se arriscarem a ler o artigo. Gostei também da orientação que foi dada para que escrevesse em primeira pessoa – assim eu teria de assumir o que escrevesse – e qual, no meu parecer, teria sido minha principal contribuição e por quê. Comecei a meditar e, confesso, obriguei-me a refazer, em grande parte, minha peregrinação nesse espinhoso caminho. Admiro-me hoje de nunca ter desistido, apesar de fortemente aconselhado, por diversos professores e, posteriormente, por colegas, a procurar outras áreas, ou freqüentar outros seminários – conto um pouco disso ao falar do início do doutorado. Tenho consciência que incomodei um bocado. Mas principalmente estou convencido que não teria feito essa caminhada se não fosse o auxílio de autores que me apoiaram, principalmente do campo da filosofia. Arrisquei-me na tarefa, pela insistência da Sílvia, ainda mais que tinha sido minha aluna nos alvares de sua trajetória acadêmica. Aproveito também para agradecer à Dra. Denise Amon que já me tinha provocado para que contasse minha “trajetória teórica” e que deve ter guardadas muitas histórias minhas; também me ajudou a traduzir e limpar o que escrevi nesse texto. A tradução é feita a partir do original do artigo publicado em livro¹.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil e-mail: Pedrinho.guareschi@ufrgs.br. Psychology In Brazil – Scientists making a difference. Silvia Koller, editor. PP. 83-104. Springer. ISBN 978-3-030-11335-3 ISBN 978-3-030-11336-0 (eBook). <https://doi.org/10.1007/978-3-030-11336-0>. Library of Congress Control Number: 2019933727

Resumo

É minha convicção que a contribuição mais importante, tanto teórica como empírica, fundamenta-se em reflexões sobre o conceito de “relação” e das práticas que daí se originam. Depois de ter cursado Filosofia, Teologia, Sociologia e Psicologia, continuava insatisfeito com as contribuições oferecidas por essas disciplinas e fui à procura de uma compreensão que poderia me ajudar a entender melhor tanto o Ser Humano como a sociedade. Encontrei-a nas reflexões do filósofo africano Agostinho de Hipona. O ser humano não é nem um “indivíduo” (*indivisum in se sed divisum a quolibet alio*), como proposto por uma visão individualista liberal, nem é *parte de um todo*, como proposto pela uma visão totalitária. Ele é pessoa-relação, entendendo ‘relação’ como *ordo ad aliquid*, isto é, a ordenação intrínseca de algo em direção a outro(s). O Ser Humano, a sociedade, os objetos e a dimensão social são fundamentalmente entendidos como o resultado de suas relações. Encontrei tal percepção em diversos autores que tentam dar conta da complexidade do mundo, mas que nunca a formularam explicitamente. A noção de ‘relação’ como o centro de minha compreensão ontológica, epistemológica, ética e estética de diferentes disciplinas foi fecundo para minhas tentativas de compreender em maior profundidade os fenômenos sociais.

Introdução

Ao iniciar minha vida acadêmica, fiz a Faculdade de Filosofia, Comunicação, Sociologia e Psicologia. Mas deve confessar que não estava satisfeito com os enfoques desses cursos. Nenhum deles me possibilitava uma compreensão mais comple-

ta, ou mais convincente, do Ser Humano, das comunidades e da sociedade a partir da experiência que tinha dessas realidades nas práticas cotidianas. Mesmo lecionando em tempo integral nunca abandonei um comprometimento solidário com os movimentos populares, moradores de periferias, camponeses sem terra, e outros temas referentes a injustiças raciais ou de gênero.

Ao ser praticamente forçado a deixar o país (Brasil), em 1971, devido a perseguições políticas durante a ditadura que começara em 1964, tive a oportunidade de aprofundar minha investigação durante o mestrado (Maquette University, USA, 1972), e posteriormente no doutorado (University of Wisconsin at Madison, 1977-1980). Foi a essa altura que me concentrei na área da Psicologia Social, tentando investigar um espaço colocado *entre* o social e o psicológico², tentando dar conta da estrutura, da formação, da dinâmica, das mudanças, o dar e o receber e o desempenho de tudo o que se coloca no espaço tanto subjetivo, como objetivo entre a singularidade do ser humano e a consistência do social. Minha intuição era que ninguém pode compreender em profundidade examinando, por exemplo, apenas a dimensão social, ou entender o social como algo concreto, material, como uma *chose* (coisa), como supunham e expressavam a maioria dos sociólogos; ou, ao contrário, assumindo o social como algo individual, singular, isolado, como mostrado em muitos escritos psicológicos e clínicos.

Revisitando diversos filósofos, psicólogos sociais e sociólogos, e refletindo sobre os pressupostos filosóficos da maioria

2 Quarenta anos depois estou encontrando essa expressão já consagrada em livros de Psicologia Social, como o de Jovchelovitch (2007): “espaços de mediação que se encontram entre (*inbetween*) o intersubjetivo e o interobjetivo”.

das teorias existentes nessa área, defrontei-me com um conceito que, no meu entendimento, poderia me ajudar a explicar, até certo ponto, essa suposta dicotomia entre o social como uma coisa, e o social como algo absoluto e isolado. Estou me referindo ao conceito de *relação*.

Avançando dentro de minhas reflexões e investigações, e desafiado por discussões com colegas, fiquei surpreso, e ao mesmo tempo feliz, com a utilidade desse conceito para investigações empíricas. Foi dentro do campo da Psicologia Social que encontrei as possibilidades de desenvolver, tanto teórica como empiricamente, novos enfoques diante de diversos campos de investigação fazendo uso do conceito de relação. Para dar conta dessa peregrinação, estruturei esse artigo caminhando pelos seguintes passos inter-relacionados:

1. Uma discussão do conceito de relação.
2. Um entendimento do social, da Ética, dos grupos e da sociedade no marco de referência do conceito de relação.
3. Uma avaliação da interconexão entre o conceito de relação e a dicotomia teoria versus prática/*praxis*.
4. Uma aproximação a áreas de investigação inspiradas no conceito de relação: ideologia e comunicação.

Uma discussão sobre o conceito de relação

Relação é uma palavra comumente empregada na conversação cotidiana. À semelhança de vários outros termos, muito raramente paramos para questionar seu significado mais aprofundado. O que percebi em mais de 40 anos de vida acadêmica é que poucas pessoas chegam de fato ao entendimento mais crí-

tico do conceito. Quando filósofos tentaram defini-lo, a melhor maneira encontrada para explicar seu possível significado foi dizer, com termos emprestados do latim, que relação seria *ordo ad aliquid*. É importante enfatizar aqui um primeiro ponto crucial. Na maioria das vezes ao encontrarmos na literatura o termo relação, ele não se apresenta isolado. Comumente ele se refere a situações, comportamentos e processos, como em relações de produção, relações de amizade, relações de amor. Somos levados a fixar nossa atenção aos termos aos quais a palavra relação está ligada e não ao significado de relação como tal. O ponto ao qual pretendo chamar a atenção aqui é especificamente ao termo relação em si mesmo. Minha intenção é refletir no significado de relação e especificar o que acontece quando o consideramos isoladamente.

Um dos mais importantes filósofos que trouxe à luz essa discussão e refletiu em profundidade sobre ele foi o bispo africano Agostinho de Hipona (354-430). Seu objetivo era justificar a crença dos cristãos de que três “entidades” – seres vivos nesse caso – poderiam constituir uma única “realidade”. O ponto em questão era o seguinte: é possível justificar o entendimento do que os cristãos chamam “a Trindade,” três “entidades” em uma, e mostrar que tal afirmação não seria um absurdo? Ele argumentava que isso é possível se fizermos uso do conceito de relação: se essas três entidades presentes nessa única realidade fossem tomadas como relações, seria possível argumentar que três entidades podem se constituir numa única realidade. Agostinho chamou a essa entidade *pessoa*, e por pessoa ele entendia relação. Pessoas são relações. Nesse caso – a Trindade – as pessoas são puras relações: elas se imiscuem formando uma única

realidade através da comunhão: três pessoas (relações) em uma única realidade são o que ele chamou Amor. Agostinho (Augustinus, 1968, L. IX, n. 2) expressa essa “realidade” nos seguintes termos: “Quando eu, que faço essa pergunta, amo qualquer coisa, encontro três coisas: eu mesmo, o que eu amo, e o próprio amor. Porque eu não amo o amor se não amo o que ama: pois não há amor quando nada é amado. Há, então, três elementos: o que ama, o que é amado, e o amor.”³ Para Agostinho, quando essas três entidades são puras relações, elas se fundem junto formando uma única realidade.

Retomemos a noção de relação: *ordo ad aliquid*. Um ponto central nessa questão é compreender o que *ordo*, ordenação, significa. O conceito alude a uma discussão universal e se refere “à questão essencial de toda a metafísica: a relação entre o um e o múltiplo,” como coloca Oliveira e Silva (2007, p.15). Essa é a questão que permeia não apenas a Filosofia, mas todas as outras ciências. No que me diz respeito, esse é o conceito que inspirou, e ainda inspira, todas minhas investigações e interpretações dos fenômenos. Podemos afirmar que relação é algo que necessariamente implica um “outro”, ou “outros”. É precisamente a isso que os filósofos se referem quando definem relação como “*ordo ad aliquid*”: um direcionamento intrínseco, a orientação intrínseca de uma realidade em direção a outro(s); em outras palavras, algo somente pode ser o que é, se ele carrega, se ele comporta dentro de si um “outro”. Não necessariamente seu ser inteiro deve estar orientado em direção a outro. Como veremos adiante,

3 No original: *Ecce ego qui hoc quaero, cum aliquid amo tria sunt: ego, et quod amo, et ipse amor. Non enim amo amorem, nisi amantem amem: nam non est amor, ubi nihil amatur. Tria ergo sunt: amans, et quod amatur, et amor* (Augustinus 1968, L. IX, n. 2).

quando discutirmos o que seja um grupo, são essas dimensões pessoais (de muitos) *direcionadas* em direção a outro(s) o que constitui um grupo. Como veremos adiante nesse texto, o conceito de grupo implica a noção de dimensões pessoais de muitos orientadas em direção a outro(s). Um grupo é, por conseguinte, a soma de todas suas relações. Relação não pode ser entendida como algo que se dá entre apenas duas partes. Em vez disso, ela deve ser entendida em seu sentido filosófico, o direcionamento intrínseco de um ser em direção a outro(s). Um termo melhor para expressar essa realidade é *relacional*, bem diferente de *relativo*: relativo é um termo geralmente empregado para designar o oposto de absoluto, de uma totalidade. Relacional refere-se a uma realidade totalmente diversa, como iremos ver ao discutir o conceito de pessoa como relação, que é bem diverso do conceito de ser humano como indivíduo. Um indivíduo pode se relacionar com outros sem que haja nele algo *intrínseco* que necessite outros, como no conceito de pessoa como relação. Apesar de estar no singular, relacional implica outro(s) em sua ontologia.

Ajuda a entender essa discussão pensar, por exemplo, numa mulher, Maria, ou num homem, João. Se dissermos, contudo, que Maria é mãe, ou que João é, somente podemos considerar Maria como mãe, ou João como pai, quando eles tiverem um filho/a e um companheiro/a que sejam pai ou mãe. Esse é precisamente o ponto: mãe ou pai são termos relacionais. Eles sozinhos não podem ser pai, ou mãe: para serem pai, ou mãe, precisam de “outro(s)”. Alguém poderia questionar: mas não são eles seres singulares? Sim, pode-se responder, mas como mãe, ou pai, eles são um, singulares, mas ao mesmo tempo eles necessitam de “outro”, sem negar sua unicidade, sua singula-

ridade. Uma pessoa=relação é uma, e implica necessariamente também “outro(s)”. Como Agostinho (Augustinus 1968, L.V, n. 17) escreve, “alguém é chamado senhor apenas quando possui um servo”. Há uma necessidade intrínseca de “outro” para completar o um. Isso nos leva à discussão sobre a maneira como eu entendo outros conceitos, como o ser humano, a Ética, os grupos e a sociedade.

Uma compreensão do Ser Humano, do Social, da Ética, dos Grupos e da Sociedade a partir do Referencial do Conceito de Relação.

Aceita-se como algo pacífico que todas nossas teorias e atos implicam alguns pressupostos que, necessariamente, subjazem silenciosamente a eles. E tais pressupostos jamais são questionados. Um de meus propósitos em minhas reflexões e investigações foi sempre jogar mais luz sobre essas dimensões subjacentes. Costumo ressaltar que ao menos quatro deles, intrinsecamente relacionados, são fáceis de serem identificados em nossas afirmações teóricas. Um deles é uma concepção de ser humano. Ela está sempre presente e a maior parte das vezes não a trazemos à luz. Um segundo é uma dimensão ética, as crenças e valores que procuram dar conta do que costumamos chamar de Ética. Um terceiro pressuposto é o que entendemos que seja o social (meu ponto central no presente artigo), algo que está implícito nos grupos, na comunidade e na sociedade. Finalmente, uma realidade que só bem mais tarde começou a chamar minha atenção, mas que se esconde por detrás de nosso pensar e agir, que

se poderia chamar da dimensão da prática/*práxis*⁴, que dê conta da inteira dinâmica do mundo social. Essas quatro dimensões interrelacionadas constituem o que costumamos designar pelo termo cosmovisão (uma visão de mundo), ou weltanschauung. Num livro que intitulei *Psicologia Social Crítica* (Guareschi, 2003), procurei construir uma síntese de minha aproximação ao campo do mundo social e comparei três cosmovisões centrais, identificando suas dimensões e discernindo as limitações e ideologias (um conceito que discutirei posteriormente). O que é novo, e essa a razão de trazer esse ponto à discussão, é o fato de que o conceito-chave para analisar e comparar essas cosmovisões é o conceito de relação. Nos itens que seguem vou discutir três cosmovisões que julgo centrais na contemporaneidade, analisando-as e discernindo-as a partir do conceito de relação.

Tabela 1: COSMOVISÕES

Cosmovisões Dimensões	Individualista - Liberal	Comunitário - Solidária	Totalitário - Coletivista
Visões de ser humano	Indivíduo	Pessoa = Relação	“Peça da Máquina”
Filosofias Valores	Liberalismo (Psicologismo)	Personalismo Solidarismo	Totalitarismo (Sociologismo)
Movimentos Históricos	Capitalismo Liberal	“Comunidade”	Fascismo Nazismo Segurança Nacional
Comportamentos Relações	Individualismo Competitividade	Solidariedade Partilha	Massificação Anonimato Burocracia

⁴ *Praxis*, como é aqui assumida, é explicada no item 3, quando discuto o que significa ação.

Diferentes Maneiras de Compreender o Ser Humano

O emprego do conceito de relação ajudou-me a refletir e posicionar-me diante da necessidade imperativa para todos os estudiosos que querem adentrar a misteriosa área das ciências humanas de responder à pergunta que perpassa a história do pensamento humano: quem é o Ser Humano? A leitura de Israel (1972, p.123-211) sobre os requisitos presentes nas Ciências Sociais e seus pressupostos metafísicos ajudou-me muito a aprofundar essas reflexões. .

Uma análise cuidadosa das forças dominantes presentes na contemporaneidade pode nos ajudar a identificar ao menos três principais cosmovisões subjacentes a esses movimentos globais. E cada um deles carrega implícita uma concepção específica do que seja o ser humano. Poderíamos denominar a essas cosmovisões de: individualista/liberal, totalitário/coletivista e comunitário/social.

A cosmovisão individualista/liberal mostra-se na contemporaneidade como hegemônica e perpassa todas as dimensões da sociedade. O conceito de ser humano pressuposto por esta visão de mundo é que ele é um indivíduo. Um esclarecimento faz-se aqui crucial. Como constatado e assumido pela filosofia liberal, o ser humano é definido como um indivíduo. Esse conceito é imediatamente referido ao pressuposto filosófico do liberalismo. Ele se tornou central na era moderna com a consagração do *cogito* cartesiano, onde o indivíduo se torna o ponto-chave de referência para todas as outras realidades.

Procuremos chegar aos pressupostos filosóficos desse conceito. Falando ontologicamente, ele difere frontalmente de outras concepções que irei discutir a seguir. Indivíduo, como entendido na filosofia, significa um ser indiviso, inseparável em si mesmo - *indivisum in se* - isto é, algo que é um, único; mas não apenas isso: ele é também, *divisum a quolibet alio*, isto é, dissociado de qualquer outra coisa; em outros termos, algo que não tem nada a ver com outros, algo isolado de tudo o mais. Essa visão do ser humano tem suas raízes na Renascença, mas ele se desenvolveu e se firmou a partir da Revolução Francesa. A ênfase em considerar o ser humano como *divisum a quolibet alio* emergiu em oposição à absorção do mesmo indivíduo pelo social, a matriz essencialmente comunitária do *ancien regime*. Foi esse individualismo que serviu como inspiração à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789. Essa filosofia se legitimou e se cristalizou durante a Revolução Industrial e com o surgimento e estabelecimento do Modo Capitalista de Produção. Jeremy Bentham, um dos principais filósofos liberais, afirmava que o ser humano é profundamente egoísta e procura sempre maximizar seus lucros e minimizar as perdas. A vida humana consiste numa luta para garantir os próprios interesses e o máximo de proveito possível. Tudo o resto é poesia. Nesse sentido a procura pelo bem comum consiste em procurar o maior lucro possível, a qualquer preço, pois o bem comum não é nada mais que a soma dos bens particulares. Aumentar o próprio patrimônio é o modo pelo qual o indivíduo contribui para o bem comum.

No lado oposto, a partir de uma visão coletivista, ou totalitária, podemos descobrir um conceito de ser humano no qual

ele não é mais que uma “parte do todo”, “uma peça na engrenagem da máquina do Estado” (João Paulo 1991, n. 25). O ser humano torna-se dispensável; o que realmente interessa é a instituição, o sistema, ou o partido político. O pressuposto filosófico dessa concepção considera o ser humano como uma espécie de instrumento dentro de uma totalidade; essa totalidade é o que realmente interessa. Essa concepção açambarca a singularidade e a subjetividade do ser humano como pessoa, como veremos a seguir.

Podemos identificar um terceiro entendimento do ser humano que gostaria de trazer à consideração: o ser humano como relação. Para dar conta desse conceito, um novo termo foi criado, começando com Agostinho de Hipona (L. VII, n. 1-10). Para ele, pessoa é relação. Pessoa é, então, diferente de indivíduo. Como visto acima, indivíduo é um, singular, mas absoluto, *indivisum in se*, sem nenhuma relação com outro(s), *divisum a quolibet alio*. Pessoa, no entanto, é também singular mas, como o conceito de relação implica, ele implica necessariamente um outro. A partir do conceito de relação como sendo *ordo ad aliquid*, podemos além disso mostrar que aquilo que nos constitui são as relações. Isso não impede, contudo, que permaneçamos singulares, únicos, pois ao construir nossa subjetividade – a soma total de nossas relações – podemos sempre selecionar diferentes aspectos e diferentes dimensões das inúmeras relações que estabelecemos a cada momento de nossa existência.

Agostinho, após elaborar esse conceito e ao mostrar que não é um absurdo que três constituam uma unidade se considerarmos essas três entidades como puras relações, leva essa argumentação adiante afirmando que é a partir desse entendimento

que podemos compreender a também a condição, o estatuto dos humanos. A finalidade do ser humano é fazer comunhão com outros, formando grupos e comunidades que buscam um tipo de existência na qual as pessoas se esforcem e procurem uma existência em que, o mais possível, possam se tornar puras relações, numa comunhão que ele chama amor.

Não estou só na discussão dessa perspectiva. Zúñiga (1994:9) afirma: “Ser relação, afirmarmo-nos como relações sociais, não é um detalhe, um “acidente”, como disse Aristóteles; isso constitui a essência do humano, como disse Tomás de Aquino, e como repetiu Karl Marx e Martin Heidegger. No mundo do humano, *o especificamente humano são as relações*, a capacidade de ser sempre *ser-em-sociedade*, que torna possível a característica da pessoa de ser, especificamente, não estar limitado por sua “individualidade”, por seu “fechamento em si mesmo”, mas de estar aberto em sua “personalidade”, sua capacidade de se relacionar. *Individualidade significa fechamento; pessoa significa abertura, relação*” [ênfases no original].

Alguém poderia se surpreender, mas essa é a leitura que arrisco fazer ao interpretar a afirmação de Karl Marx em sua VI tese sobre Feuerbach. Joachim Israel (1972), seguindo o mesmo caminho, nos brinda com uma discussão filosófica sobre a concepção de ser humano que ele chama de *um ser humano relacional*. Ela me ajudou a esclarecer ainda mais esse ponto. O que ele apresenta sobre a concepção de Marx aproxima-se muito da concepção de pessoa = relação de Agostinho:

“Para ilustrar o modelo relacional vamos começar com a definição de Homem de Marx na sexta de suas teses sobre Feuerbach. Lá ela afirma: ‘A essência do Homem não é uma

abstração inerente em cada indivíduo particular. A natureza verdadeira do Homem é a totalidade das relações sociais” (Marx 1964, p.58). Deve-se observar que Marx não afirma que a natureza do Homem é consequência de suas relações sociais, mas que a natureza do Homem é a totalidade das relações sociais. ... A natureza do Homem equivale a essas relações: ele não é um objeto moldado e influenciado pelas relações sociais que ele estabelece, mas ele é em relação a outros homens, com quem ele interage” (Israel 1972, p.127-128) [ênfases no original].

Poderia continuar trazendo outras citações, principalmente de teólogos/as (La Cugna, 1993; Zizioulas, 1985) que nos poderiam ajudar a legitimar essa visão e compreensão do que gosto de chamar de o mistério do ser humano. Como vou tentar discutir ao final, minha experiência me mostra que existe uma estreita comunhão entre o que uma pessoa pensa e o que ele/ela faz. É a *maneira* como uma pessoa age, sua prática/práxis que revela o entendimento de uma pessoa sobre essas realidades. Em oposição a isso, alguém pode falar e fazer afirmações sobre essas realidades sem colocá-las em prática. É a isso que costumo chamar de alienação.

Diferentes modos de Entender Ética à Luz do Conceito de Relação

Uma segunda utilidade que encontrei empregando o conceito de relação é um novo entendimento do que deva ser Ética. Com base no conceito de relação, como discutido acima, podemos distinguir nitidamente entre diferentes compreensões de Ética. Examinando a Tabela 1, podemos perceber que coerentemente com a concepção que alguém possui de ser humano, ele irá consequentemente aceitar e defender uma concepção específica de

Ética. Desse modo, três diferentes sentidos podem ser identificados:

Uma Ética individualística, ou burguesa: em tal tipo de Ética o próprio indivíduo decide o que é ético, ou não; ele é o único juiz da eticidade das ações humanas.

Do lado oposto, há uma Ética totalitária, ou coletivística: nesse caso, o que é ético ou não ético depende do que é bom ou mau para o grupo, a comunidade, o sistema, a instituição.

Agora, tendo em mente o conceito de relação, podemos falar de uma Ética relacional, onde Ética é sempre uma relação. O único substantivo ao qual se pode aplicar o adjetivo “ético”, seria o substantivo “relação.” Consequentemente, alguém sozinho nunca poderia ser capaz de decidir por si só se ele é ético ou não. Ser ou não ser ético vai depender essencialmente de outro(s). Esse enfoque relacional traz, então, um entendimento completamente diferente do que Ética deva ser.

As implicações de tal compreensão se mostram claras de imediato. Por exemplo, um homem não pode avaliar sozinho a dimensão ética de seu comportamento com respeito a uma mulher. A Ética resultará de um diálogo no qual ambos se engajam, em igualdade de posição, e onde ambos tenham os mesmos direitos de falar e argumentar. Do mesmo modo, alguém não pode julgar a partir dele mesmo se ele é, ou não, racista. Ao contrário, ele deve perguntar a outras pessoas – melhor se forem mulheres ou homens negros – sobre suas ações. Essas são as implicações de assumir Ética como uma relação. O próprio Aristóteles já afirmava que “ética é justiça” (Pegoraro 1995). Justiça é sempre uma relação. Do mesmo modo, Ética como uma relação não pode ser decidida por uma parte apenas. Ela é estabelecida

através de um diálogo entre pessoas em igualdade de posição e com direitos iguais (Dos Anjos 1994).

Nos últimos 20 anos, interessei-me, dentro da área da comunicação, e continuei a refletir sobre o que se costuma chamar de Ética do Discurso. Os pensadores principais desse campo são Karl-Oto Apel (2000), Jürgen Habermas (1984) na Europa, e na América Latina Enrique Dussel (1977), Javier Herrero (2000) e Paulo Freire (1973), entre outros. Arrisco afirmar que a percepção fundamental desses autores tem a ver com o que estou tentando enfatizar aqui: que ética é sempre *relacional*. A Ética emerge dum diálogo entre pessoas em igualdade de posições, que possuem as mesmas oportunidades de manifestar suas idéias e argumentos. Discuti essa questão num livro recente (Guareschi 2013, cap. 4), procurando mostrar como um novo entendimento de comunicação (que chamei de “re-fundação” do conceito de comunicação) nos conduz a uma nova fundamentação da Ética, uma Ética do Discurso, que nos leva além dos tradicionais enfoques naturalistas ou legalistas. A questão de fundo da argumentação reside no fato de que tendo em mente o conceito de relação, um novo fundamento para a Ética pode ser estabelecido quando o processo de comunicação (discurso) está baseado em pressupostos de igualdade de possibilidades e de direitos no ato de falar e argumentar.

O Social, Grupos, Comunidade e Sociedade à Luz do Conceito de Relação.

Uma terceira vantagem, para mim, certamente, a mais importante no contexto da reflexão que estamos desenvolvendo, em defesa da qual continuo terçando armas e que se constitui

em algo inovador, enquanto consigo entrever, é o enorme valor de empregar o conceito de relação para melhor compreender e investigar o que é mesmo o social, um grupo, uma comunidade e uma sociedade, uma discussão que pretendo estabelecer agora.

O que constitui o Social?

Devo confessar que sempre estive, e ainda continuo, insatisfeito, e ao mesmo tempo incapaz de aceitar a distinção entre Sociologia e Psicologia, essas duas assim denominadas áreas centrais das Ciências Sociais. Após ter cursado a ambas, e durante o Mestrado na Marquette University (UM) e em seguida no doutorado na University of Wisconsin at Madison (UWM), encontrei tempo e recursos acadêmicos para me consagrar mais profundamente a essas questões. Não podemos imaginar uma sociedade sem seres humanos, como também não podemos pensar num ser humano isolado dum contexto social. Essa preocupação me perseguia e procurei uma maneira de superar essa dicotomia. Uma vez mais, prosseguindo no raciocínio que estou aqui desenvolvendo, foi o conceito de relação que me ajudou não talvez a explicar totalmente, mas ao menos a vislumbrar e assim demonstrar que haveria um caminho de poder dar conta dessa aparente dicotomia.

Essa discussão sobre a real natureza do social estava presente em minhas inquietações desde o início de minhas experiências acadêmicas. Sempre se constituiu num dos mais importantes desafios. Nós empregamos o termo social em muitas ocasiões e circunstâncias diferentes. Quando alguém o traz à discussão e começa a questioná-lo, irá descobrir com surpresa que ele carrega consigo diferentes sentidos, alguns deles quase que opostos entre si. Poucos estudantes e mesmo poucos pensa-

dores da área das Ciências Sociais tiveram a coragem de enfrentar esse desafio, examinando em profundidade e discernindo entre esses diferentes entendimentos do social. O resultado disso é que se alguém não possui uma compreensão esclarecida do que ele está entendendo por social, o diálogo entre as discussões e artigos permanece um diálogo de surdos.

Cheguei à compreensão do que *social* poderia significar após muita investigação e discussões. No início, lendo Durkheim, me entusiasmei com sua “descoberta” do social. Começando por sua etimologia, do Latim, *socius*, que significa colega, companheiro, ou camarada, ele carrega a idéia de outro, ou outros. Se alguém chama algo de social, torna-se claro que há ali mais coisas, e que ele – o social – é mais que a soma de suas partes. Essa foi a intuição dos primeiros sociólogos. Para muitos deles – ao menos era isso que escutava dos professores ao estudar sociologia – o social era uma *chose*, uma coisa. Mas ao mesmo tempo o social não subsistia sozinho. Ele é, de fato, algo concreto mesmo que não o possamos tocar. Ele nos constrange, força-nos a agir de diferentes modos. Ele é uma criação de alguém. Então, como ele apareceu? O que comumente se diz é que do mesmo modo que o corpo humano, como um todo, é algo diferente da soma de suas partes, o todo social constitui uma entidade que possui uma realidade *sui generis*. Moscovici (1993, p. 110) comenta que alguém não pode “permanecer suspenso entre o Charybdis da psicologia e o Scylla da sociologia.” Mas é também interessante ler o que ele, como um sociólogo, fala sobre seus colegas: “a sociologia nunca cortou o cordão umbilical que a liga à psicologia.” Mais tarde, lendo Durkheim nos textos originais, comecei a suspeitar que a versão dos primeiros sociólogos não era exatamente

como a que nos tinha sido transmitida. Por exemplo, vejamos essa passagem de Durkheim (1982, p.129):

Além do mais, essas consciências devem ser associadas e combinadas, mas combinadas de determinada maneira. É dessa combinação que a vida social se origina e, consequentemente, é essa combinação que a explica. Ao agregar conjuntamente, ao interpenetrar, fundindo em conjunto, indivíduos, dão origem a uma entidade, psíquica se quisermos, mas uma entidade que constitui uma individualidade psíquica de um novo tipo. Por conseguinte, é na natureza dessa individualidade, e não na de seus elementos componentes que devemos buscar as causas próximas e determinantes dos fatos nela produzidos. O grupo pensa, sente e age de uma maneira totalmente diferente da maneira como seus membros iriam proceder caso estivessem isolados. Se, pois, começarmos estudando esses membros separadamente, não iremos entender nada sobre o que se passa no grupo. Numa palavra, existe entre psicologia e sociologia a mesma ruptura de continuidade como a que existe entre biologia e as ciências físicas e químicas.

Seguindo esse caminho, fiquei mais tranqüilo lendo citações de Freud onde ele afirma que não existe uma psicologia pura:

O contraste entre psicologia individual e social, ou psicologia grupal, que à primeira vista pode parecer estar plena de significação, perde grande parte de sua nitidez quando ela é examinada com mais proximidade ... Na vida mental do indivíduo alguém mais é examinado, como um modelo, como um objeto, como um ajudante, como um opositor: e desse modo desde seu preciso início a psicologia individual, em amplo, mas inteiramente justificado sentido dos termos, ela é mesmo tempo psicologia social do mesmo modo.”

Chegamos agora à contrapartida dessa suposta dicotomia. Ao escolher um programa de estudo na Pós-Graduação, na Marquette University e na University of Wisconsin at Madison, matriculei-me no Programa de Psicologia Social. Qual minha surpresa ao verificar que existiam dois Programas de Psicologia Social: um no departamento de Sociologia e outro no de Psicologia. Comecei a me dar conta de que o dilema não era apenas meu. E continuei a investigar uma possível solução e me matriculei na disciplina de Psicologia Social em ambos os programas. Minha surpresa cresceu mais ainda ao descobrir que em ambas as disciplinas essa questão não discutida e a noção de social em ambos os programas era fundamentalmente individualística, uma característica de um ser humano assumido como um indivíduo, como vimos acima. Vejamos, como exemplo, à seguinte citação de um dos “pais” da Psicologia Social americana, Allport (1924), em seu clássico *Handbook of Social Psychology*, sempre listado como leitura obrigatória nos cursos de pós-graduação:

Não há psicologia de grupos que não seja essencialmente e inteiramente uma psicologia de indivíduos. A Psicologia Social não pode ser colocada como contra-distinção à psicologia dos indivíduos: *ela é uma parte da psicologia do indivíduo, cujo comportamento ela estuda em relação àquele setor de seu ambiente compreendido por seus companheiros...* A Psicologia em todos seus ramos é uma ciência do indivíduo (Allport 1924, p.4) [ênfases no original].

Comecei a entender essa *weltanschauung* na década de 1990, quando encontrei o agora clássico livro de Robert Farr, na London School of Economics and Political Science (LSE), e o convidei para discutir essa curiosa situação na Pontifícia Univer-

sidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Àquela época ele estava também se defrontando com esse problema e terminando seu único livro, escrito após 25 de pesquisa sobre esse tópico, *The Roots of Modern Social Psychology* (Farr 1996). Interessante perceber que uma de suas principais preocupações era discutir e recuperar as reflexões dum filósofo americano, George Herbert Mead (1932), e seu conceito de *self*. Examinando com atenção esse conceito, encontrei nele muito do que estava entendendo por pessoa=relação. Um ser humano é ininteligível fora de suas relações ele é uma síntese entre mente e sociedade, constituído através da linguagem, uma realidade autenticamente social.

Nessa peregrinação encontrei-me com o livro de Israel e Tajfel (1972), em que encontrei algumas pistas relacionadas a esse tema. O primeiro capítulo do livro é escrito por Serge Moscovici, *Society and Theory in Social Psychology*, em que ele discute diferentes enfoques ligados a essa área. O que me chocou e chamou minha atenção foi o item 4, onde ele pergunta: *O que é “social” em Psicologia Social?* (Moscovici, 1972, p. 54). Ele apresenta ali seu conhecido esquema, tentando superar os modelos opostos de Psicologia Social, um enfatizando o objeto (modelo taxonômico) e o outro enfatizando o sujeito (modelo diferencial). Ele apresenta um novo modelo. Com suas palavras: “A relação entre o Ego e o Objeto é mediado pela intervenção de outro sujeito; essa relação se torna uma complexa relação triangular, em que cada um dos termos é totalmente determinado pelos outros dois” (p. 52).

Esse achado foi para mim um passo à frente. Apesar da expressão “totalmente determinado pelos outros dois,” esse pressuposto é ainda a presença de outros. Perguntava a mim mesmo:

seria possível juntar esses dois, ou mais, em apenas um? Haveria outra maneira de entender o social? O social é criado a partir da conversação e negociação de pessoas, ele possui autores, criadores, mesmo que não possa identificá-los; e ele não pode se tornar real, isto é, tornar-se social, fora desse processo. Mas ele não é, apesar de tudo, um social reificado, uma entidade cristalizada.

Posteriormente, na década de 1990, aprofundando-me no pensamento de Moscovici encontrei novas iluminações que me ajudaram a esclarecer, até certo ponto, essa dilema. Comecei tentando compreender e aplicar em minha pesquisa seu conceito de *Representações Sociais* (RS). Na noção de RS o aspecto subjetivo – eu o designaria de maneira melhor psíquico – está sempre presente. Ele afirma claramente em um de seus livros mais importantes, *A Invenção da Sociedade*⁵, que escrevera esse livro, como ele sublinha, tentando basicamente dar conta dessa dicotomia. Na *Introdução – O Problema*, escreve que a razão principal de ter escrito o livro era recuperar a dimensão psíquica que a Sociologia supostamente tinha perdido. Critica fortemente os que afirmam que os problemas sociais só podem ser explicados por causas sociais, onde o social impera na ausência da dimensão psíquica.

Para compreender com mais profundidade o que Moscovi-

5 O livro foi inicialmente publicado na França com o título *La Machine a faire dieux* – Paris, Fayard, 1988. A tradução para o inglês feita por W. D. Halls (1993), possui um novo título, *The Invention of Society* – que é o da tradução para o português: *A Invenção da Sociedade*. Moscovici disse-me pessoalmente que esse título foi uma sugestão um tanto insistente dos donos da *Polity Press*, John B. Thompson e Anthony Giddens. Mas para mim o que foi sugestivo no título inglês foi o sub-título, acrescentado pelos editores, que traz o dilema que estou querendo discutir: *Explicações Psicológicas para Fenômenos Sociais*.

ci quer discutir em sua publicação de mais de 500 páginas devemos ler com atenção sua *Introdução*. Primeiramente necessitamos examinar com clareza o que ele entende por psíquico. Para ele, o psíquico não se opõe ao social. Na linguagem cotidiana, e mesmo nos pressupostos de grande parte das teorias, psíquico está relacionado com subjetividade, e o social se relaciona com objetividade (o real, concreto). Ele quer, contudo, deixar claro que existe também um psíquico que é social e nesse sentido ele é também objetivo – real, concreto, um fenômeno, mesmo que não seja tangível. Essa é precisamente a novidade, a inovação trazida pelo conceito de RS, como discuto mais profundamente e em detalhe num trabalho recente (Guareschi 2017). O que ele critica é a redução do social como sendo a única realidade objetiva, como a maior parte dos sociólogos parece supor. Quer mostrar que os grandes sociólogos não podem ser plenamente entendidos sem levarmos em consideração uma dimensão psíquica. É o que ele faz em seu livro analisando Durkheim quando discute religião no livro *As formas Elementares da Vida Religiosa*; Weber, no livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*; e Simmel, em *A Filosofia do Dinheiro*.

É meu entendimento que se tomarmos o ser humano como uma relação, problemas como os apresentados por Moscovici poderiam ser melhor compreendidos. Mesmo que ele critique um enfoque psicologista como sendo reducionista quando tomado como a expressão total da dimensão psíquica, a dicotomia permanece. O problema, contudo, que desejo assinalar é que ao procurar compreender o fenômeno social, nunca podemos esquecer que ali está sempre presente uma relação, ou um conjunto de relações, intrínsecas a ele. Dizendo melhor, é essa

relação, ou conjunto de relações, que constitui esse fenômeno. E isso se aplica também ao grupo, à comunidade e à sociedade como um todo, discutimos no próximo item: o que os constitui são as relações. Metodologicamente, deveríamos começar investigando como essas relações se apresentam num momento específico, em determinadas circunstâncias. Esse seria, é evidente, um processo infinito. Mas o investigador tenta fazer o que é possível, aproximar-se o quanto possa do mistério do fenômeno, e mostrar-se suficientemente humilde para aceitar que nunca chegaríamos ao coração desse mistério. Para mim, o conceito de relação ajuda a investigar mais proximamente essa realidade. É minha intuição que foi o que Agostinho tentou fazer com respeito à Trindade; o que Marx procurou fazer ao tentar entender o ser humano; e o que nós poderíamos fazer a respeito de todos os outros fenômenos. Assumindo alguns riscos, poderíamos ir até mesmo mais além e sugerir que tal procedimento poderia ser aplicado inclusive aos objetos, entendidos como a soma de todas suas relações.

O que é um Grupo, uma Comunidade, uma Sociedade?

Ao percorrer a literatura sobre grupos, comunidade e sociedade, confrontamo-nos com um enorme corpus de teorias, reflexões e investigações sobre esses conceitos. Não é minha intenção iniciar aqui uma discussão sobre essas teorias, seus valores e seu poder de explicação. Vou pontuar aqui algumas considerações já sugeridas nas páginas anteriores sobre a utilidade do conceito de relação ao se trabalhar com grupos, comunidade e sociedade. Vou ser breve e ir ao núcleo do problema.

Em algumas ocasiões, ao tentar introduzir uma discussão fazendo uso do conceito de relação, os participantes me questionaram dizendo que estava assumindo uma postura quantitativa. Porque? O raciocínio segue assim: Começa quando refletimos e nos perguntamos o que queremos dizer quando existe um grupo. Por exemplo, existe um grupo quando temos cinco pessoas? A resposta é sim. E quando temos 500, há 500 pessoas, há ainda um grupo? A resposta não é unânime, mas ainda é sim. E quando há apenas jovens, ou adultos; ou somente mulheres, ou homens; ou apenas negros ou bancos, existe ali um grupo? A resposta é sempre sim.

Podemos então concluir que o que constitui um grupo não é um número específico de pessoas, nem a idade, ou sexo, ou a cor da pele e assim por diante. O que constitui, então, um grupo? Estamos nos aproximando do ponto que queremos discutir. Vamos passar a refletir de um enfoque negativo. Se mais pessoas não possuem nada em comum, se eles nem sequer se conhecem, nem sabem que os outros existem podemos ainda dizer que existe ali um grupo? Evidentemente que não. O que existem são postes num mesmo lugar. Quando, então, pode alguém afirmar que exista um grupo? Minha resposta é que existe um grupo quando se verificar ali uma *relação* entre diferentes realidades (pessoas, objetos, circunstâncias e assim por diante). Uma vez mais, nosso conceito de *relação* entra em cena. Convido o leitor a ir mais a fundo nessa reflexão: O que concretamente constitui o grupo?

Avancemos nessa consideração. As pessoas, comumente, fazem parte de diferentes grupos. Por quê e como? Uma resposta pode ser – e é exatamente a isso que gostaria de chamar a aten-

ção – o fato que as pessoas não se fundem totalmente, completamente num grupo. As pessoas aderem a diferentes grupos de acordo com os diferentes interesses que eles desejam partilhar. Essas partilhas são, pode-se dizer, partes deles mesmos, são as relações que elas querem partilhar, isto é, colocar em comum, a partir da totalidade de suas relações que as constituem. Elas dirigem essas partilhas, essas relações, para diferentes grupos, tornando-se assim participantes de diversos outros grupos. Concluindo agora: O que constitui um grupo específico? Não é difícil ver que o grupo é constituído pela soma de todas as relações que cada um dos participantes quis (ou foi obrigado) a partilhar com esse grupo específico. Pode ser 5% ou 50%, mais ou menos, conforme seu comprometimento com esse grupo. (Provinha daqui a sensação de estar assumindo uma postura quantitativa...) Mas alguém somente pode afirmar que faz parte de um determinado grupo se ele investir nele algo de seu ser, isto é, suas relações partilhadas.

Esse raciocínio se aplica do mesmo modo ao desejarmos investigar uma determinada comunidade, ou no estudo de toda uma sociedade⁶. Evidentemente, não conseguimos ver, ou apalpar essas relações. A essência real, central, contudo, de um grupo, de uma comunidade, ou de uma sociedade são as relações. Do mesmo modo, não podemos medir essas relações, nem quantificá-las. Mas agora um ponto importante e crucial: as relações implicam *sentido*, e o sentido não está sujeito a núme-

6 A diferença fundamental do livro *Sociologia Crítica - Perspectivas para Mudança* (Guareschi, 1984/2015) reside exatamente nesse ponto: a análise da sociedade é feita não com enfoques positivistas, funcionalistas, sistêmicos etc., mas dentro de um enfoque *relacional*, isto é, a partir das relações centrais existentes numa sociedade.

ros ou mensurações, mas apenas à compreensão e à interpretação. No coração de um grupo, de uma comunidade, ou de uma sociedade estão essas *relações significativas, valorativas*. Reside aqui o grande desafio dos cientistas sociais que se arriscam a poder penetrar no âmago dessas realidades, tão próximas a nós e ao mesmo tempo tão misteriosas.

Uma nota sobre a Interconexão entre o conceito de Relação e a Dicotomia entre Teoria vs Prática

Ao tentar escolher e discernir entre os inúmeros enfoques em Psicologia Social, defrontei-me com os perspectivas e contribuições de grande número de pesquisadores e escolas. Uma delas foi a assim chamada Escola de Frankfurt (Teoria Crítica, *Ideologiekritik*). As contribuições de muitos desses autores me ajudaram na busca da compreensão mais profunda de questões fundamentais com respeito a dois pontos específicos: o primeiro, perceber mais nitidamente a relação intrínseca entre teoria e prática através do exame do que seja *ação*; a segunda, que problemas escolher e como proceder em minhas investigações (como vou discutir a seguir no ponto 4).

A razão de querer discutir o conceito de *ação* deve-se ao fato de que através do contato e parceria com Paulo Freire, em Genebra, comecei a entender a importância de superar uma dicotomia muito danosa da qual me dei conta principalmente em minha experiência escolar quando estudante em universidades dos EE.UU. Era difícil para mim compreender e aceitar como um professor e pesquisador de assuntos sociais na Universidade poderia permanecer distanciado dos movimentos sociais e da

vida *real* da sociedade. É verdade que muito de minha insatisfação devia-se a minhas experiências latino-americanas e minha participação nas atividades políticas. Queria ir mais a fundo no entendimento dessa surpreendente separação, ao menos para mim, entre teorias que se estudavam e a prática social.

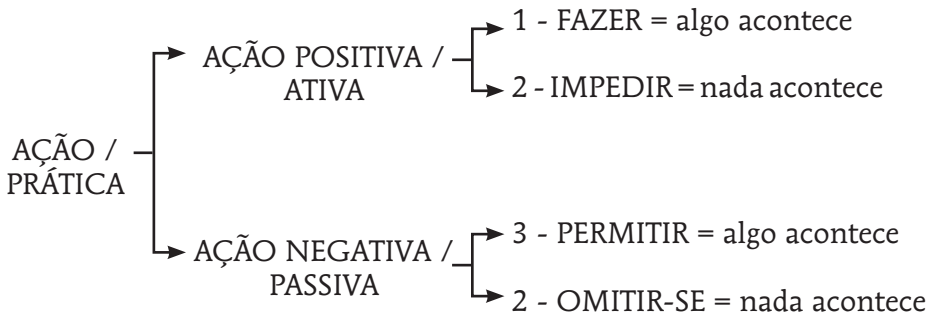
A primeira pista para mergulhar nessa reflexão foi a leitura de alguns pensadores da tradição ligada à Escola de Frankfurt. Alguém me tinha dito que essa Escola poderia ser definida como o “casamento entre Freud e Marx.” Essa expressão me provocou porque esses eram dois de meus pensadores mais inspiradores. Um primeiro contato foi com a leitura do livro de Raymond Geuss (1980), que pude encontrar algumas décadas depois em Cambridge, *A Ideia de uma Teoria Crítica - Habermas e a Escola de Frankfurt (The Idea of a Critical Theory - Habermas e a Escola de Frankfurt)*. Ele discute os pressupostos da Escola dizendo que

As teorias críticas possuem uma posição específica como guias para a ação humana no fato de que: (a) têm como objetivo propiciar iluminação aos agentes que as adotam, isto é, possibilitar a esses agentes que tomem consciência de quais são seus verdadeiros interesses; (b) elas são intrinsecamente emancipatórias, isto é, elas libertam esses agentes de um tipo de coerção, ao menos em parte auto-imposta, que provém de auto-frustração de uma ação humana consciente (p. 1-2).

Encontrei ali os mesmos discernimentos do que Paulo Freire discutiu com seu principal construto, *conscientização*, um processo de crescimento na tomada de consciência pessoal do que e por que nós somos o que somos, e por que as circunstâncias em

que nós vivemos são dessa maneira. Mas o que mais me desafiou foi o que alguns desses autores significavam com *agir e ação*; e por que as ações são iluminadoras e emancipatórias. Do meu ponto de vista, as ações poderiam ser também causar o oposto, isto é, obscurecer e dominar. Essa questão sobre o que é ação certamente nos desafia. O filósofo dinamarquês Von Wright, ao afirmar que talvez nós não poderíamos encontrar uma resposta completa para todos os casos, oferece a seguinte definição para ação: “agir é *provocar* intencionalmente (‘conforme nossa vontade’), ou *impedir* mudanças no mundo (natureza). A partir dessa definição, deixar de praticar uma ação (omitir-se) é tanto *deixar algo sem que seja mudado*, ou *deixar algo acontecer*.” von Wright 1968, p.38) [ênfases no original]. Na sequência dessa afirmação, cheguei a um referencial que concretamente contribuiu para que chegasse a compreender muitas de minhas atividades sociais e políticas. Um ser humano, vivendo em sociedade com outros, pode praticar muitos tipos de ação (Ver Tabela 2). A conclusão a que cheguei é de que vivendo numa sociedade constituída por *relações* – aqui novamente aparece o conceito – é impossível *não agir*. Há um elo intrínseco entre relação e ação. Mas só podemos chegar a essa conclusão se assumirmos a sociedade como um conjunto de relações. Se alguém pensa numa sociedade como um sistema estático e fixo, conforme os pressupostos de uma teoria positivista, funcionalista ou sistêmica de sociedade, o conceito de ação muda drasticamente. Se alguém assume sociedade como um conjunto de relações em processo, ele não pode deixar de agir: para cada um dos tipos mencionados na tabela, ele está sempre fazendo algo, mesmo que não haja uma ação visível.

Tabela 2: AÇÃO EFEITO FINAL



A leitura de um artigo de Israel (1972) ajudou-me a mergulhar mais profundamente nessa investigação e descobrir algumas implicações ideológicas presentes no que uma ação realmente implica:

Essa análise (referindo-se à citação de von Wright colocada acima) joga alguma luz sobre as conseqüências da atitude tomada pela maioria dos cientistas sociais tradicionais. Eles afirmam que sua postura com respeito à sociedade é neutra e que a ciência social devido à neutralidade não deveria participar em ações sociais. Com outras palavras, bem ao contrário de sua própria afirmação de que eles não devem assumir uma posição normativa, sua postura pode ser caracterizada pela norma de que eles absolutamente não devem agir ... um cientista não deve agir de nenhum modo. Essa abstenção (tolerância) ou omissão é sua posição normativa. Mas, sendo que abstenção significa “deixar algo sem mudar”, ou

“deixar que algo aconteça”, os representantes desse tipo de ciência “positivística” ou - queiram ou não - estão apoiando um conservadorismo, ou tornam-se expectadores passivos quando os fatos que acontecem. Ser conservador é assumir uma posição decisiva em matérias de valor. Consequentemente, a acusação “positivística” levantada contra os que rejeitam tal postura “positivística”, por não poder ser neutra, torna-se um boomerang. Se, por outro lado, alguém “deixa as coisas acontecer”, ele se transforma alguém acessório com respeito aos fatos que estão acontecendo. Essa posição não é menos neutra daquela que alguém assume ao defender uma “ciência social emancipatória”. A última posição parece ser preferível a partir de um ponto de vista moral” (Israel 1972, p.204).

A falácia que se esconde por detrás do pressuposto dum enfoque funcionalista de sociedade é que desse modo nós podemos nos *separar* do que é a sociedade. Uma expressão que li num livro de Michael Löwy (2008, p. 67) nos ajuda a esclarecer esse ponto: “No rio da história, não há contempladores do rio: *nós somos o rio*” [ênfases minhas]. A dicotomia entre teoria e prática na atividade acadêmica ignora que nós somos parte do rio da sociedade. Nesse rio, façamos o que quisermos, estamos agindo: ou mudando o leito do rio, trancando o rio, deixando o rio transbordar, ou mantendo o rio da maneira que ele é com todas as conseqüências que derivam dessa decisão. Ação, seja ativa ou passiva, deve ser considerada a partir de seus efeitos finais. A ação deve ser tomada numa dimensão relacional. A ênfase está novamente no conceito de relação. Nesse sentido, é impossível não agir.

Nessa direção caminham as reflexões de Paulo Freire e Ser-

ge Moscovici, dois autores que inspiraram, e ainda inspiram, a maior parte de minhas investigações. A razão de trazê-las a essa discussão é que ambos assumem como um ponto central a impossibilidade de separar teoria e prática. Melhor, os conceitos que empregamos e as teorias que inspiram nossas investigações, são elas próprias práticas.

Um primeiro ponto a ser enfatizado em Moscovici é que as Representações Sociais (RS) não são um conceito, elas são um fenômeno: “Desse modo, o que eu me proponho fazer é tomar como um fenômeno o que era anteriormente visto como um conceito” (2000, p. 30). No primeiro parágrafo de seu livro seminal, *Psychoanalysis, Its Image and Its Public*, ele estabelece claramente seus pressupostos: “Nós sabemos que elas (RS) correspondem, de um lado, à substância simbólica que está presente em sua elaboração e, de outro lado, à prática que produz essa substância” (2008, p.3).

Essas características – sua especificidade (substância simbólica) e sua criatividade dentro da vida coletiva (a prática que produz tal substância) – tornam as RS diferentes das noções sociológicas e psicológicas com as quais nós as tínhamos comparado e dos fenômenos que lhes correspondem.

O termo relação é sempre presente em seus escritos. É em seu livro *Psicologia das Minorias Ativas* (Moscovici, 2011) onde ele coloca claramente a impossibilidade de separar teoria e prática. Para ele, RS são ação, práticas. O que ele pretende demonstrar nesse livro é que elas são práticas que produzem mudança, e não reflexões, ou conceitos teóricos. Ele denomina essas práticas de estilo de comportamento. O estilo é a maneira, o método, o modo, a prática que é um tipo específico de

relação.

Ele identifica três estilos principais de estilos, de relações: autonomia, uma “independência de julgamento e atitude que reflete a determinação de agir de acordo com seus próprios princípios” (Moscovici, 2011, p. 120); coerência e consistência na ação, o *estilo* mais importante, pelo qual se pode comparar através do tempo e comparar o que alguém fala e o que alguém pratica; e justiça, equidade, que significa basicamente “a preocupação de levar em consideração a posição do outro” (Moscovici 2011, p.148), uma ética da alteridade.

Quanto a Freire, 13 de seus mais de 30 livros, apresentam em seu título a palavra pedagogia, querendo com isso mostrar que o conteúdo essencial da atividade pedagógica é a *prática*, as relações no comportamento, a maneira como o educador se comporta. O que realmente permanece do ensino de alguém é sua pedagogia, sua didática, com seus pressupostos tácitos presentes nas pressuposições que subjazem às suas relações, suas práticas; eles constituem o conteúdo concreto do ensino de alguém. O termo que ele emprega para expressar seu entendimento da inseparabilidade entre teoria e prática é *Palavração*, “a palavra feita carne”.

Uma nota sobre Áreas de Investigação inspiradas pelo Conceito de Relação: Ideologia e Comunicação

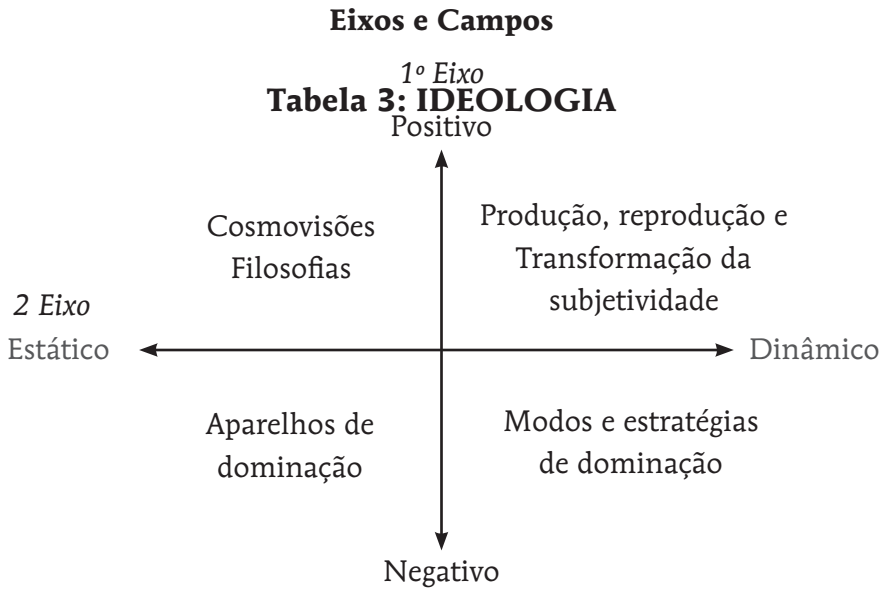
Duas das principais áreas dentro da Psicologia Social me desafiaram ao dirigir-me para o campo de batalha do mundo social, especificamente problemas ligados à Ideologia e à Comunicação. Como mencionei acima, vejo agora que fui certamente

influenciado pelos aportes da Escola de Frankfurt. Não foi por acaso que essa Escola, também conhecida na Alemanha como *Ideologiekritik*, isto é, crítica da ideologia; e que a maior parte das investigações realizadas pelos pensadores ligados a essa Escola tenham a ver com a problemática da comunicação.

Já estava sob a influência dessas pesquisas quando encontrei a seguinte afirmação de Moscovici: “O objeto central e exclusivo da psicologia social deveria ser o estudo de tudo o que se relaciona à *ideologia* e à *comunicação* desde o ponto de vista de sua estrutura, sua gênese e sua função” (2000, p.110) [ênfases no original]. Esses dois construtos acabaram constituindo a maior parte de minhas investigações.

Comecei a me interessar pela ideologia num livro que escrevi “em diálogo com Erik Wright,” quando vivia em Wisconsin, que tem por título: *Sociologia: Classe, Estado e Ideologia* (Guareschi 1992). A fim de deslindar sua acepção, tentei sistematizar mais de 50 diferentes entendimentos de ideologia que fui colecionando à medida em que ia analisando a literatura. Cheguei assim à montagem de um quadro onde organizo todas essas noções conceito em quadro áreas a partir de dois eixos semânticos (ver Tabela 3). Um primeiro distingue a ideologia num eixo que vai de um sentido positivo, neutro, uma espécie de cosmovisão, um conjunto de idéias e valores; e do lado oposto vê ideologia no sentido negativo, crítico: ideologia é tomada como algo que produz ilusão, engano e dominação. Um segundo eixo segmenta os dois grandes campos, distinguindo em cada campo outras duas dimensões: uma estática, fixa, reificada; e outra dimensão como uma prática dinâmica, sempre em construção. Chega-se assim a qua-

tro áreas, ou campos.



Essa tabela se inspira nas discussões mantidas com John Thompson, em Cambridge, baseadas no livro *Ideologia e Cultura Moderna* (1990). Desses quatro campos, escolhi como referencial para minhas investigações o quarto campo, no sentido crítico e dinâmico, onde ideologia é entendida como o uso de formas simbólicas com o intento de criar, ou reproduzir, relações de dominação. Aqui novamente o conceito de relação entra em cena. O mundo social, como o assumo, é constituído por relações. Elas podem ter um sentido positivo ou negativo, crítico; e elas podem ser estáticas (como a cultura entendida como a cristalização dessas relações), ou dinâmicas, isto é, como práti-

cas. É nessa última acepção que assumi para lidar com a ideologia e a discuti em diversas publicações (Guareschi 1992, 2003, 1984/2015).

Uma segunda área de pesquisa que enfrentei, e na qual estou ainda trabalhando com afinco, é a área da comunicação. Dentro dessa área concentrei-me na análise crítica, empregando na maioria das vezes o conceito de ideologia, principalmente em instâncias e situações onde a dominação sobre as pessoas e sua manipulação se faziam presentes. Surpreendentemente, constato aqui como as duas dimensões de *ação* mencionadas acima ao discutir os pressupostos da Escola de Frankfurt, surgiram quase que espontaneamente: as ações que “tem como objetivo produzir iluminação” – aqui principalmente o lado oposto, a manipulação das pessoas; e ações que são “intrinsecamente emancipatórias” – aqui também em seu lado negativo, como práticas de nomeação.

Essas pesquisas na área da comunicação se materializaram em diversas publicações. Talvez a mais importante seja *Os Construtores da Informação* (2000), na qual 11 projetos de pesquisas desenvolvidas dentro de meu grupo de trabalho são apresentadas e discutidas. Outras pesquisas na área são Guareschi (2013 e 2017).

Finalizando

Se alguém me perguntasse qual teria sido minha contribuição que julgo mais proveitosa para a área da Psicologia Social eu diria prontamente que na dimensão teórica seria o emprego específico que faço do conceito de *relação*; e empiricamente, as

investigações conduzidas na área da ideologia, no seu sentido crítico, e na área da comunicação. Durante minha atividade acadêmica, e mesmo agora, sempre me senti feliz e me parecia dar conta na tentativa de compreender os problemas enfrentados ao trazer ao campo o conceito de relação. Ele me ajuda a entender melhor o ser humano, os grupos sociais, a comunidade e a sociedade como um todo. Em minha peregrinação através dos campos de batalha da Academia, esse conceito foi sempre útil para trazer mais luzes e iluminações sobre inúmeras realidades do social.

As áreas de pesquisa por onde me arrisquei, e que estou ainda procurando dar conta de investigar, são especificamente os campos da ideologia e da comunicação. A última publicação, publicada em 2017, e agora já revisada e ampliada em sua terceira edição (Guareschi, P, Amon, D. e Guerra, A. 2019) [*Psicologia, Comunicação e Pós-Verdade*] é precisamente uma reflexão sobre as mídias sociais no momento presente.

Referências

- F.H. Allport, *Social Psychology* (Houghton Mifflin, Boston, 1924)
- K.O. Apel, *Transformação da Filosofia 2: o a priori da comunidade de comunicação* (Loyola, São Paulo, 2000)
- S. Augustinus De Trinitate. in *Obras de San Agustin*, ed. by S. Augustinus. Bilingual edition, Spanish and Latin, translated from Latin by Luis Arias, vol. V (Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1968)
- M.F. Dos Anjos, *Ética na relação entre Igreja e sociedade* (Santuário, Aparecida, 1994)

- E. Durkheim, *The Rules of Sociological Method* (Macmillan, Basingstoke, 1982)
- E. Dussel, *Filosofia da Libertação na América Latina* (Loyola, São Paulo, 1977)
- R. Farr, *The Roots of Modern Social Psychology* (Blackwell Publishers, Oxford, 1996)
- P. Freire, Extension or communication, in *Education for Critical Consciousness*, ed. by (Seabury, New York, 1973)
- R. Geuss, *The Idea of a Critical Theory – Habermas and the Frankfurt School* (Cambridge, Cambridge University Press, 1980)
- P. Guareschi, *Sociologia da Prática Social: classe, estado e ideologia, em diálogo com Erik Wright* (Vozes, Petrópolis, 1992). (Traduzido para o English as *Sociology of Social Practice: Class, State and Ideology, In Dialogue with Erik Wright*. Cebu, Philippines: Justice and Peace Desk, 1994)
- P. Guareschi, *Os Construtores da Informação*. Vozes, Petrópolis, 2000)
- P. Guareschi, *Psicologia Social Crítica como prática de libertação* (EDIPUCRS, Porto Alegre, 2003)
- P. Guareschi, *O Direito Humano à Comunicação: pela democratização da mídia* (Vozes, Petrópolis, 2013)
- P. Guareschi, *Sociologia Crítica: alternativas de mudança*, 64th ed. (EDIPUCRS, Porto Alegre, 2015). (edição original de 1984)
- P. Guareschi, Facing challenges: An ontological approach to the theory of social representations. *Pap. Soc. Represent.* **26**(1), 3.1–3.14 (2017)
- P. Guareschi, D. Amon, A. Guerra (eds.), *Psicologia, Comunicação e Pós-verdade* (ABRAPSO, Curitiba, 2019)
- J. Habermas, *The Theory of Communicative Action*, Vols. 1 and 2, Translated by T. McCarthy (Beacon, Boston, 1984)
- J. Herrero, Ética do Discurso, in *Correntes fundamentais da ética contemporânea*, ed. by M. A. Oliveira (Vozes, Petrópolis, 2000), pp. 163–194
- J. Israel, Stipulations and construction in the social sciences, in *The Context of Social Psychology*, ed. by J. Israel, H. Tajfel (Academic, London, 1972), pp. 123–211
- S. Jovchelovitch, *Os Contextos do Saber – representação, comunidade e cultura* (Petrópolis, Vozes, 2007).
- C.M. La Cugna, *God for Us* (HarperCollins, New York, 1993)
- M. Löwy *Ideologias e Ciência Social* (Campinas, Cortez, 2008)

- K. Marx, *The German ideology*, in *Selected Writings in Sociology and Social Psychology*, ed. by M. Bottomore, M. Rubel (McGraw-Hill, New York, 1964)
- G.H. Mead, in *Mind, Self and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist*, ed. by C. W. Morris (Chicago University Press, Chicago, 1932)
- S. Moscovici, *Society and theory in social psychology*, in *The Context of Social Psychology*, ed. by J. Israel, H. Tajfel (Academic Press, London, 1972), pp. 17–118
- S. Moscovici, *The Invention of Society: Psychological Explanations for Social Phenomena* (Polity Press, Cambridge, 1993)
- S. Moscovici, *Social Representations: Investigations in Social Psychology* (Polity Press, Cambridge, 2000)
- S. Moscovici, *Psychoanalysis, its Image and its Public*, English edition prepared by G. Duveen (Polity Press, Cambridge, 2008)
- S. Moscovici, *Psicologia Social das Minorias Ativas* (Vozes, Petrópolis, 2011). (Escrito originalmente em Inglês, em 1976, como *Social Influence and Social Change*, e após publicado em Francês em 1979, como *Psychologie des Minorités Actives*)
- P. Oliveira e Silva, *Ordem e Ser: Ontologia da Relação em Santo Agostinho* (Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007)
- J. Paulo II, *Carta Encíclica Centesimus Annus* (Paulinas, São Paulo, 1991)
- O. Pegoraro, *Ética é Justiça* (Vozes, Petrópolis, 1995)
- J. Thompson, *Ideology and Modern Culture: Critical Social Theory in the Era of Mass Communication* (Polity Press, Cambridge, 1990)
- G.H. Von Wright, *An essay in deontic logic and the general theory of action*, *Acta Philosophica Fennica*, vol XXI (North-Holland Pub, Amsterdam, 1968)
- J. Zizioulas, *Being as Communion* (Saint Vladimir's Seminary Press, New York, 1985)
- R. Zúñiga, *Actores y sujetos*. Suplementos 44, 5–9 (1994)



A representação é muito mais que uma representação – Uma aproximação ontológica à Teoria das Representações Sociais¹

Introdução

Vou justificar a razão de incluir esse ensaio entre outros que formam essas reflexões. Tenho várias razões. Entre outras, vou sublinhar algumas:

- Nos últimos 30 anos em que trabalhei na academia, a teoria das Representações Sociais (RS) passou a fazer parte da linha de pesquisa, junto com outros dois temas: *ideologia* e *comunicação*. E nessa andança pude encontrar-me com inúmeras

¹ Algumas das idéias aqui expostas foram discutidas na XII Conferência Internacional sobre Representações Sociais, em São Paulo, Brasil, de 24 a 27 de julho de 2014. Sou grato a Annamaria de Rosa, da Università degli Studi La Sapienza, de Roma, e a Denise Amon, da UFRGS, pelos comentários feitos ao texto; e ao CNPq pela bolsa de pós-doutorado sênior.

peessoas – diria que quase todas - que lidam nessa área, tanto no Brasil, como nos outros países em que essa teoria é empregada. Mas vou confessar candidamente, e sinceramente, que sempre permanecia insatisfeito, sempre com vontade de ir mais a fundo na compreensão de seu *coração*, de seu *âmago*, como disse alguém. Ao mesmo tempo examinava tudo o que Moscovici – seu iniciador – escrevia e falava sobre elas, mas sempre se recusando a dar-lhe uma definição, para frustração dos que buscam *definir*, (colocar um *fim - finis*, em latim), essa *realidade*. Pois foi por isso que aceitei o convite da Clarilza Prado, que coordenou a XII Conferência Internacional sobre RS, realizado em São Paulo em 2014. Preparei então um texto – esse que segue – sobre RS. O tema da fala foi *Enfrentando Desafios - uma aproximação ontológica à teoria das RS*.² Foi a melhor maneira de poder expressar minha intenção de poder mergulhar no *coração* da teoria.

- Uma segunda razão é chamar a atenção para a realidade surpreendente do mundo em que vivemos, um mundo baseado na comunicação e no simbólico. Costumo chamar a isso de uma realidade de *segundo andar*. Mas esse segundo andar se tornou e se torna cada dia mais importante. Tudo é intocável, volátil, intangível, mas nem por isso menos *real*. E cada vez mais vivemos e nos movemos nesse mundo virtual. Pois o campo das RS se coloca exatamente aí, nos desafiando em todos os momentos. A comunicação quase que se confunde com as RS como veremos

2 Essa fala – *Facing Challenges: an ontological approach to Social Representations* - já foi aceita para publicação na revista *Papers on Social Representations*, especializada no tema das RS. Excetuando essa introdução, o que está sendo colocado aqui é basicamente o artigo, com poucas e menores modificações.

no texto. Ao ponto de o próprio Moscovici chegar a afirmar que são quase que a mesma realidade.

- Outro ponto importante que, no meu entender, tornariam necessárias e até urgentes as considerações que seguem – e essa é a razão principal da inclusão desse ensaio aqui – fundamenta-se na seguinte constatação: dentro do campo das RS surgiram inúmeras *ramificações*, chamadas também de *escolas*, que procuram enfatizar e aprofundar, no meu entender, dimensões importantes e valiosas das RS. É importante então ter claro que essas ramificações são *ramos*, são galhos presos a um tronco. Sei que essa analogia é limitada, como diziam os velhos filósofos: toda analogia manca. Por isso que julguei importante fazer a pergunta: há algo *central*, em filosofia nós diríamos *ontológico*, no campo das RS? Tenho perfeitamente presente que isso pode ser muita pretensão de minha parte. Então já vou pedindo desculpas. Mas deixem-me refletir. Essa minha vontade, ou pretensão, de ir ao coração, foi se delineando à medida que lia (e meditava) os vários livros de Moscovici com essa pergunta espreitando por detrás deles: Mas onde o tronco, onde o coração?

Foi assim que fui –fomos – lendo, no Grupo de Leitura ao menos quatro grandes obras do autor. Já tínhamos discutido – e meditado – os sete capítulos selecionados por Duveen e publicados aqui no Brasil sob o título de *Representações Sociais – investigações em psicologia social*. Em seguida examinei sua obra seminal sobre o tema, *A Representação Social da Psicanálise*, que, após muito esforço, conseguiu-se publicar em português. E junto com esses foram discutidas duas outras obras que abrem um

enorme leque para se poder intuir o que passava na mente do autor sobre seu entendimento das RS: o poderoso livro *A Invenção da sociedade*, em que ele se propõe mostrar que é impossível uma *sociologia* pura e simples, sem uma *psicologia*: ficando apenas nelas reduzimos o *fenômeno* das RS. Mas outra obra que muito nos provocou, que traduzimos, como Grupo, a partir de três versões diferentes – inglês, francês e espanhol – foi *Psicologia das Minorias Ativas*. Foi nela que foi ficando mais evidente outra dimensão que, junto com a comunicação, faz parte, no meu entendimento, duma *ontologia* das RS: a dimensão da *prática*, como veremos no texto abaixo.

Quero dar um crédito aqui a uma pessoa que, do meu ponto de vista, fez um trabalho muito sério, competente e indispensável para o estudo das RS: Gerard Duveen. Como ele era inglês, e como no mundo e na maneira de eles escreverem e dizerem as coisas eles não conseguem fazê-lo sem que o texto fique o mais possível claro – é a sua personalidade prática refletida no escrito – percebo que na medida em que Duveen, ao fazer a tradução e a apresentação tanto do livro seminal de Moscovici – *A Psicanálise...* – como a coletânea dos principais artigos seus publicada sob o título de *Representações Sociais – investigações em Psicologia Social*, já na própria escolha dos artigos selecionados, como na apresentação do livro, ele vai provocando os leitores de língua inglesa – e da portuguesa, pois os dois livros foram traduzidos da versão inglesa feita e apresentada por ele – ia tornando Moscovici mais inteligível aos leitores tanto de fala inglesa como portuguesa.

Ainda um último ponto: são tantas as produções em RS, principalmente na América Latina (AL), e dentro da AL no Bra-

sil, que devemos reexaminar, com bons fundamentos, que essa teoria se torne uma moda, e que muitos entrem por esse caminho sem ter consciência do que *realmente* trata essa teoria e até que ponto ela possa realmente iluminar os fenômenos pesquisados. Tudo bem que se faça uso dela, mas não podemos esquecer suas raízes e sua cepa fundamental.

Passo a discutir o objetivo principal desse ensaio.

Para uma ontologia das RS

O risco que pretendo correr, instigado pelo termo *desafios* que foi o tema central da XII Conferência Internacional sobre RS, é propor a necessidade de um mergulho mais corajoso, indo à busca de águas mais profundas, que nos dessedentem e tragam novos sentidos e nova energia a nosso empenho na compreensão desse campo de reflexão e investigação; e também para que seja mais fecunda.

Uma das novidades, creio eu, dessa comunicação é que vou me ater também a outros escritos de Moscovici que em geral não são levados em conta ao se discutir as RS, especificamente os livros *A Invenção da Sociedade* (Moscovici, 2011b) e *Psicologia Social das Minorias Ativas* (Moscovici, 2011a) - (esse último escrito inicialmente em inglês sob o título *Social Influence and Social Change, 1976* e em francês em 1979, intitulado *Psychologie des Minorités Actives*). Além de nos ajudarem a perceber a importância das RS no campo da Psicologia Social, as reflexões de Moscovici feitas nessas duas publicações podem contribuir também ao esforço de responder aos desafios atuais.

Relembro e gostaria de deixar bem claro qual o *principal objetivo* com o texto: é uma discussão *ontológica* e o intento é trazer à cena uma dimensão que nunca deveria ser esquecida por alguém que, de um modo ou outro, se aventure na análise de algum *fenômeno social* sob a luz das RS. Já porque todas as demais discussões, como as epistemológicas e metodológicas, isto é, como conhecemos e como é possível investigar as RS por um lado; e as éticas estéticas, isto é, sua dimensão valorativa e criativa, por outro lado, dependem do que elas realmente são e como elas se manifestam no mundo. isto é, de sua dimensão ontológica.

Meu ponto de partida é uma afirmação de Moscovici (2012, p. 39) ao afirmar que “é a especificidade das RS - substância simbólica - e sua criatividade - a prática que produz tal substância - que as diferenciam das noções sociológicas e psicológicas com as quais são comparadas e dos fenômenos que lhes correspondem”. Vou me ater, pois, a esses dois pontos centrais: a) RS como *substância simbólica*, mostrando que elas não são um conceito, mas um fenômeno, um ambiente; e b) a sua *prática criativa* que as produz, onde discuto a comunicação e a inovação.

a) Substância simbólica: RS como *fenômeno* e como *ambiente*

Nessa primeira parte vou procurar mergulhar um pouco na análise da proposição que diz serem as RS um *fenômeno*. Interessante o termo *fenômeno*. Dele se originaram inúmeras discussões, e a filosofia moderna se concentrou, de modo especial, ao redor desse termo-realidade, a ponto de se instituir até mesmo

toda uma perspectiva teórica e metodológica a partir dele, a *fenomenologia*. Kant procurou distinguir entre o *fainomenon* (o que se poderia observar), e o *noumenon*, o que não poderia ser atingido. Mas essa distinção de Kant não prevaleceu como hegemônica. Outros pensaram essa relação na dimensão do que muitos analistas chamam de *mistério*, a investigação contínua que nos leva ao entendimento sempre mais aprofundado de algo que, analogamente, seria o que denominamos hoje *fenômeno*, isto é, uma *manifestação*, um sinal que nos leva sempre mais adiante, uma espécie de *horizonte*: ao pensarmos tê-lo atingido, ele se apresenta sob novos ângulos e novas compreensões.

Que significa, então, dizermos que as RS são um fenômeno? Ao menos duas considerações podem ser feitas a partir daí. A primeira é de que as manifestações são *realidades concretas*, mas não necessariamente palpáveis, medidas e pesadas. Mas são realidades, *manifestações*. O ponto de partida da jornada intelectual de Moscovici foi a insistência no reconhecimento da existência de RS como uma forma característica de conhecimento em nossa era, ou, como ele o coloca: “Assim o que eu me proponho fazer é considerar como um *fenômeno* o que antes era visto como um conceito” (2000, p.30). Não damos conta – e nem sei se é possível dar – de “domesticar” essas “entidades quase tangíveis” que circulam, se cruzam e se cristalizam no universo cotidiano. Sua especificidade (substância simbólica) e sua criatividade (a prática que produz tal substância) as diferenciam de qualquer outra noção sociológica ou psicológica, ou de conceitos que costumam ser a elas relacionados. O desafio então se reapresenta: como recolocar os problemas e os conceitos a partir desse *fenômeno*.

Esta não é certamente uma tarefa fácil. Estamos todos conscientes das longas discussões de autores que, de maneiras diversas, estão ligados, por exemplo, ao construcionismo social. Há muitas vezes uma falta de compreensão sobre o que sejam, de fato, as RS. Como bem coloca de Rosa (2006, p.166), a tese sócio-construcionista se centra “na linguagem como uma forma de ação social e uma pré-condição para o pensamento (e não vice-versa como no entendimento da linguagem como expressão do pensamento). ... a discussão surge de uma “*leitura mentalista*” do construto das RS, que pressupõe serem as Representações Sociais representações cognitivas” (ênfase no texto).

Gostaria de ir um pouco adiante e perguntar: podemos, na verdade, separar a linguagem do pensamento? Tomando o artigo de Moscovici de 1984 como um todo, cujo título é precisamente *O Fenômeno das RS*, constatamos que ele divide todo o capítulo em sete partes. Os dois primeiros itens podem ser vistos como considerações sobre o *fenômeno*; o terceiro e o quarto, uma discussão sobre a teoria (*tornando familiar o não-familiar, ancoragem e objetificação*; e o quinto e sétimo, podem ser entendidos como uma espécie de reflexão metateórica, onde ele procura distinguir a teoria das RS de outras teorias (o sexto item traz algumas pesquisas feitas no campo das RS). Esta visão conjunta ajuda a examinar a maneira pela qual ele procura se referir ao *fenômeno*. Ele discute dois pontos: o primeiro ele o intitula “O pensamento considerado como um ambiente”, e o segundo: “O que é uma sociedade pensante?” Pode-se até imaginar a dificuldade que ele estava enfrentando ao tentar deixar clara qual seria possivelmente sua intenção. Em ambos os títulos o termo “pensar” está presente: no primeiro como um substan-

tivo; no segundo, como um adjetivo. Tem-se a impressão que não estando satisfeito em separar “*pensamento*” da “*realidade*”, ele imediatamente acrescenta: mas existe também uma *sociedade pensante*. Igualmente *pensar* não é entendido como algo cognitivo, mental; por isso ele acrescenta de imediato: *pensar* como um ambiente (algo concreto). Essa discussão ilustra a tentativa de Moscovici de se aproximar da *ontologia* das RS ao compará-las a um *fenômeno*. E é também a esta altura que ele, pela primeira e única vez, tenta oferecer uma noção provisória do que poderiam ser as RS (2000, p. 30-33).

A segunda consideração tem a ver com a maneira como se manifesta esse *fenômeno*. Nas palavras do autor, “podemos afirmar que essas representações são entidades sociais, com vida própria, comunicando-se entre elas, opondo-se mutuamente e mudando em harmonia com o curso da vida” (Moscovici, 2003, p. 38). Elas desaparecem, para surgir novamente sob novas aparências. Elas podem co-existir, circulam em várias esferas da sociedade, são hierarquizadas. Esses fenômenos “aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações... possuem uma atividade profissional” (Moscovici, 2003, p. 40).

Na Terceira Parte do livro “A Invenção da Sociedade” (Moscovici, 2011b), ao discutir a obra de Simmel, Moscovici traz algumas iluminações que nos ajudam a avançar nessa reflexão. Na análise da discussão feita por Simmel sobre o dinheiro, a qual Moscovici retoma em diversos de seus escritos, ele mostra como o dinheiro se apresenta como uma RS. O autor aproveita para exemplificar essa análise da RS do dinheiro com os diversos processos por ele criados quando discute a constituição da

teoria. Ao analisar o processo de objetivação, por exemplo, afirma citando inicialmente Meyerson (Moscovici, 2011b, p. 415): “Os estados mentais não permanecem estado, eles se projetam, tomam forma, tendem a se consolidar, a se tornar objetos”. E prossegue:

Isso significa dotar de um caráter material nossas abstrações e imagens, metamorfosear as palavras em coisas, dar um corpo a cada pensamento. Concebidas primeiramente pela inteligência, uma noção ou uma qualidade abstrata acabam por parecer físicas e visíveis. O verbo se faz carne: a cada instante colocamos essa parábola em ação, acreditando que a uma palavra deva corresponder uma realidade (Moscovici, 2011b, p. 415).

Ao discutir Weber e Simmel, Moscovici (2011b) compara as RS com a noção de *carisma*, algo que se apresenta como vago e impreciso, mas que quando encarnado em pessoas exerce uma influência real, como Gandhi, “que subjuga, com sua silhueta, uma maré humana, ou no gesto do Papa João Paulo II abençoando multidões” (Moscovici, 2011, p. 415). O termo “carisma” é percebido como uma qualidade física, estatura, timbre de voz. Esse um *fenômeno*, algo real, mas praticamente impossível de ser agarrado; uma manifestação, mas intangível.

A comparação das RS com outros conceitos, muitas vezes a elas relacionados, pode ser útil para avançar na sua compreensão e na identificação de sua realidade específica. No texto em que Marková procura aprofundar e saber de Moscovici algumas especificidades da teoria das RS há uma ilustração disso no que diz respeito à diferença entre RS e o conceito de atitude:

Nossas representações são também instituições que nós partilhamos e que existem antes de nós termos nascido dentro delas; nós formamos novas representações a partir das anteriores. As atitudes não expressam conhecimento como tal, mas uma relação de certeza e incerteza, crença ou descrença, em relação a esse conhecimento. Pode-se falar também sobre uma atitude em relação a um objeto, uma pessoa, um grupo e assim por diante. Contudo, no que diz respeito a *entidades sociais*, essas (as RS) são as entidades representadas (Moscovici, 2003, p.319).

A ênfase é nossa. Em outras palavras, temos uma atitude com respeito a alguma coisa. A RS é essa coisa. A RS é uma *substância*. Existe e subsiste. Ela é ambiente, ambiência.

As RS vão além de uma classe geral de ideias e crenças, como são as religiões, os mitos, a ciência. Elas são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade, como o senso comum (2003, p.49). Elas são substâncias simbólicas que constituem o tecido social. Vários pensadores tentaram identificá-las criando diferentes expressões como: “espaços representacionais”, “realidades em si mesmas”, “massas mentais em circulação” (Moscovici, 2011, p. 396), “forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo uma orientação prática e colaborando na construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989, p. 36); “territórios sociais”, análogos aos territórios geográficos; “campos representacionais”, “nuvens” (Jesuino, 2014).

A partir do exposto acima pode-se começar a visualizar, de algum modo, a constituição e a maneira de se apresentar dessas *entidades reais*, que povoam o universo social em que nos vemos

e dentro do qual pensamos e nos comunicamos. No que segue tentamos refletir precisamente sobre essa outra realidade, a comunicação, quase que uma outra face das RS.

b) Relacionando RS, comunicação (linguagem) e prática

Como o leitor logo verá, essa segunda parte não difere essencialmente da primeira. A preocupação aqui é especificamente aprofundar a relação entre RS, comunicação e práticas.

Retomo o primeiro parágrafo do livro *Psicanálise, sua imagem e seu público* já mencionado acima, onde ele escreve: “As RS são entidades quase tangíveis: circulam, se cruzam e se cristalizam, continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano” (2012, p.39). Interessante notar, desde o início, a centralidade que é dada à *comunicação*: fala, gesto. Ele continua: “A maioria das relações sociais efetuadas, objetos produzidos e consumidos, comunicações trocadas estão impregnadas delas (RS)”. Novamente se fala em comunicações trocadas e relações sociais realizadas que fazem parte das RS. E é sintomático o termo empregado: *impregnadas*. A sugestão é de que já formam uma mesma realidade. E o autor conclui o parágrafo: “Correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração, e, por outro lado, à *prática* que produz tal substância” (Idem – ênfases minhas). E faz uma comparação com a ciência e os mitos: a ciência corresponde a uma prática científica e os mitos, a uma prática mítica. Importante resgatar aqui a palavra prática que produz a substância (simbólica), mas sempre substância.

Gostaria de convidar o leitor a refletir, por um momento, e fazer a pergunta: o que são *realmente* comunicação e lingua-

gem? Quando eu falo *realmente* que quero me referir à dimensão ontológica dessas ‘palavras’. Os comentários que vou fazer aqui podem facilmente ser supostos, mesmo que eles não possam ser encontrados *literalmente* nos escritos de Moscovici.

Temos de começar distinguindo entre dois níveis, ou dimensões, quando se fala de comunicação: o primeiro diz respeito às *formas* de comunicação, como quando Moscovici fala sobre as formas empregadas pelos três grupos que ele analisou em seu livro *A Psicanálise: a difusão, propagação e propaganda*. Essas são formas. Mas podemos identificar outro nível de entendimento da comunicação: é a dimensão ontológica da comunicação. As instâncias em que comunicação é discutida em sua dimensão ontológica, o termo é entendido como linguagem, fala. Vou tentar elaborar esse ponto.

Os relativamente recentes estudos desenvolvidos a partir das discussões sobre o que se costumou chamar de *virada lingüística* nos ajudam a tornar mais claras as sutis, mas extremamente importantes implicações subjacentes ao termo ‘comunicação’ e ‘ação comunicativa’. Muitos estudiosos se interessaram por esse fenômeno. Entre outros estão os linguistas Austin, Searle e Wittgenstein; mais recentemente, Habermas, Karl-Otto Apel e mesmo Paulo Freire. Alguns o investigaram de maneira explícita; outros, como Freire, implicitamente; todos, contudo, do meu ponto de vista, com contribuições importantes.

Um primeiro ponto a que se deve prestar atenção é que ao nos referirmos à prática comunicativa, ao ato de falar, devemos dar-nos conta de que esse ato comunicativo possui diferentes dimensões. Uma primeira é seu nível *locutório*, aquilo que estou querendo dizer com minha fala, como quando digo: está

chovendo. Uma segunda é seu nível *perlocutório*, isto é, quando pretendo realizar algo, fazer com que algo aconteça com minha fala, como quando digo: por favor, dê-me um copo de água.

Finalmente – e é essa dimensão que nos interessa aqui – há, em toda ação comunicativa, um nível que se chama de *ilocutório*, que é o que eu já estou comunicando – realizando – com o próprio ato de falar; isto é, o que está implícito, pressuposto, no ato da fala. Com outras palavras: *a própria maneira de falar, a relação pressuposta no ato de comunicar, ambas já contêm em si um conteúdo*. Nesse sentido, o ato comunicativo é, em si mesmo, uma mensagem, um conteúdo que vai além do sentido estrito dos significados dos termos que estou empregando ao falar.

Os teóricos construtivistas falam do ato *perlocutório*, através do qual eu consigo executar algo, mas não falam da dimensão *ilocutória* do ato. Essa distinção é importante e crucial para se compreender a diferença entre os pressupostos da teoria das RS, por um lado, e os pressupostos cognitivos, ou construcionistas (construtivistas), por outro lado. É central enfatizar essa dimensão ilocutória da linguagem e, enquanto consigo ver, essa é a dimensão que Moscovici tem em mente ao discutir comunicação e representações sociais.

Em seu trabalho de 1984, *O Fenômeno das Representações Sociais*, Moscovici escreve que as RS devem ser vistas como uma maneira específica de *compreender* e *comunicar* o que nós já sabemos. Ele afirma (2003, p.46-47): “A própria linguagem, quando carrega representações, está localizada a meio caminho entre o que é chamado a linguagem da observação e a linguagem da lógica; a primeira, expressando puros fatos – se tais coisas existirem – e a segunda, símbolos abstratos. Esse é, certamente, um

dos mais marcantes fenômenos de nosso tempo – *a união da linguagem e da representação*”.

A linguagem, excluída da esfera da realidade material, quando foi transformada numa espécie de ferramenta matemática, re-emerge na esfera da realidade histórica e convencional; e, continua ele (2003, p. 47), “se ela perdeu sua relação com a teoria, ela conserva sua relação com a representação, que é tudo o que sobrou. O estudo da linguagem é cada vez mais a preocupação da psicologia social. Ela está simplesmente ligada à mudança (...) que a liga tão exclusivamente ao nosso método normal, cotidiano de compreender e de intercambiar nossas maneiras de ver as coisas”. Esta é a linguagem como ilocução, isto é, o que ela comunica no próprio modo de dizer as coisas.

A relação entre RS e comunicação transparece quando Moscovici (2003, p. 48) diz que “as RS que me interessam... são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente, para se tornarem tradições imutáveis”. Com outras palavras, há uma necessidade contínua de re-formar o “sentido comum”, isto é, a maneira de compreender, que forma o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar. Ele acrescenta (2000, p.32): “Do mesmo modo, nossas coletividades não podem funcionar hoje se não forem criadas representações sociais que não estejam fundamentadas no estoque de teorias e ideologias que elas transformam em realidades partilhadas, com relação às interações entre as pessoas que, desse modo, se constituem em uma categoria de fenômenos à parte” (idem, p. 32). Essa “categoria à parte” de fenômenos é a representação social.

A discussão sobre a ontologia das RS poderá tirar proveito, penso eu, especialmente na tentativa de relacioná-las com linguagem, quando uma analogia é traçada com a relação tradicional entre mente e corpo. A compreensão do que estamos tentando dizer sobre RS é uma tentativa de superar essa dicotomia que remonta a Descartes. O que se procura é mostrar a relação intrínseca entre linguagem (idéias, palavras) e a realidade (corpo carne). Examinando as reflexões de muitos autores que discutem a *realidade* das RS, encontramos expressões como essas: “a característica específica dessas representações é precisamente que elas ‘corporificam ideais’ em experiências e interações coletivas em comportamento” (Moscovici, 2000, p.32); ou essa outra expressão, encontrada em muitos de seus livros: “O escritor bíblico já estava consciente disso quando ele afirmava que a Palavra se fez carne; e o Marxismo o confirma quando afirma que ideias, uma vez disseminadas entre as massas, são, e se comportam como forças materiais” (2003, p.48). Essas forças materiais são as representações sociais.

Nessa mesma linha de ideais, incluindo o emprego da mesma expressão bíblica – “*Palavra feita carne*” – caminham as reflexões de Paulo Freire. Ele emprega o termo “*Palavração*” (1992, p.20) ao discutir a inseparabilidade entre teoria e prática na tarefa educacional. O que interessa é a dimensão “ilocutória” do ensinar. Dentre seus trinta livros, treze trazem no título a palavra “pedagogia”, significando que o “conteúdo” central do ensinar é a prática, as “interações no comportamento”, como diz Moscovici: as RS agem como “corporificação de ideias”, como práticas ou fenômenos que constituem “quase que uma realidade tangível”, originada *na e através* da comunicação, a ilocução.

Alguns autores, como de Rosa (2006:186), ao analisar os pressupostos do sócio-construcionismo fazem menção que eles podem ser sintetizados com a expressão bíblica “*no princípio era a Palavra*”. Mas é uma segunda expressão bíblica, “*A Palavra feita carne*” que nos pode ajudar a compreender o que sejam as RS, uma relação intrínseca entre linguagem e realidade. Podemos ver aqui a diferença entre RS e os enfoques sócio-construcionistas.

É esse o momento de introduzir alguns comentários sobre o livro “*Psicologia das Minorias Ativas*” (Moscovici, 2011a) – publicado primeiramente em inglês em 1976, com o título *Influência Social e Mudança social* -, relacionando os achados descritos nesse livro com a discussão que estamos aqui desenvolvendo, *enfrentando os desafios* apresentados na análise das RS como linguagem. Ao menos dois pontos podem ser levantados aqui.

O primeiro refere-se à compreensão das RS como ação, como *prática*. Já sabemos que o autor escreveu esse livro primeiramente em inglês, pois queria trazer as discussões para o mundo de fala inglesa, os Estados Unidos. O livro é dividido em duas partes principais: a primeira faz uma análise crítica do funcionalismo, teoria que, como ele mostra, está subjacente ao referencial teórico e às pesquisas conduzidas pela psicologia social dos Estados Unidos. Os pressupostos do funcionalismo são os de que o mundo é um sistema fechado, que caminha inexoravelmente para o equilíbrio, pois há forças e leis determinantes por detrás dos fenômenos; não somente o mundo, mas também as sociedades e os grupos humanos se regem por tais leis.

Fica evidente que com tais pressupostos qualquer mudança fica impossibilitada. Os gestos e os movimentos de discordância,

de não conformidade com as regras e normas de uma instituição ou grupo são, conseqüentemente, vistos e considerados como rebeldia, desvio de comportamento, agressão, que devem ser rejeitados e castigados.

Moscovici (2011a) parte das próprias pesquisas desses autores sobre conformidade e mostra que elas podem ser vistas de outro modo: como inovação e desejo de transformação e mudança. A realidade não é algo determinado, terminado, mas algo em construção, e o conflito faz parte da realidade social.

Na segunda parte do livro, mostra como é necessária, e possível, uma outra teoria, a teoria da inovação, do ponto de vista genético, que possibilita a mudança. E é aqui que se podem ver as RS como prática, e uma prática que leva à mudança. Vejamos como se pode justificar esse entendimento através da análise desse processo.

A partir também de investigações por ele conduzidas, Moscovici (2011a) mostra que o que faz mudar não são reflexões e conceitos teóricos, mas uma *prática*. E que seria essa prática? Ela é uma *apresentação* que é uma *representação* das pessoas. Uma prática que é um comportamento, uma ação, que ele denomina de *um estilo de comportamento*. O estilo é um jeito, um método, uma maneira, isto é, uma *prática*.

E quais os estilos que o autor vai descobrir, a partir de suas investigações? Ele aponta para três principais:

- a) A autonomia, ou a consciência da própria identidade, isto é, a consciência de quem se é e do que se quer. Uma “independência de juízo e de atitude que reflete a determinação de agir segundo os próprios princípios” (Moscovici, 2011a, p.120).

- b) A coerência e consistência no agir. Esse parece ser o mais central dentre os estilos de comportamento. Só é possível verificá-lo através do tempo e na comparação entre *o que se diz* com *o que se faz*.
- c) A justiça, equidade, que implica fundamentalmente “a preocupação de levar em conta a postura do outro” (Moscovici, 2011a, p.148), uma ética da alteridade.

É importante, e possível, ir um pouco mais a fundo e *problematizar* essa realidade que chamamos *prática*. Os pensadores das RS são quase unânimes em dizer que as RS são *práticas*. E essas práticas são ações, são *estilos*. Como exposto por Moscovici (2001, p.21) “até certo ponto, a representação que ‘está em lugar de’ pode também ‘agir para’, ou ‘agir em favor de’, ‘em lugar de’ aqueles ou aquilo que ele representa. ... O que elas fazem não se pode comparar com o que elas são”. Essas ações-práticas são *estilos* não apenas para se comunicar, mas também estilos para agir, atuar; estilos para se *representar*. Para que haja uma mudança, e essa a intuição de Moscovici, não é necessário pegar em armas. Basta a *apresentação/representação* de um novo estilo, uma nova prática, para que uma nova representação seja criada. No último capítulo do livro “Psicologia das Minorias Ativas”, Moscovici (2011a) faz uma análise detalhada do papel exercido por Solzhenitsin, *A dissidência de um só*, onde ele mostra que o estilo, a prática de um dissidente, materializada através de sua coerência, identidade e ética foi tornando evidente uma nova *atmosfera social*, já tacitamente sentida por muitos, mas que não tinham coragem suficiente para se *apresentar*; e foi tal *prática* que possibilitou uma *inovação*, a mudança de toda uma nação.

Peço permissão para um breve comentário sobre os *novos meios sociais*. Não há dúvida de que vivemos numa nova atmosfera em que prolifera um grande número de maneiras diversas de comunicar, denominados em geral como os *novos meios sociais* que ajudam a criar um novo ambiente. Assim como para todos os outros meios, contudo, a questão que deve ser levada em consideração nesse contexto é perguntar sobre qual a *dimensão ilocutória* desses novos meios.

Confrontados com uma comunicação instantânea acessível a muitos, feita oralmente, por escrito, por imagens, por estratégias subliminares etc., devemos identificar qual sua prática implícita, as relações que elas corporificam. Qual seu estilo? São esses meios autoritários, verticais, de mão-única, conclusivos, implicando uma posição absolutista ou, em vez disso, apresentam-se eles como abertos à discussão, mais fazendo perguntas do que dando respostas absolutas?

Concluindo: O que procurei mostrar com esses comentários é que existem certamente muitos desafios que devem ser enfrentados quando lidamos com RS. E alguns têm a ver com a *ontologia* das próprias representações. Nas páginas acima tentei discutir alguns deles. Creio ter conseguido ao menos identificá-los. Os questionamentos foram dirigidos primeiramente à *ontologia* das RS: o que significa dizer que as RS são um fenômeno, um ambiente social e cultural?

E em segundo lugar perguntou-se: qual a relação das RS com as diferentes práticas, tanto comunicativas como comportamentais, que podem apresentar oportunidades para inovação e mudança?

As RS não podem ser reduzidas a um conceito; elas são fenômenos, elas são ambientes sociais e culturais. Elas não podem

também ser reduzidas a puras palavras, sons ocios e vazios; elas são realidades concretas, elas são práticas, são “palavrações”.

Referências

- de Rosa, A.S. (2006) “The ‘boomerang’ effect of radicalism in *Discursive Psychology: A critical overview of the controversy with the Social Representations Theory*”. *Journal for the Theory of Social Behavior* 36>2, 2006, p. 161-2001).
- Freire, P. (1992). “Palavração”. *Mundo Jovem*, 27 (8), PUCRS, Porto Alegre, p. 20.
- Jesuíno, J. C. (2014). Introdução. In: Jesuíno, J. C.; Felismina R. P.; Mendes e Lopes, M. J. (orgs.). (2014). *As Representações Sociais em Sociedades em Mudança*. (no prelo). Petrópolis: Vozes.
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion. In: Jodelet, D. (Ed.). *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1972). Theory and society in social psychology. In: Israel J.; Tajfel, H. (Eds). *The Context of Social Psychology: A Critical Assessment*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In: Farr, R.; Moscovici, S. (Eds.) *Social Representations* (pp. 3 - 69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (2000) *Social Representations – Investigations in Social Psychology*. Cambridge: Polity Press.
- Moscovici, S. (2001) Why a theory of Social Representations. In: K. Deaux, G. Philogène (eds) *Representation of the Social: Bridging Theoretical Perspectives*. Nova Iorque: Blackwell: 8-35.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes (editado e com apresentação de Gerard Duveen).
- Moscovici, S. (2008) *Psychoanalysis – Its Image and Its Public*. Cambridge: Polity Press.
- Moscovici, S. (2010) *The Invention of Society – Psychology and Sociology*. Cambridge: Polity Press (edited by Gerard Duveen).
- Moscovici, S. (2011a). *Psicologia das Minorias Ativas*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2011b). *A Invenção da Sociedade*. Petrópolis: Vozes.



O Grupo de Leitura: *o educador/ pesquisador é o seu grupo de reflexão*

Introdução

Vejo-me quase que numa obrigação de falar do Grupo de Pesquisa, pois num olhar retrospectivo que queira ser sincero, respeitoso e crítico tenho de reconhecer que em grande parte, *o pesquisador é seu grupo de pesquisa*. Ao menos assim foi para mim. Ele pode carregar o nome do coordenador mas, ao menos para meu caso, o coordenador não representa o Grupo, principalmente no que esse grupo significou e produziu. Preciso confessar que em praticamente todos os aspectos, até mesmo nos terríveis trâmites burocráticos, se não fosse a mão e o ombro carinhosos do Grupo, dificilmente teríamos chegado ao patamar que chegamos. Vai então, desde logo, meu reconhecimento sincero e amoroso.

Olhando para trás e refletindo sobre esses pouco mais de 50 anos de presença em programas de pós-graduação, fui tomando consciência dessa experiência que se mostrou extrema-

mente exitosa e que se apresentou até mesmo original, ao menos nos primeiros tempos do Programa em que trabalhei. Reconheço com humildade a importância dessa experiência. Ela merece ser lembrada e contada, pois certamente poderá inspirar a muitos outros colegas de trabalho nesse Brasil afora. No meu caso, creio que ela deve muito de seu êxito à informalidade e àquilo que chamaria de *gratuidade*: surgiu quase que espontânea, foi crescendo de forma totalmente participativa e trouxe muito prazer creio que a quase todos os que dela fizeram parte em algum momento de sua caminhada.

Nome e trajetória

É difícil dar-lhe um nome, pois ele foi assumindo diferentes facetas e era denominado de diferentes modos pelos que a ele se referiam. Penso que o melhor apelido, e o mais comum, seria o de *Grupo de Leitura*, e assim que vou a ele referir-me nos comentários que seguem. Mas era também chamado de grupo de pesquisa, grupo de discussão, grupo das terças-feiras, pois durante os 33 anos que funcionou, a única coisa que permaneceu *imutável* foi o horário: 3ª. feira às 14 horas.

Pelas tantas da caminhada, não me lembro exatamente a data, apareceu a idéia – que já passou a ser considerada norma – de que os Grupos de Pesquisa, ou Leitura, poderiam já funcionar como *seminários*, e com isso já poderiam oferecer créditos aos participantes. Na verdade já existiam *seminários de leitura*, em que determinado professor oferecia a oportunidade de aprofundar leituras em determinados autores e isso valeria como crédito aos alunos. Foi discutida a idéia no nosso Grupo e

se achou interessante então oferecer essa vantagem aos que desejassem. Mas para além dos créditos sempre houve alguns que acompanharam o Grupo diria por prazer e gratuidade. Esses se constituíam no *coração* do Grupo.

A *semi-mudança* do Grupo em seminário não foi pacífica. De um lado, apresentaram-se certas vantagens, mas ao mesmo tempo desvantagens. A vantagem principal seria a de os alunos poderem receber créditos. Mas as desvantagens apontadas pelo *coração* do Grupo eram também reais. Chegou-se a um acordo que se aceitaria poder ter crédito, mas que se deveria manter a originalidade do Grupo e garantir determinadas características, entre elas: que fosse um grupo restrito para que pudesse facilitar a discussão participativa; que se garantisse um tema com foco específico proposto pelos participantes, inclusive o título que já era discutido no semestre anterior junto com os pontos principais de discussão; que os mestrandos e doutorandos tivessem, para além das tarefas planejadas, um espaço para discussão de seus projetos e impasses.

Na verdade, o Grupo passou a ser *seminário* apenas após 25 anos de sua trajetória, e continuou sem perder seu carisma. O grande problema era limitar o número de participantes. Acontecia às vezes que os inscritos percebiam que não era exatamente o que queriam e desistiam. Aos poucos os que se inscreviam já estavam cientes da especificidade do Grupo e vinham participar sabendo das restrições. De minha parte, a única exigência era de que os orientandos de mestrado e doutorado participassem das discussões, pois uma das principais características era que os projetos de mestrado e doutorado dos participantes fossem discutidos no Grupo. E isso acontecia sempre que certos im-

passes por eles sentidos se manifestavam. Em geral não era necessário reservar todo o encontro apenas para a discussão dum projeto, mas esse espaço era privilegiado. Quase sempre eram os próprios participantes que pediam – quase exigiam – que seu projeto e suas dúvidas fossem colocados na arena. Mas muitas vezes eram jogados na fogueira por iniciativa minha. Esse procedimento é estratégico, pois assim ninguém fica escondido no silêncio ou no anonimato. E os resultados dessa prática mostraram-se realmente muito importantes e frutuosos, pois as provocações dos membros Grupo, que já conheciam em parte seus parceiros/as, eram valiosíssimas para questioná-los, recolocá-los no trilho. Eu mesmo me sentia bastante aliviado e me dava conta de quantos aspectos de um projeto de pesquisa não seriam explorados e avaliados, por um lado; e, por outro lado, quantas facetas do problema de pesquisa escolhido pelo mes-trando e doutorando, não seriam ampliadas e aprofundadas se a avaliação fosse deixada apenas a cargo do orientador. Considero esse ponto um dos mais valiosos de um Grupo de Leitura.

Uma das máximas que herdei de Paulo Freire que me ilumina até hoje, e de cujo valor e verdade estou sempre mais convencido, é de que “não há um que sabe mais ou menos, mas que há saberes diferentes”. E são esses ‘saberes diferentes’ que entram em jogo no momento em que se discute qualquer tema, principalmente algum projeto. Cada participante tem seu ponto de vista, e no momento em que o projeto, melhor, o problema de pesquisa do orientando é jogado no Grupo, as sugestões e alternativas de diferentes enfoques para enfrentá-lo com mais abrangência e profundidade são inúmeras, e na maioria das vezes muito oportunas e frutíferas. Foram muitos os participantes que

redimensionaram sua investigação e outros que se animaram a enfrentar e ir à frente contando com a solidariedade e colaboração dos colegas todos do Grupo. Confesso com sinceridade que se estivesse só nessas avaliações, muito se teria perdido na investigação dos mestrandos e doutorandos. Mas não posso deixar de atestar que a experiência do grupo não deveria ser dada aos seus aspectos objetivos formais, metodológicos ou até mesmo burocráticos. Creio que o mais rico da experiência deva ser atribuído a certo *ethos pedagógico* que se procurou estabelecer no grupo: um estilo de relação vivenciado no grupo, um espaço em que as práticas procuravam ser materializadas por outro horizonte de relação. Certamente o Grupo de Leitura é bem mais que um grupo de pesquisa. Os orientandos podem assim ir sendo substituídos, mas é indispensável que um *ethos* baseado num novo estilo de relação com o saber permaneça e perpasse por todos os que participem dessa experiência educacional e pedagógica.

Pressupostos e estratégias subjacentes a um Grupo de Leitura

Todos os que reservam algum tempo para refletir vão se dar conta dos inúmeros aspectos que ficam ocultos, sem ser levados em consideração, nas práticas pedagógicas rotineiras. Tendo o cuidado de meditar sobre nossa própria trajetória, fui descobrindo certos *segredos*, dos quais não mais lembramos ou que, às vezes temos vergonha, ou pudor, de revelar. No meu caso tenho vários. Mas há um muito especial, que muito me ajudou, e que tem muito a ver com meu crescimento e realização acadêmica. Partilho com cuidado, pois acredito que, possivelmente, poderá

ajudar a outros e outras colegas que procuram ser autênticos no desempenho dessa vocação de educadores.

No início de minha caminhada acadêmica, ainda no exterior, sendo os estudos todos em inglês, incentivados por um professor que realmente gostava dos alunos, iniciamos um Grupo de Leitura para melhor dar conta das exigências do curso. Lembro ainda que a disciplina tratava das teorias sociológicas. Éramos cinco ou seis participantes, a maioria, como eu, de outros países e com dificuldades de dar conta das exigências do curso. A dinâmica era mais ou menos assim: dividíamos as tarefas e em cada encontro um de nós se encarregava de apresentar aos colegas determinada teoria. O que nos acontece, em geral, quando somos desafiados a enfrentar uma tarefa nova e difícil é que, devido a nossas limitações, buscamos os recursos possíveis e nos esforçamos para fazer o melhor. Isso também porque, como no meu caso, ninguém se sente bem se ao encontrar os colegas confessar que nada fez. E assim envidamos o máximo de esforços para nos sairmos bem. E mais um detalhe: na maioria das vezes pensamos que não podemos realizar tal tarefa, por isso nem tentamos. A lição importante que aprendi dessa experiência: comecei a me dar conta de que eu também *podia*, e que ao falar aos demais eles se surpreendiam com o que eu apresentava e se admiravam do que dizia. E que aquilo que eu apresentava fazia sentido, era até novidade para eles. E mais: entendiam e apreciavam o que estava sendo dito. E assim nós vamos nos dando conta de que também temos qualidades, nem melhores, nem piores que as dos outros, mas diferentes.

Pois é isso que acontece num Grupo de Leitura. Se não tivesse passado por essa experiência dificilmente iria entender

o comportamento da maioria dos que procuravam o Grupo. Eles/elas chegavam tímidos, não sabiam o que ia acontecer. Tinham ouvido falar do Grupo, tinham vontade de participar, mas não se arriscavam a falar. Parecia que tinham receio de escutar a própria voz. Relembro aqui quantas vezes em nossos encontros alguém que nunca tinha falado se arriscava a manifestar sua opinião e depois ficava feliz e ao mesmo tempo realizado em saber que o que tinha dito fazia sentido! E das próximas vezes, ele já participava com mais coragem. Vai aqui o cuidado e o carinho de quem coordena um grupo de procurar, e até insistir às vezes, sem forçar, na participação de todos/as. De mostrar que todos possuem um *saber*. Nem melhor, nem pior, mas diferente.

Faço um parêntese para lembrar Paulo Freire. Até certo ponto o Grupo de Leitura resgata um dos pressupostos sobre o qual Freire insistia ao iniciar o que ele chamou de Círculo de Cultura. Desde o primeiro encontro a tarefa indispensável era mostrar aos participantes que cada um dos presentes *sabia* alguma coisa. Por isso cada um falava de sua prática, seu trabalho, sua atividade. E desse modo para os próximos encontros se escalavam pessoas para que fizessem, ou trouxessem, algo que elas *sabiam* fazer: comidas, costuras etc. E num passo seguinte colocavam-se em comum os interesses e as aspirações procuradas por cada um com sua participação no Círculo. Lembro-me que certa feita, na *Vila Tamanca*, (hoje *Vila Esmeralda*) um senhor disse que era mestre de obras e tinha sob seu comando dois engenheiros, mas ele não sabia ler. E estava mais e mais difícil *esconder* que ele não sabia ler. Por isso ele queria aprender, no grupo, *o truque das letras...*

Ressalto ainda alguns pontos que podem talvez servir a quem esteja pensando se arriscar numa experiência parecida com a de um Grupo de Leitura. Logo de início, a grande diferença é que nele deve ser garantido um *ambiente* onde as pessoas se sintam verdadeiramente em casa. Devem sentir-se livres e leves, superando a rotina e as normas implícitas e tácitas de uma sala de aula tradicional. Sentir-se num local prazeroso. Essa não é uma tarefa fácil. Como garantir que as pessoas tenham liberdade de propor questões, sentir-se à vontade e ao mesmo tempo garantir que se possa crescer, que as pessoas se sintam questionadas e coloquem seu espírito a pensar, como que forçando sua criatividade na busca de respostas aos desafios propostos?

Um ponto que pode ajudar é propiciar, no início do encontro, um momento de partilha, que chamávamos de momento para *comunicações*, ou *avisos*, coisa assim. Era a ocasião em que as pessoas se sintonizavam com os fatos mais marcantes sucedidos ou na academia, ou mesmo na política local ou nacional. Muitas vezes era dedicado um bom tempo para isso, até meia hora. E a partir daí se buscava um *gancho* para entrar no tema da discussão. Era a oportunidade em que os interessados lembravam pontos importantes que não podiam ser deixados no esquecimento e também a hora de alguns *pedirem socorro* por se acharem perdidos em sua caminhada acadêmica, ou mesmo vivencial... Tornava-se às vezes até mesmo um momento de ajuda mútua e parceira.

Outro ponto que muito ajudava e na maioria das vezes se mostrou bastante válido: o coordenador que enfrentar essa prática deve propor-se estar, de fato, sempre presente, não espacial, nem temporalmente mas, diria, mantendo os participantes sin-

tonizados com a caminhada social e global da proposta. Que quero dizer? Algo assim como lembrar sempre o objetivo central do projeto e situá-lo no contexto amplo da proposta. Lembrar a que altura se está da caminhada e manter as pessoas atentas ao todo, para onde se pretende chegar. Por exemplo: uma coisa que sempre ajudava era a praxe de enviar perguntas, curtas e provocativas, durante a semana (quando os encontros eram semanais) aos membros do Grupo, lembrando o que se tinha discutido no último encontro – uma pequena memória – e sugerir, ou provocar os participantes com certos desafios sobre o que era esperado para o próximo encontro. Se, por acaso, a proposta fosse a discussão sobre a leitura de um novo capítulo de livro, ou um artigo que tinha sido escolhido, é fundamental que o coordenador tenha lido o capítulo ou artigo e provoque, ou até mesmo ofereça, através de pergunta(s) provocativas uma pista para que as pessoas leiam o texto sob essa luz. O encontro começava assim com a re-colocação dessa proposta.

Essas são reflexões que partilho com cuidado e também a partir de uma postura crítica. Se puder ajudar, tudo bem. Mas nenhum grupo vai ser igual ao outro. E mais: aprende-se na caminhada. Sempre existem percalços. Houve um tempo, estava fora, em que o Grupo se *rebelou*, por assim dizer, pois a proposta era, no mínimo, muito exigente. Lembro-me que foi na leitura dos dois volumosos textos da *Teoria da Ação Comunicativa* de Habermas. E decidiram por outros caminhos. Ao voltar, disseram que não tinham visto proveito naquilo. E percebi que, de fato, o momento não estava maduro. Interessante que um ano ou dois depois os próprios participantes resolveram “pegar o boi pelo chifre”, e enfrentamos o misterioso Habermas com enorme proveito.

Um ponto um tanto sutil (falo de própria experiência), que às vezes temos vergonha de reconhecer, que se aplica a nós mesmos, e no caso pode fazer também com que membros do Grupo desanimem e o abandonem, é o seguinte: ao entrar em contato e ao arriscar discutir autores que possuem um pensamento complexo e inovador, com o emprego de conceitos novos, que se expressam de maneira e linguagem peculiar, é importante prevenir os participantes e preveni-los que nunca, ou dificilmente, se vai entender tudo o que um autor quer expressar, e que às vezes não se vai entender quase nada, na primeira leitura ou num primeiro intento. Quando entramos num território estranho, precisamos de tempo para nos familiarizar. É oportuno então lembrar que nosso entendimento de certos temas e autores vai se dando por *insights* sucessivos. Dificil traduzir o termo *insight*, mas pode ser entendido como *sacada*, que tem a ver com uma descoberta, quase que uma iluminação súbita. E apenas aos poucos vamos adquirir os elementos suficientes para entender o que se leu. E é exatamente para isso que se presta um Grupo de Pesquisa: para introduzir as pessoas em temas complexos e árduos. Pode acontecer que se vá entender o que se leu a primeira vez apenas dois ou mais anos depois, e muitas vezes em circunstâncias bem diversas, em reflexões pessoais ou por outras leituras paralelas etc. Mas o importante é isso: dar a largada! Foi feita a iniciação, por difícil e precária que tenha sido, E aos poucos nos vamos apoderando dessas problemáticas complexas.

A reflexão acima me lembra de outro ponto que julgo central: a necessidade de arriscar, de pensar corajosamente, de ousar. Gosto da reflexão de Paulo Freire onde ele mostra que a vida é *risco*. Viver é arriscar-se. Nunca se sabe o que virá. Mas agora

o mais importante e pedagógico: se não se arrisca, nunca chegaremos lá. Quem não arrisca, esmorece e murcha. Morre. É por isso que o medo é castrador, o medo paralisa. Olhando para a trajetória percorrida, dou-me conta da importância de arriscar, de ousar, de pensar grande e com audácia, pois sem essa tentativa, nunca se chega lá. É o que passo a lembrar a seguir.

Alguns rastros da caminhada

Depois de duas décadas, ou pouco mais, ao iniciar os semestres vinha-me a idéia de lembrar aos que iniciavam a caminhada parte do que já se tinha feito. Não para repetir, mais para provocar e desafiar a um mergulho em águas mais profundas. Foi sendo feita, desse modo, uma documentação do que se tinha produzido nos anos anteriores³.

Após algumas consultas e sugestões achei mais didático concentrar-se nesse ensaio sobre a pluralidade das leituras e, conseqüentemente, dos autores mais centrais em cada área de estudo e pesquisa. Apesar de os Programas serem de *Psicologia Social* na PUCRS e de *Psicologia Social e Institucional* na UFRGS, pode-se ver que as reflexões não ficaram especificamente aí, mas se alongaram para áreas afins. Vou lembrar e comentar as principais atividades. Elas não estão em ordem cronológica e muitas iam se sobrepondo. A separação em áreas não significa, evidentemente, que tais autores/as, ou leituras, se restrinjam a essa classificação; a maior parte deles perpassa diversas áreas;

3 A Dra. Denise Amon que participou quase que desde o início do grupo até a presente data possui um arquivo das leituras que foram feitas e recomendadas. Sua publicação oferecerá com certeza um retrato surpreendente da caminhada percorrida.

escolhi a que, no meu entender, seria mais central ao autor/a e à obra.

a) Encontros centrados na Psicologia Social

Evidentemente, já pelo nome da linha de pesquisa, *Ideologia, Comunicação e Representações Sociais* (RS), autores ligados às RS ocuparam o espaço principal. E entre eles, logicamente, o iniciador da teoria, Serge Moscovici. Ao menos quatro de seus principais livros foram lidos, e alguns traduzidos: *Representações Sociais - investigações em Psicologia Social* traduzido pelo coordenador; *A Invenção da Sociedade; Psicologia das Minorias Ativas*, traduzido em mutirão pelo Grupo; *A Invenção da sociedade - sociologia e psicologia*; e sua obra seminal *Psicanálise - sua imagem e seu público*, que foi lida em parte pois sua tradução ao português é bem mais recente. Além disso, foram lidos vários de seus artigos.

Um segundo autor que é central à Psicologia Social é Robert Farr, da London School of Economics and Political Science (LSE), com quem entramos em contato já no início da década de 1990, através de sua orientanda de doutorado, Sandra Jovchelovitch. Ele esteve no Grupo por duas oportunidades, oferecendo cursos e indicando caminhos para uma Psicologia Social moderna e crítica. Seu livro, *Raízes da Moderna Psicologia Social*, foi traduzido por mim e já possui mais de 10 edições em português; é leitura obrigatória na maioria dos cursos de pós-graduação em Psicologia Social no Brasil. De Robert Farr lemos também inúmeros de seus artigos sobre RS e epistemologia.

Uma terceira autora que, apesar de residir e ser *professor* na LSE, sempre foi considerada como membro do Grupo, é Sandra

Jovchelovitch. Ela é uma das pioneiras e fundadora do Grupo em 1987, e participou dele até 1990, quando foi a Londres cursar o doutorado. Em cada uma de suas inúmeras vindas ao Brasil Sandra era presença obrigatória, ministrando cursos e palestras não só para o Grupo, mas para todo o Programa de Pós-Graduação. Grande parte de nossas leituras foram sugeridas por ela. Dois de seus livros foram lidos e discutidos com prazer e proveito pelo Grupo: *Os Contextos do Saber*, de 2007, escrito após dez anos de pesquisa e reflexão na área das RS; e *Sociabilidades Subterrâneas*, de 2015. Seus inúmeros artigos eram imediatamente traduzidos e fazem parte seleta de nosso acervo.

Outras leituras marcantes ligadas à Psicologia Social foram *Dialogicidade e Representações Sociais - As Dinâmicas da Mente*, de Ivana Marková; também o livro *Argumentando e Pensando - um enfoque retórico à Psicologia Social* de Michael Billig, que marcou fortemente o Grupo, além de inúmeros outros artigos ligados à área.

b) Encontros centrados na Filosofia

A Filosofia nos perseguiu durante todos esses anos, já por que é impossível pensar, pesquisar, produzir algo sem que ela esteja de espreita, sempre vigilante em sua intrínseca dimensão crítica. No que me diz respeito, devido certamente ao fato de ter começado minha vida acadêmica cursando a filosofia, ela sempre esteve presente em minhas atividades e projetos. E nas lides do Grupo, ela marcou forte presença.

Duas dimensões da Filosofia foram privilegiadas e influenciaram nossas leituras. A primeira foi a Filosofia da Ciência, e

dentro desse âmbito a crítica da modernidade, principalmente dos seus pressupostos. Influíram aqui fortemente Boaventura Sousa Santos com suas reflexões em *Pela Mãe de Alice*; David Harvey com *A Condição Pós-Moderna*; e Zygmunt Bauman, com inúmeros de seus livros, principalmente *Modernidade e Holocausto*, e *Modernidade e Ambivalência*.

Aproveito para um parêntesis sobre a Filosofia. Por todas as universidades por onde estudei – Estados Unidos, Inglaterra, Itália – não lembro de um programa de Pós-Graduação que não oferecesse uma disciplina, em geral obrigatória, sobre Filosofia da Ciência. Falando com sinceridade não entendo como alguém se arrisque a cursar uma pós-graduação sem que tenha, no mínimo, uma visão crítica – pois a Filosofia é crítica em sua própria constituição – sobre a história do pensamento humano, identificando os pressupostos metafísicos, epistemológicos, éticos e estéticos das diferentes teorias que nasceram das inquietações dos humanos e como foram se tornando hegemônicas em diferentes momentos da caminhada. Sem esse panorama relativizador e crítico acontece, como pude ver, e infelizmente ainda se vê, que muitos alunos de pós-graduação entram num programa como que tutelados e direcionados – ia quase dizer pré-determinados – para certa visão teórica, participando quase que exclusivamente de seminários ligados a esse mundo, perfazendo sua formação amarrados a determinados enfoques que o tempo inexoravelmente os irá substituindo. Desculpem dizer isso: mas em várias ocasiões de avaliação lembrei essa lacuna, mas nunca se ouviu um eco sequer.

Uma segunda dimensão foi a da Filosofia *qua talis*, que questiona, histórica e criticamente, a peregrinação do pensa-

mento humano. Uma autora que nos acompanhou nessa caminhada foi Hannah Arendt, principalmente em três pontos: primeiramente sobre filosofia política, repassando a história da humanidade dos gregos aos movimentos políticos modernos; depois disso em sua discussão sobre o trabalho e a própria *Condição Humana*; e finalmente o livro de sua vida, inacabado como todas as vidas, sobre o qual nos debruçamos nos últimos três anos, *A Vida do Espírito - pensar, querer, julgar*: a trajetória do pensamento humano que somos levados a admirar, meditar, contemplar e comparar com o momento em que vivemos.

Com ênfase na Filosofia lembraria aqui também autores como Norbert Elias, com *A Sociedade dos Indivíduos*, uma síntese da história das civilizações; Eric Wright, Eliot Sober e Andrew Divine em sua crítica filosófica ao Marxismo - *Reconstruindo o Marxismo: Ensaio sobre a explicação e teoria da história*; de Karl-Otto Apel, *Ciência como emancipação? Uma apreciação crítica da concepção de ciência da "teoria crítica"*. E ainda alguns livros como: de Moscovici *Natureza - para pensar a Ecologia*; e no aprofundamento da Teoria Crítica examinamos o livro de Raymond Geuss, *Teoria Crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt*, e Bárbara Freitag, *A Teoria Crítica Ontem e Hoje*.

c) Encontros centrados na Comunicação

Sendo que os termos que marcavam nossas investigações se referiam à *Ideologia, Comunicação e Representações Sociais*, é fácil entender a forte ênfase dada a leituras sobre Comunicação, principalmente em sua dimensão crítica. A partir daí compreende-se também a importância dada à Ideologia. Nosso im-

portante interlocutor nesse campo foi John B. Thompson, de Cambridge, que esteve por duas vezes em Porto Alegre a convite do Grupo. Mas ele foi também mediador – junto com a Prof. Sandra – de nossas leituras de Habermas, principalmente os dois volumes de sua poderosa obra, *Teoria da Ação Comunicativa*. O livro, contudo, mais importante discutido no Grupo, inclusive traduzido pelo Grupo, como veremos, foi *Ideologia e Cultura Moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. O interesse pelo livro começou devido a seu último capítulo, a *Hermenêutica de Profundidade*, como comento adiante. Outra obra de Thompson que foi lida em parte, mas foi muito usada por membros do grupo foi *O Escândalo Político – Poder e Visibilidade na Era da Mídia*. Vale lembrar também a leitura de vários capítulos do livro organizado por Martin Bauer, *Psicologia Social da Comunicação*, onde discutimos, entre outros temas, a questão da retórica.

d) Encontros centrados na Sociologia

A Sociologia foi também uma área que ocupou um bom espaço nas leituras. Fomos desafiados por autores como Pierre Bourdieu e seu livro *A Miséria do Mundo*, inclusive seus aspectos metodológicos; Eric Hobsbawm em *A Era dos Extremos*; e várias produções de Zygmunt Bauman, como *Comunidade, Modernidade Líquida, Vidas Desperdiçadas*, entre outros. Da trilogia de Manuel Castells, *Ideologia, Sociedade e Cultura: A Sociedade em Rede* aprofundamos principalmente seu primeiro volume, *A Era da Informação*, e suas contribuições para o entendimento do *capitalismo informacional*. Vale mencionar aqui que o primeiro texto

lido no Grupo, muito por influência da Prof. Sandra, foi o Cap. III de *O Capital*, de Karl Marx, com sua discussão psicossocial sobre o *fetichismo do objeto*.

e) *Encontros centrados na metodologia e epistemologia*

Olhando para trás, constato que houve um ponto importante que o Grupo teve de enfrentar e, creio, pode contribuir com produções importantes. Sabemos todos que a dimensão epistemológica/metodológica sempre foi um ponto fraco nos programas de pós-graduação, principalmente os ligados às ciências humanas e sociais, como a psicologia e psicologia social. A questão é que essas disciplinas lidam com um objeto de estudo que implica sentido e interpretação, bem diverso do das ciências exatas, onde as metodologias de pesquisa se desenvolveram rapidamente e, sorrateiramente, passaram a se tornar hegemônicas, imprimindo seus pressupostos epistemológicos e seus métodos de investigação nas ciências humanas. Passamos a enfrentar, devido a isso, a candente questão do dilema epistemológico quantitativo versus qualitativo. Penso que o Grupo trouxe duas importantes contribuições que avançaram no esclarecimento dessa falsa polêmica.

A primeira, já em, 1990, foi a tradução e divulgação do Capítulo VI do livro de John Thompson, *A Hermenêutica de Profundidade*. A chegada desse subsídio foi um alívio para muitos pesquisadores brasileiros. E foi realmente importante, pois Thompson trabalhava com pesquisa em Comunicação, principalmente no aspecto da Ideologia, e não é possível empregar métodos quantitativos na análise de formas simbólicas e estratégias

ideológicas que lidam com sentidos. A importância da divulgação desse capítulo levou o Grupo a traduzir o livro por inteiro, *Ideologia e Cultura Moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Foi a primeira produção verdadeiramente conjunta do Grupo.

A segunda, que teve participação mais indireta do Grupo, foi a tradução do livro de Martin Bauer e George Gaskell, *Metodologia Qualitativa com Texto, Imagem e Som*, publicada no ano de 2000. Vou revelar o que me levou a traduzir esse livro. Numa das viagens à LSE contou-me o Prof. Bauer, que trabalhava no conceituado Departamento de Metodologia da LSE, que a toda hora chegavam até eles inúmeras cartas e consultas sobre pedidos de editoras, principalmente de revistas, que recebiam pesquisas feitas por pesquisadores que empregavam métodos qualitativos; e eles se sentiam inseguros e incapazes de decidir sobre a validade e garantia *científica* desses métodos. Foi então que, com o colega George Gaskell, decidiram enfrentar o problema e arriscar uma contribuição. Selecionaram 14 pesquisadores internacionais, entre os mais conhecidos, que trabalhavam com metodologias qualitativas diferentes cada um em sua área, e pediram a cada um deles que apresentassem a fundamentação científica de seu método e um pequeno exemplo de como se poderia com ele pesquisar com relativa segurança, justificando o emprego da metodologia. Surgiu assim o livro que foi traduzido e discutido no Grupo, constituindo-se num grande alívio para os programas de pós-graduação em ciências humanas no Brasil. As suas mais de dez edições mostram sua valiosa e oportuna contribuição.

Traduções

Uma questão paralela, mas que se colocou em alguns semestres como tarefa central, foi a tradução de diversos livros que, diria, fizeram história e influenciaram fortemente não apenas o Grupo, mas inúmeros outros programas de Psicologia, principalmente de Psicologia Social, em todo o Brasil. No início de nossa caminhada jamais sonhei que fôssemos necessitar desse recurso para aprofundamento dos trabalhos do Grupo. Já tinha feito algumas traduções pensando na divulgação de produções relevantes e necessárias para a academia em âmbito de Brasil⁴. Mas a necessidade e oportunidade de ter um Grupo ligado à área facilitaram muito esse empreendimento.

A primeira tradução feita no Grupo foi o artigo de Moscovici, *Sociedade e Teoria em Psicologia Social*, publicado originalmente em 1972 no livro de Israel & H. Tajfel, *The Context of Social Psychology*. Um texto fortemente provocativo que embasou muitas de nossas discussões. Foi publicado em português como o segundo capítulo do livro *Representações Sociais - investigações em Psicologia Social*, em 2002, com mais artigos de Moscovici, selecionados por Gerard Duveen.

A segunda tradução foi do livro de John Thompson, *Ideologia e Cultura Moderna*, que já mencionei, e do qual já vínhamos trabalhando com o capítulo sobre *Hermenêutica de Profundidade*.

Em 1994, visitou, a convite do Grupo, o programa o Prof. Robert Farr, da LSE, e nos propiciou um excelente Curso de Ex-

4 Entre as contribuições do Grupo, ao menos de maneira indireta, para o avanço e aprofundamento do estudo da Psicologia Social no Brasil está a *Coleção Psicologia Social*, da Editora Vozes, de Petrópolis, constituído na presente data por 40 títulos.

tensão sobre a História da Psicologia Social Moderna. Em 1997 ele publicou seu único livro, *Raízes da Psicologia Social Moderna*, fruto de 25 anos de investigação na área, que foi logo traduzido oficialmente por mim e por Valerio Maya, membro do Grupo (*in memoriam*), mas foi comentado e discutido com os membros do Grupo.

Em 2007 uma das pioneiras de nosso Grupo, Sandra Jovchovitch, publicou em inglês seu já clássico livro *Knowledge in Context - Representations, Community and Culture*. Logo no ano seguinte foi feita a tradução - Os Contextos do Saber: representações, comunidade e cultura. À medida em que ia sendo traduzido, o livro era também lido e discutido, constituindo-se, sem dúvida, no marco referencial mais importante para nossas reflexões.

Ainda em 2007, mas com término somente em 2009, e publicação apenas em 2011, foi feita a tradução, verdadeiramente em mutirão, do livro de Serge Moscovici - *Psicologia das Minorias Ativas*. O texto inicial para tradução foi a edição em espanhol. Foi cotejada e corrigida a partir da edição francesa. Sendo que o texto original tinha sido escrito em inglês, *Social Influence and Social Change*, com algumas particularidades específicas aos leitores dessa língua, aproveitamos alguns desses acréscimos do inglês que julgamos úteis e oportunos também a leitores do Brasil.

Escritos e Publicações

Em inícios de 2005 surgiu a idéia de o Grupo produzir um livro com as contribuições de participantes do Grupo anteriores até aquela data. A sugestão foi colocada em prática e desse modo foi sendo organizado o livro *Psicologia Social do Cotidiano - re-*

apresentações sociais em ação (Coleção Psicologia Social, Petrópolis: Vozes), que foi publicado apenas em 2007, organizado por Marília Veronese e Pedrinho Guareschi, e com a colaboração de Denise Amon, Adriane Roso, Lucia Stenzel,, Maria Luisa Carvalho, Ney Bruck, Denise Tatim, Hélio Possamai, Marcus Witczak e Caroline Zamboni.

Mas a produção mais importante e marcante foi a que foi construída a partir do final de 2016, quando o Grupo se sentiu desafiado pela urgência do momento e sentiu a necessidade de produzir análises e interpretações diante dos problemas novos e urgentes que as novas mídias estavam trazendo ao cenário político, econômico, social e cultural. Fomos provocados pela responsabilidade de nos constituirmos num Grupo de Pesquisa que tinha a problemática da *comunicação*, e sua relação com a *psicologia*, como dois dos três temas centrais. Foi então planejado um estudo aprofundado e crítico que ajudasse a compreender o papel que essas realidades e suas interrelações estavam ocasionando. Iniciamos com a análise do desenvolvimento da comunicação a partir da modernidade, suas conseqüências com a *virada linguística*, até chegar a seus surpreendentes desdobramentos com o surgimento da mídia eletrônica e das novas mídias sociais. Junto com isso foi estudado o uso dos recursos da Psicologia na área da Inteligência Artificial, dos algoritmos, do emprego de *Big Data* nas investigações com as informações contidas em endereços das plataformas digitais. E junto a essas transformações qual a influência que os vislumbres de uma nova Era, que passou a se chamar de *Era Pós-verdade*, vinha trazer à problemática da psicologia e da comunicação.

Após um ano de intenso trabalho e pesquisa foi publicado em fins de 2017 o livro *Psicologia, Comunicação e Pós-verdade*,

com contribuições de todos os membros do Grupo: 12 ensaios, 364 p. Ao final de 2018 foi publicada nova edição com correções e revisões. E finalmente ao final de 2019 foi publicada a 3ª edição, com atualizações e acréscimos, publicado como um novo livro: 13 ensaios, 435 p.

Visitas ao Grupo e do Grupo

Um último ponto que ressalto com alegria é o interesse e a coragem do Grupo em buscar, sempre que possível, alguém de outros programas no Brasil e principalmente no exterior, para oxigenar, por assim dizer, e trazer mais iluminações às atividades dos participantes. Relembro aqui apenas os que vieram de outros países, fundamentalmente da Europa. Mas nunca se perdia a oportunidade de trazer ao Grupo educadores e pesquisadores de programas brasileiros.

Entre as visitas principais, salientaria:

A primeira foi a do Professor Jean- Claude Abric, de Aix-la-Chapelle da França, em 1992. Abric, um dos principais pesquisadores na área das Representações Sociais, participou de um encontro com o Grupo e discutiu os projetos de pesquisa de alguns participantes.

Em 1994 fez sua primeira visita ao Grupo o Professor da LSE Robert Farr, com um curso de uma semana sobre a história e a Teoria das RS. Ele repetiu a visita dois anos depois e seus subsídios e trabalhos foram fundamentais para o fortalecimento e desenvolvimento do Grupo.

Em 1997 dois Professores da LSE, Prof.a Sandra na linha das RS e Prof. Martin Bauer estiveram no Programa, durante seu

ano sabático, e participaram das reflexões do Grupo por diversas vezes. A partir dessa data, um ou outro, ao menos cada dois anos, visitava o Grupo trabalhando em várias discussões, tanto na área da psicologia social, como da epistemologia e metodologia.

Uma grata visita, com um curso de extensão de um a semana sobre RS e Comunicação, foi a visita da Prof.a Annamaria Silvano de Rosa, da Università degli Studi La Sapienza, de Roma.

Os contatos com a LSE foram sempre freqüentes e em 2013 onze mestrandos e doutorandos, a maioria do Grupo de Pesquisa, estiveram em Londres participando duma pesquisa com o Programa de Psicologia Social da LSE no Projeto *Resilience and Porosity of City Borders : Experiências-limite e porosidade nas fronteiras urbanas*, do Edital do Fundo Newton - Processo 1477-2551/14-6.

Conclusão

Essa é parte da história do Grupo de Pesquisa, com suas peripécias, desafios e conquistas. O que o marcou foi certamente sua perseverança. Mesmo na ausência do coordenador ele continuou tranqüilo, mostrando sua solidez e demonstrando com isso que essa convivência lhe proporcionava muitos ganhos. Não fosse por isso, não teria certamente subsistido. É verdade que o grupo ia evoluindo, com novos participantes que chegavam e outros que se despediam, mas nunca esqueciam das vivências ali experimentadas e do *ethos* pedagógico que os sustentava.

Se fosse buscar alguns qualificativos que eram aspirados e privilegiados no Grupo, junto, evidentemente, com suas limi-

tações e percalços, diria, a partir de minha experiência, que ele procurava ser o mais possível participativo, inclusive na proposta do que se iria discutir; em geral se pensava no tema no fim do semestre anterior e durante o intervalo dos semestres iam sendo cogitados outros possíveis temas. O que se procurou foi que o ambiente de vivência fosse o mais possível espontâneo, livre e sem censura; provocativo e responsável, onde todos se engajassem no projeto. E como prática constante que fosse profundamente igualitário, assegurando voz e vez a todos/as: democrático, dialogal, crítico, plural e sempre prazeroso.



Paulo Freire, uma espiritualidade: “só entende, quem pratica”

Introdução

Justifico a razão de incluir esse ensaio sobre de Paulo Freire. Há fatos que modificam nossa vida. E há também pessoas. A diferença é que as pessoas chegam até nós com muito mais intensidade. Elas penetram em nossa psique, em nosso espírito. Muitas tomam completamente conta de nós. Ninguém está isento das influências de outros/as. O que é difícil é poder medir o tamanho da influência de cada um. Como verão, a de Paulo Freire em minha vida foi enorme.

Entre outras, uma das razões que me levam a trazer Freire para essas reflexões é porque tenho a impressão de que ele é tão falado, escreve-se tanto sobre ele, é vastamente citado, mas, me perdoem, parece que bem poucos chegaram a *penetrar, morder* o pensamento terrivelmente inovador de Freire. Ele não é alguém que apenas trouxe algumas teorias novas, ou conceitos, métodos, coisas assim. Freire é uma ideia, uma *espiritualidade*, é um

novo modo de viver, uma vivência espiritual, mística. Freire não é apenas alguém que se pesquisa, que se estuda; ele é alguém que só pode ser conhecido em profundidade se for *vivido*. É por isso que me arrisco a trazer Freire aqui. Após ler esse ensaio me questionem, por favor, para ver se teria, ou não, razão.

De qualquer modo, Paulo Freire é alguém que, não receio em dizer, mudou minha vida. Fico pensando qual seria a razão desse, diria, *namoro* profundo e longo. Ouvi falar dele a partir de 1964, no momento em que se autoexilou. E havia em Porto Alegre grupos que já se inspiravam em seus trabalhos. Fui conhecendo mais no fim da década de 1970, quando comecei a trabalhar com grupos populares. Seu método de alfabetização de adultos já era empregado, de maneira disfarçada e um tanto oculta, por alguns militantes dos movimentos populares. Mas nunca me tinha detido para ver como esse método funcionava. De qualquer modo era um nome falado por muitos que estavam na vanguarda da resistência que se iniciava contra a ditadura que aos poucos ia se fortificando, até se tornar definitiva em 1968, com o AI 5. O que circulava dele eram panfletos e escritos, cartilhas mimeografadas, do tempo do mimeógrafo a álcool. Usados principalmente pelos que trabalhavam na educação popular.

Em 1971 tive de sair do Brasil, mais ou menos forçado, pois não havia mais clima para se poder trabalhar, principalmente na Universidade e mesmo na Pastoral. E também porque queria aprofundar minhas reflexões na área das ciências sociais. Fui incentivado pelo Ir. Ernesto Dewes, um grande irmão marista, de visão ampla e aberta, que descobriu uma bolsa com a qual eu poderia “dar um tempo” em meus estudos (já lecionava na PUCRS desde 1969) e explorar o mundo. Quem me recebeu

foi uma universidade dos jesuítas, a Marquette University, de Milwaukee, Wisconsin, Estados Unidos. Comecei o Mestrado. Depois de alguns meses, já tive de começar a ver sobre que iria tratar em minha dissertação. Por ser brasileiro, num país estrangeiro, pensei que deveria contribuir com algo de nossa cultura e originalidade. Ao mesmo tempo lia tudo o que podia sobre o Brasil, a ditadura se aprofundando, D. Helder sendo censurado (lia lá as falas que D. Hélder proferia pelo mundo afora, mas que não podiam ser lidas no Brasil), e no que se refere a Paulo Freire, alguns de seus livros que já começavam a aparecer em inglês, como *Pedagogy of the Oppressed*. Além disso, morava com alguns freis capuchinhos que iam seguidamente à Nicarágua e me contavam do quanto Freire era discutido e usado pelos movimentos populares.

Veio-me então a ideia de fazer a dissertação sobre Paulo Freire. Preparei umas notas e fui falar com meu orientador, Dr. Jaber Gubrium. Ele confessou honestamente que não sabia nada sobre ele, mas que já tinha ouvido falar muito dele e que, eventualmente, poderíamos trabalhar juntos. Desse modo ele conheceria mais sobre ele e seu pensamento. E as coisas foram se ajustando. Soube que Freire trabalhava no Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em Genebra, na Suíça, e que lá dava cursos regulares sobre temas ligados à educação. Era o mês de maio e tanto nos EE.UU., como na Europa, são três meses de verão. Planejei tentar passar esse tempo em Genebra, participando de um de seus cursos.

E assim foi. No início de maio de 1972, já estava em Genebra, falei com ele sobre meus propósitos e ele me colocou em contato com muitos brasileiros que por lá esperavam o dia de

poder retornar à pátria. Hospedei-me num *foyer* e comecei a pesquisar tudo o que me ajudaria a responder ao problema de minha dissertação: “Qual a teoria de mudança social de Paulo Freire?” Esse problema eu já tinha discutido com meu orientador, e está claro que não contei a Freire. Procurei tudo o que podia sobre o tema, principalmente em inglês, pois era nessa língua que tinha de escrever.

Fiz muita amizade com D. Elza, sua esposa. Meditamos juntos muitas vezes sobre nosso querido Brasil. Aproveito para contar um fato pitoresco. Ao regressar ao Brasil, e retornar a meus trabalhos, fui convidado por um sacerdote que promovia encontros de formação para os padres da arquidiocese de Porto Alegre, para que oferecesse um curso rápido sobre o pensamento de Freire e como ele poderia contribuir no trabalho social, educacional e pastoral. Participaram mais de 200 pessoas. Ao encerrar o curso, apareceu o arcebispo, que não tinha participado do encontro e, entre outras coisas, preveniu os padres para que tivessem cautela, pois Paulo Freire era marxista e ateu... Não me contive. Falei a todos que muitas vezes tinha realizado celebrações das quais ele e D. Elza participavam ativamente.

Isso me lembra outro episódio, também interessante, que já nos introduz nas reflexões que pretendo com esse ensaio. Foi organizada, pelo CMI, uma jornada sobre Teologia da Libertação. Nomes importantes, como Hugo Assmann, James Cone e... Paulo Freire. Falou em espanhol. No final de sua palestra, um participante dum país do norte da Europa – não lembro qual – levantou-se e fez a seguinte colocação, um pouco em tom de desabafo: “Sr. Freire, afinal, diga-nos, o Sr. é fenomenologista, marxista, socialista, comunista... afinal, onde você se coloca? Eu

não o entendo...” Ele tinha feito a pergunta em inglês. Freire, com muito cuidado e respeito, explica que talvez o motivo por que ele não o entendera era que ele tinha falado em espanhol, e se ele soubesse espanhol, teria sido talvez mais fácil compreendê-lo. E agora o ponto importante, mais ou menos com as palavras de Freire: “Vocês, do Primeiro Mundo, nunca se cansam de criar caixinhas teóricas, dentro da cultura de vocês, com os termos que vocês criaram e inventaram dentro do mundo teórico de vocês, e querem que nós, do Terceiro Mundo, nos encaixemos neles... Seria bom saber que essa é mais uma forma de dominação, e das piores, pois nos aprisionam em nossa mente, em nosso saber, subordinam tudo o que criamos e produzimos a conceitos que vocês criam para continuar a nos dominar... Parece que estão com medo das coisas novas que criamos porque vocês não dão conta de entender. Seria bom, talvez, que começassem por estudar nossa língua, nossa cultura...” e assim por diante. Já se entrevia nessa fala sua proposição ética fundamental que resume todo seu pensamento: “Não há um que sabe mais, ou menos; não há saber melhor ou pior: há saberes diferentes”.

Entro agora no ponto principal que me levou a escrever esse texto. Faz quase dez anos, fui convidado pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Nacional da Austrália, de Camberra, para, entre outras coisas, discutir o pensamento e as contribuições de Freire em questões de educação e política. Depois me explicaram que isso fazia parte de uma iniciativa de professores e outros pensadores que viam a necessidade de refletir mais sobre o drama e dilema ético que pesava sobre sua nação a partir da tomada de consciência que estava se tornando pública do que se poderia chamar de um crime cometido contra os

povos aborígenes, na primeira metade do século XX, no episódio que passou a ser conhecido como *The Stolen Generation*, ou *Stolen Children*. Esse fato se refere à decisão feita pelos colonizadores de retirar os filhos dos aborígenes de suas famílias para que fossem educados por famílias inglesas e europeias. Apenas em 2010 é que foi oficialmente instituído o *Dia do Perdão*, quando se decidiu começar a refletir e elaborar esse triste episódio.

Minha contribuição, ao responder ao pedido de professores do Departamento de Ciências Sociais, era ver o quanto o pensamento e as reflexões de Paulo Freire poderiam contribuir para superar essa espécie de trauma nacional. E, de fato, partindo do princípio ético de Freire que mencionamos acima de que “não há saber melhor ou pior, mas saberes diferentes”, pode-se ampliar a proposição mostrando que “não há cultura melhor ou pior, há apenas culturas diferentes”, cada uma com seus valores e riquezas.

Mas ao me preparar para essa reflexão, num sentido de responsabilidade, decidi reler novamente os mais de 30 livros de Freire. Propus-me uma pergunta que me guiasse por todas essas leituras, que seria a seguinte: qual a intuição original de Paulo Freire com seu empreendimento educacional? Em que pontos ele inovou e com que práticas? Qual a tese, ou as teses centrais que poderiam sintetizar a mensagem de Freire? Afinal, já fazia 50 anos que vinha trabalhando a partir de suas perspectivas e suas propostas, mas qual, ou quais, seriam os pontos centrais?

Com essa pergunta em mente, passei de novo por toda sua obra, tentando uma síntese. E confesso que à medida que ia progredindo, mais meditando do que lendo, três pontos foram ficando, para mim, mais e mais nítidos e claramente salientes,

que podem, enquanto vejo, dar conta dos fundamentos de seu pensamento, que expressaria assim: 1. A dimensão ética que perpassa toda sua obra; 2. A prática fundamental do processo educativo se centra em *fazer a pergunta que liberta*; 3. O conteúdo mais importante da prática educativa é *a maneira, a pedagogia* que empregamos: não é o *que* dizemos, mas *como* o fazemos. Vou tentar elaborar e justificar essas minhas percepções⁵. Esses três pontos, como o leitor irá perceber, estão intimamente interligados, formam uma unidade. Se salientamos um e outro é puramente por motivos didáticos. Mas no fundo eles estão profundamente entrelaçados.

Uma ética que perpassa o ser humano por inteiro: “somos seres éticos”

Num vídeo gravado pela TV PUCSP, por ocasião de um Seminário Internacional sobre *o Simbólico e o Diabólico*, em comemoração aos 75 anos do cardeal D. Paulo Evaristo, Freire, ao falar da ética (como da esperança e da utopia), afirma que ela está em nosso corpo, faz parte de nosso ser. Ao ler seus textos, percebe-se nitidamente que a dimensão da ética é como que uma luz que ilumina toda sua trajetória. Freire se coloca assim na esteira do pensamento crítico que pressupõe a impossibilidade de neutralidade. Após todas essas décadas de contato com o pensamento de Freire, e ao refletir também sobre minha expe-

5 Retomo aqui algumas reflexões que escrevi a partir duma palestra que proferi num Encontro promovido pelos professores/as da FACED (Faculdade de Educação da UFRGS), que foram publicadas no livro *Educação, pobreza e desigualdades sociais: diferentes olhares* (Porto Alegre: Evangraf, 2019), com o título *Educação, pobreza e desigualdades sociais: múltiplos olhares*, p. 19-31).

riência pedagógica, vejo como a questão da ética passa a fazer parte de nossas ações e vivências.

Nas inúmeras vezes que ouvi Freire em Genebra, uma das afirmações que mais me deixava chocado, às vezes quase que escandalizado, era: “*Não há um que sabe mais ou menos: há um que sabe uma coisa, e outro que sabe outra*”. Em outras palavras: não há saber maior ou menor, melhor ou pior: há saberes diferentes. Demorei alguns anos para me convencer da profundidade e verdade de tal afirmação (hoje estou preocupado porque penso que estou convencido *demais!*).

Para se poder entender essa afirmação que, como veremos adiante, para mim é a proposição ética mais central dentre todos os pensadores éticos da atualidade, temos de aprofundar o que se entende por *saber*. Se paramos para refletir, vamos nos dando conta de que o saber é uma experiência pessoal, única, irrepetível. E se digo *experiência*, não posso afirmar que há uma experiência melhor ou pior, maior ou menor: há experiências diferentes. Remeto aqui a um livro de Sandra Jovchelovitch (2007), da *London School of Economics and Political Science* (LSE), que ela escreveu depois de dez anos de reflexão e pesquisa. Ela retoma criticamente as contribuições de muitos dos principais pensadores da pedagogia, psicologia, antropologia e filosofia, principalmente a partir da modernidade, como Descartes, Lévy-Bruhl, Winnicott, Freud, Piaget, Moscovici, inclusive Enrique Dussel, e conclui examinando a contribuição de Paulo Freire. A tese fundamental que ela discute, a partir do primeiro capítulo, *Representação, afeto e interação*, é que o saber resume, por assim dizer, toda a história de uma pessoa: é minha pessoa e minha história inteiras que *sabem*. O título do livro é: *Os contextos do saber* (em

inglês: *The context of knowledge*). Interessante que quando fomos traduzir, deparamo-nos de imediato com uma questão central: como traduzir *knowledge*? Normalmente traduzimos por conhecimento. Mas *knowledge* é muito mais que conhecimento, tanto assim que o inglês tem só esta palavra, *knowledge* – é tanto saber como conhecimento.

Situa-se aqui então o problema: saber é muito mais que conhecimento. Em geral nós fazemos uma distinção empregando o termo conhecimento para o saber cognitivo, racional, lógico. E aqui reside a grande falácia: nós achamos que podemos separar esse conhecimento do resto da pessoa. Enfatizamos o saber, como se pudéssemos separá-lo do afeto, das paixões, dos sentimentos, dos valores. E isso mostra-se falso, levando-nos a inúmeros equívocos. Pois o saber é sempre uma experiência individual, singular, pessoal. Essa é a razão de nunca podermos afirmar que alguém *sabe* mais; não há critérios intrínsecos a um saber para comparar valorativamente os saberes. O máximo que se pode dizer é que são *diferentes*. Se puderem ler as reflexões dessa autora creio que poderiam tirar enorme proveito.

Situa-se aqui a questão fundamental sobre a qual Freire, sempre que tratava desse assunto, passava a elaborar. Dizia ele: a origem de todas as dominações é a dominação do saber. No momento em que conseguirmos convencer alguém de que ele/ela *sabe menos*, não necessitamos de mais nada para o subordinarmos: as bases estão lançadas. O resto é mera consequência. Isso ficou comprovado de modo muito claro a partir de uma pesquisa que realizamos, no início da década de 1980, coordenada pela profa. Esther Grossi. Foram quatro anos de investigação. Entre outras coisas, procurou-se identificar o que os/as participantes

do *Clubinho*, crianças de cinco a sete anos, pensavam sobre o que é saber. Nas respostas que elas, inocentemente, davam, pôde-se descobrir claramente uma nítida correlação entre saber e outros adjetivos valorativos. Assim: aquelas pessoas que sabem são boas, são bonitas e são ricas. Consequentemente, as que não sabem são ruins, são pobres e são feias. Não é preciso dizer mais nada: fica aí evidente a comprovação de que a dominação no saber está na origem das outras dominações. O que permanecia nelas como sendo saber era uma qualidade cuja falta as *inferiorizava*.

É com base nessa reflexão que considero essa afirmação de Freire – de que não há um que sabe mais, ou menos, mas apenas saberes diferentes – a proposição que possui um profundo conteúdo ético, e que traz para a discussão da ética uma contribuição fundamental, mais importante, talvez, que a de muitos/as pensadores/as e filósofos/as éticos/as contemporâneos/as, como Habermas, Karl-Otto Appel, Tugendhat, entre outros/as. Tudo muda na vida e na *prática* de uma pessoa – educador/a, pai/mãe, agente social ou político/a, pesquisador/a – no momento em que isso é levado em consideração.

Esse ponto pode ser ressaltado e ampliado com outra reflexão de Freire quando afirma que essa suposta diferença nos saberes é a origem de todas as outras dominações: dominação religiosa, política, econômica, cultural e principalmente psicológica. Ela atinge diretamente a autoestima das pessoas, que incorporam tal desigualdade em sua subjetividade. Aqueles meninos e meninas que identificavam as pessoas que sabem “mais” como as boas, as ricas e as bonitas, como vimos acima, é uma prova evidente dessa realidade cotidiana.

Trago aqui um fato que considero revelador. Mostra, de um lado, a importância de se fazer a pergunta, como veremos no segundo ponto, mas ao mesmo tempo a conotação ética – nesse caso dominadora e mistificadora – da questão do saber. Uma senhora encontrou-me certa ocasião e me confessou angustiada que não sabia mais como proceder com sua neta de quatro anos, pois ela não parava de fazer perguntas e para muitas delas ela não sabia a resposta. Disse que chegava a passar vergonha por isso, e que para dar conta dessa situação muitas vezes tentava desviar o assunto, ou mesmo inventar coisas das quais ela mesma não tinha certeza e até mesmo a mentir. Não suportava mais essa situação. Como poderia dar conta desse problema?

Ao examinar esse fato em mais profundidade, descobrimos dois pressupostos que normalmente estão presentes não apenas em pessoas que estão numa situação como essa senhora, mas também em nós, educadores/as, quando enfrentamos um grupo de educandos/as: o primeiro é o de que nós temos obrigação de responder a todas as perguntas; e o segundo é que não responder a uma pergunta é algo vergonhoso, deve ser evitado.

Mas pensemos: quem nos disse que temos necessidade de responder a todas as perguntas? Percebemos já aqui uma situação reveladora: nós fomos educados/as, fizemos uma faculdade de pedagogia, ou de filosofia, ciências, seja o que for, e nos foi colocado na cabeça que agora nós *sabemos*. E, nesse caso, que *precisamos saber*. Aliás, o ritual da formatura é impressionante: entrega-se um diploma a um/a aluno/a e se proclama a todos os quadrantes que agora ele/ela está *formado/a*! E o/a nosso/a

futuro/a educador/a *incorpora* e *sai convencido/a* de que agora ele/a *sabe!* Está já aqui, nesse momento solene, o germe de uma prática que se poderia chamar de dominadora e mistificadora. A angústia de nossa interlocutora baseava-se nesse primeiro pressuposto, falso e enganador, incutido em nós por uma sociedade onde os/as professores/as e, no caso, os/as adultos/as, *devem* saber mais que os/as jovens ou os/as alunos/as.

Mas há um segundo pressuposto, derivado desse primeiro: o de que *não saber* é uma situação vergonhosa, desabonadora, que nos inferioriza. Ficamos então tristes e procuramos superar tal situação com fingimentos, quando não com mentiras. Não fazemos nada mais do que refletir o comportamento de uma sociedade que reproduz a necessidade de haver detentores do poder, como veremos logo a seguir, e excluídos desse saber. E as pessoas que detêm esse saber são as mais ricas, as mais idosas, as que cursaram faculdade etc.

Fazer a pergunta como prática fundamental do processo educativo

Um dos livros que Freire escreveu, juntamente com Antonio Faundez, se intitula, na tradução portuguesa, *Pedagogia da Pergunta*⁶.

No final do item anterior já mencionamos rapidamente que a essência do processo pedagógico é *fazer a pergunta*. Esse ponto é central, pois é a partir dele que se pode entender a proposta global de Paulo Freire. Sua proposta pedagógica se tornou

6 No original em inglês se intitula *Learning to question: a pedagogy of liberation*, New York: Continuum, 1987.

conhecida em todo o mundo ligada ao conceito de *conscienci-
ção*⁷. Agora, o que é *consciência*, para Freire? E como se forma,
como se constrói a consciência?

Se pudéssemos dar uma noção, ou fazer uma aproximação
ao que é *consciência* para Freire, diríamos que ela é o quanto
de resposta podemos dar à pergunta: por que sou o que sou?
Porque as coisas que me rodeiam são assim? A consciência não
seria, então, uma faculdade cognitiva, radicada em nosso cére-
bro, como é em geral imaginada por muitos. Também não é algo
pronto, que podemos medir, algo acabado. Ao contrário, cons-
ciência é um *processo*, está em contínua formação, em contínuo
crescimento. É um processo infinito de busca de respostas. E
são essas *respostas*, sempre inacabadas e em reformulação, que
constituem a consciência.

Agora o ponto central: como construir, como implemen-
tar essa consciência? Precisamente através da *pergunta*. O que
acontece com nosso interlocutor, nosso educando, quando lhe
fazemos uma pergunta? Eis o segredo, que poucos percebem: a
pessoa começa a *pensar*. Ela coloca em ação a dimensão mais
profunda e central do ser humano que, enquanto sabemos, é o
que distingue o ser humano de todos os outros seres. O que nos
faz verdadeiramente *humanos* é a possibilidade de *refletir*, de vol-
tarmo-nos sobre nós mesmos e nos questionar. É o que nos pode
trazer luz, o que nos ajudar a superar nossas limitações. Por
isso que a pergunta é sempre libertadora, leva a pessoa a se livrar

7 Na maioria das vezes onde encontramos esse termo, nas diversas línguas,
vemos escrito *conscientização*. Na verdade, como o próprio Freire explica-
va, a palavra exata seria *consciencição*, que seria a ligação indissolúvel
entre consciência e ação, mostrando que a teoria nunca pode estar sepa-
rada da prática. Aprofundamos essa discussão no item 3, a seguir.

das cadeias que a aprisionam: dos preconceitos, ideologizações, mistificações etc.

Uma lembrança oportuna: a lição central que aprendemos do mito da Esfinge, um dos mitos fundantes da história da humanidade, não é que ele nos diz quem é o ser humano, mas dizer que no momento em que nós pararmos de fazer a pergunta, nós seremos devorados. A Esfinge, em seu próprio nome, é a pergunta permanente, contínua, infindável, que nos mantém em movimento em nosso existir através do pensar.

O quanto de respostas que a pessoa que pensa encontra para essas perguntas, constitui sua *consciência*. E o crescimento em consciência nos faz mais livres, nos leva à liberdade, pois ninguém é livre se não possui consciência disso. Educação, então, como diz o próprio título de um dos livros de Freire (1979a), é uma *Prática da Liberdade*. Por isso essa matriz dialógica é denominada também de matriz *libertadora*.

A pedagogia como conteúdo central da prática educativa

Há outra iluminação mais que foi ficando clara para mim, à medida que relia os textos de Freire e refletia sobre minhas práticas pedagógicas. Essa segunda questão foi se tornando dia a dia mais real, concreta e evidente. Foi na meditação de minhas experiências que ela foi se evidenciando. Ela pode ser expressa numa outra afirmação de Freire que a princípio me aturdiava: “ninguém ensina nada a ninguém: deixamos uma porção de nós mesmos com as pessoas com quem entramos em contato”. Em outras palavras: não há como fugir a essa verdade: quando comunicamos algo a alguém, necessariamente comunicamos

também algo de nós mesmos. E o que deixamos com elas? Aqui seu provocativo e questionador *insight*: deixamos com elas um efeito de nossas práticas, isto é, *as relações* que estabelecemos com as pessoas com quem entramos em contato. Ao final e ao termo de tudo, o que permanece de nossa experiência pedagógica com os outros são essas próprias relações que constituem a realidade vital e vivencial presente e continuadas no tempo e no espaço que permanecemos com os/as educandos/as. Pensemos um pouco: tentemos lembrar o que sobrou de nossa própria trajetória educativa. Pouca coisa, ou quase nada, do conteúdo que nossos/as educadores/as nos quiseram comunicar permaneceu. Mas uma coisa permaneceu, *ficou*: o *tipo* de pessoa que eles/as eram, isto é, como eles/as se revelaram e se mostraram a nós, suas práticas, as relações que conosco estabeleceram.

Agora, vejam vocês: fiz uma pesquisa nos 30 livros atribuídos a Freire e constatei, surpreendentemente, que 13 deles, quase a metade, carregam no *título* a palavra *pedagogia*. Ora, o que isso significa? Seria por acaso? Pois aqui está a grande surpresa. O que significa *pedagogia* senão a prática, a didática que emprego, o modo ou a maneira como me relaciono com os/as educandos/as no momento educativo? Aqui se revela a importância fundamental, indiscutível, das relações pedagógicas postas em prática em nosso agir como educadores (Ver Tabela 1).

Tabela 1– Livros de Paulo Freire que trazem no título o termo “pedagogia”

1	1970	<i>Pedagogy of the oppressed</i> . Traduzido por Myra Bergman Ramos. New York: Seabury.
2	1983	<i>Pedagogy in process: the letters to Guinea-Bissau</i> . Traduzido por Carman St. John Hunter. New York: Continuum.
3	1997	<i>Pedagogy of the heart</i> . Traduzido por Donaldo Macedo e Alexandre Oliveira. New York: Continuum.
4	1993	<i>Pedagogy of the city</i> . Editado por Donaldo Macedo. New York: Continuum.
5	1994	<i>Pedagogy of hope: reliving the Pedagogy of the oppressed</i> . Editado por R. R. Barr. New York: Continuum.
6	1989	<i>Learning to question: a pedagogy of liberation</i> . Com Antonio Faundez. New York: Continuum. (Em Português: Pedagogia da Pergunta).
7	1997	Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Traduzido como <i>Pedagogy of Freedom</i>).
8	2000	Pedagogia da indignação. São Paulo: Ed. UNESP.
9	1974	<i>Pädagogik der solidarität</i> . Wuppertal: PeterHammerVerlad.
10	2001	Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: Ed. UNESP.
11	2005	Pedagogia da tolerância. São Paulo: Editora UNESP.
12	1987	<i>A pedagogy for liberation</i> . Com Ira Shor. Hadley: Bergin&Garvey.
13	1987	Pedagogia: diálogo e conflito. Com Moacir Gadotti. São Paulo: Cortez.

Há um texto de Freire (1979b), uma carta que ele escreve a quatro jovens seminaristas que lhe pediram uma mensagem para seu ministério pastoral, que é extremamente revelador

dessa percepção de Freire quanto à importância da prática, da *pedagogia*. O título é *Palavração*. Inicia dizendo que, para ele, Cristo era o melhor exemplo de *pedagogo*. E explica porque: por ser impossível separar nEle o que Ele dizia do que Ele fazia. E agora o ponto que quero acentuar: “Ele não dizia a verdade: *era* a verdade. Ele não ensinava o caminho, *era* o caminho”. E assim adiante. Fica clara aqui a convicção de Freire em mostrar que a mensagem, o *conteúdo* de seu ensinamento era *Ele mesmo*. Em outras palavras: não é o que ensinamos, o que mostramos, que permanece, mas nossa pessoa, nossos gestos, práticas, numa palavra, *as relações que estabelecemos com quem entramos em contato*, que é nossa pedagogia, nossa didática.

Podemos ficar surpresos, ou mesmo duvidarmos dessa afirmação de que o *conteúdo* fundamental é a nossa *pedagogia*. O que gostaria de realçar é que de todos os conteúdos que supostamente procuramos transmitir, passar aos educandos, o fundamental é nossa *prática*, nossa *pedagogia*. Foi o que aconteceu comigo. Fui meditando, fui conferindo na prática e na minha história, analisando meu modo de agir e ensinar, e cada vez mais ia me convencendo da realidade de tais afirmações.

Ainda gostaria de acentuar mais a importância de nossa prática pedagógica na construção dessas relações de dominação. Num livro que escrevi com algumas alunas minhas (Guareschi e Reis, 2008), tentei aprofundar, numa análise mais detalhada, em dois dos cinco capítulos que compõem o livro, como os pressupostos presentes nas duas principais matrizes pedagógicas, que sintetizam as inúmeras *teorias da aprendizagem*, carregam intrinsecamente o germe de relações autoritárias, isto é, relações

de dominação por um lado, ou relações de libertação e autonomia, por outro lado.

No que se refere à matriz da aprendizagem comportamental, dos condicionamentos, podemos perceber que ela tem como pressuposto a existência de pessoas diferenciadas quanto ao saber: de um lado alguém que sabe e, de outra parte, alguém que não sabe; e que, a partir desse pressuposto, nós *transmitimos* saberes aos outros com esse tipo de teoria, sem nos darmos conta dos pressupostos que tal teoria carrega intrinsecamente consigo. Não nos damos conta de que através de nossa *prática pedagógica*, na materialização de nossas ações, já estamos passando um *conteúdo*, o mais importante, que as pessoas devem ser obedientes, submissas, numa palavra, que elas são inferiores aos que as *ensinam*. É a educação *bancária*. Na discussão que fizemos sobre o *saber*, mostramos como isso não se sustenta diante de uma crítica mais aprofundada.

Já na outra matriz pedagógica, que podemos chamar de dialógica, ou mesmo libertadora, o pressuposto é de que não há um saber maior ou menor, melhor ou pior, mas saberes diferentes. Nossa prática nos leva, então, a procurar descobrir quais os saberes, as experiências, os valores e inclusive o referencial cognitivo existente em nosso interlocutor, e a partir daí *fazer a pergunta*, para que o que está em relação conosco possa refletir, pensar. E para poder identificar qual a compreensão que a pessoa com quem nos relacionamos possui sobre diferentes pontos de vista, o caminho é a pergunta, que leva a uma resposta e que gera novamente outra pergunta. Esse o verdadeiro diálogo. Essa a razão de tal matriz de aprendizagem ser chamada de dialógica.

Conclusão

Relembro mais uma vez o que escrevi acima: essas três dimensões do pensamento inovador de Freire não podem ser separadas. Fazem parte de um todo. A ética perpassa toda nossa ação, toda nossa vida. Somos seres éticos. Para o bem ou para o mal. Não há como fugir a essa realidade.

Já o exercício de fazer a pergunta como a prática educativa fundamental já pode ser encontrada em outros pensadores e educadores da história, iniciando já com Sócrates e sua maiêutica. A própria prática de Cristo, com suas parábolas que concluíam com uma pergunta aos interlocutores, situa-se fortemente nessa perspectiva.

Mas é a terceira dimensão, a *prática* como o *conteúdo* fundamental da ação educativa, a que mais nos surpreende e desafia. Não é por acaso, parece-me, que é precisamente esse ponto que foi seu último escrito, em sua última carta: “Encarná-la (nossa opção pela vida, pela equidade, pelo direito, pela convivência com o diferente) diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos”.

Retomo aqui o que escrevi no início desse ensaio e mencionei rapidamente já na Introdução: Paulo Freire não apenas apresentou uma *teoria*, ou criou um *método*. O que permanece dele, fundamentalmente, é *um testemunho*, é sua *pessoa viva*, que encarna uma mensagem onde seu pensamento e sua prática são inseparáveis. Prova cabal disso é o medo e o pavor (recuso-me a falar em raiva e até mesmo em ódio) que ele causa a certas pessoas nesse momento de trevas, que começou a se materializar em 2013 e em 2016, com o golpe, quando entramos nesse período-

do doloroso. É impressionante. Como explicar que apesar de ele ter morrido há mais de 20 anos, sua imagem, suas fotos, sejam tornadas presentes e hostilizadas com práticas e termos que não podem ser repetidos aqui? A resposta é que não era precisamente o que ele tinha dito ou escrito que enfurecia seus detratores – a maioria daquelas pessoas certamente nunca o tinha lido. Era sua *pessoa* que os afligia, sua presença continuada, seu projeto vivo que se constitui num legado profético e permanente. Mas sua mensagem e suas ideias não podem ser assassinadas, pois são *vida* e estão intrinsecamente ligadas a uma *prática* que o tempo não corrói.

Referências

- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a.
- Freire, P. (1979b) “Palavração”. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 154, outubro de 1979, p. 7.
- GUARESCHI, P.; REIS, M. *Bullying – mais sério do que se imagina*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber – representação, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2008.



Mundo Jovem: uma história de amor

Muitas vezes, muitas mesmo, olhando para a caminhada que se prolonga por todos esses gratos anos, vem à mente uma memória tão grata e gostosa que sinceramente me obriga a trazê-la à luz e à história. Não apenas para que não se perca, mas também para que essa experiência, quem sabe, ajude a despertar iniciativas em outros jovens, iniciativas tão necessárias nos dias de hoje. A pedagogia que se usou e principalmente os *valores* que inspiravam essa experiência são, para mim, elementos muito relevantes e estratégicos.

Estou me referindo à minha relação com um grupo de moças e rapazes que fizeram minha vida muito, muito mais feliz (e certamente a vida de milhões de pessoas, principalmente jovens) por, ao menos, 50 anos: o “pessoal” do Mundo Jovem. Gostaria, e preciso, trazer essas lembranças e experiências tão originais e gostosas.

Não vou falar da história do Mundo Jovem (MJ) - um jornal-revista que circulou em quase todas as cidades do Brasil -,

como nasceu, suas peripécias e lutas estratégicas e criativas para sobreviver, até que se estabilizou na PUCRS. Atendo-me apenas a esta última parada de sua peregrinação.

Vou relembrar, nessas recordações, alguns pontos que foram marcantes para mim. Na verdade, o MJ nunca mais saiu de minha mente e de minha vida. Ele foi para mim uma espécie de *matrimônio místico*, uma experiência gostosa que até hoje dá sentido à minha vida, onde aprendi muito e onde senti que a gente pode ser feliz.

A festa dos sem/cem

Vou começar com uma pequena história. A turma do *Mundo Jovem* sempre foi criativa e algo que nunca faltava era a dimensão da celebração, da festa, do estético, do lúdico, do prazer. E confesso que, sempre que podia, aceitava seus convites. Foi assim que um dia me telefonaram convidando-me para uma “Festa dos Sem” – como foi oralo convite, foi assim que interpretei. Pensei logo que seria algo referente aos “Sem-Terra”, “Sem-Teto”, “Sem-Educação”, porque solidariedade para com os que menos têm, e mais necessitam de nosso compromisso, foi o que nunca faltou ao pessoal do Mundo Jovem. No dia marcado, cheguei ao local da festa, sempre bem simples e aprazível – eles sabiam escolher locais para comemorar. Fui logo tentando adivinhar do que se tratava, e o por que “dos Sem”. Qual não foi minha surpresa quando me disseram que não era dos “sem”, mas dos “cem” – 100 – pois naquele mês estava sendo publicado meu centésimo artigo no MJ, conforme as estatísticas deles. Pois assim era a equipe do MJ: de um lado, sempre atenciosos e

gratos a quem com eles colaborava e, de outro lado, não perdiam uma oportunidade de celebrar.

A dimensão da graça

Vou começar refletindo sobre um ponto que para mim foi, e continua sendo, fundamental nos movimentos, organizações, partidos políticos, associações e outros grupos mais: chamaria a isso a dimensão da *graça*. Logo vou me explicar. Não vejo essa questão muito discutida e investigada nos inúmeros livros e manuais de Psicologia Social, Política etc. Mas para mim ela é central e crucial. E muitas vezes é o fator determinante de seu sucesso ou de seu fracasso.

Que seria essa dimensão da *graça*? Entramos aqui num aspecto importante e indispensável da Psicologia Social: a questão da *motivação*. Todos os estudos sobre participantes de grupos e organizações discutem a importância e imprescindibilidade da motivação para que um grupo se constitua e se mantenha. E procura-se investigar quais seriam essas forças e motivos presentes nessas organizações. Agora o ponto: na maioria das vezes, o *pressuposto* presente na identificação e estudo das motivações é o pressuposto utilitarista de que aquilo que nos move é a busca de recompensa, de reconhecimento, de contrapartida, em geral econômica, de pagamento. A pergunta que estaria por detrás das pessoas que se movem a fazer algo seria sempre: o que eu ganho com isso?

Não nego que isso não seja em parte verdadeiro. Mas o que eu gostaria, e preciso trazer aqui à discussão crítica, é de que podem existir organizações, equipes de trabalho, associações e

muitos outros grupos que sejam *movidos* por outras forças além da recompensa ou do castigo. E uma dessas forças e razões seria o que chamo aqui de *graça*. Graça é o que é gratuito, o que não se paga e que não se cobra. A graça é o que está além de coisas imediatas e concretas. É um *espírito* que existe em tudo e impregna todas as coisas. Daí vem a *espiritualidade*. Ela não pode ser explicada por teorias e explicações puramente *racionais*, matemáticas, econômicas e até mesmo psicológicas. No mundo ocidental, em geral, nós vivemos impregnados do *espírito* do capitalismo, de uma *espiritualidade capitalística*. E esse espírito se baseia no princípio de que “eu te dou, se tu me dás”. O princípio do “toma lá, dá cá”. Dificilmente essas dimensões são ultrapassadas.

Vou ao ponto agora: encontrava, mais que isso, sentia no Mundo Jovem – não quero generalizar, nem universalizar – um *espírito* que ia além do material, do econômico. Eles, nos momentos mais cruciais e marcantes, eram levados por algo mais, que não saberia expressar como, mas que talvez se pudesse chamar de *ideal*, uma força motriz que fazia com que fossem além do horário, além da hora de bater o ponto, de apenas “fazer a tarefa”. Eles tinham dentro de si certo ardor que os empurrava, os incentivava. Era um entusiasmo que não se explica nem se expressa em palavras. Talvez fosse, lembro agora, a própria etimologia do termo *entusiasmo*, *en-theós*, possuído por um Deus, inspirado em Deus, cheio de Deus. E se formos à origem do que de fato entendemos verdadeiramente por Deus, seria isso mesmo: Deus, como revelado, é graça, graça gratuita, uma doação transcendente, que supera qualquer tentativa de explicação material e mesmo humana.

Não sei. Mas era isso que me seduzia no Mundo Jovem. Nunca via alguém reclamar. Eles pensavam em algo que transcendia. Arrisco até mesmo em dizer que era o que na dimensão da Revelação se poderia chamar de *Reino*. A busca de um Reino onde habitava a graça, a justiça, a fraternidade, o compromisso com os mais desprovidos de tudo, com os mais “sem”. E nisso tudo, eram felizes. Uma felicidade que se exprimia no carinho que tomava conta da sala, quando lá chegava. E entre um chimarrão e outro, a gente colocava em dia os planos de luta, de abertura de novas fronteiras, de criatividade... que era o que mais se podia perceber por lá. Muitas vezes pensei nisso e achei que não podia deixar de contar essa experiência que revela muitos segredos que em geral não são percebidos e meditados.

O Mundo Jovem e a Sociologia Crítica

Um dia cheguei ao MJ e me disseram que tinham feito uma pesquisa e que o livro *Sociologia Crítica - alternativas de mudança* era o livro “mais vendido na história da Sociologia no Brasil”. Na verdade, nem sabia bem do que se tratava, nem em que consistiria tal pesquisa e como teria sido feita. De qualquer modo, deixo para quem por acaso for ler esse texto averiguar. Sei que é muito complicado falar disso, pois há tantas complexidades entre um livro de sociologia e outro, que seria difícil fazer tal comparação.

Mas o que na verdade estou querendo é contar uma história que para mim é muito significativa e pedagógica, e ao mesmo tempo estreitamente ligada ao Mundo Jovem. Esse livro, de fato, deve muito de sua existência ao pessoal do Mundo Jovem. Essa

história aconteceu em 1984. Como tinha já vários artigos publicados no jornal, e muitos deles tratavam da realidade brasileira, os jovens do MJ me sugeriram que juntasse os artigos e os publicasse em livro. Ainda mais que MJ já estava naquela ocasião investindo na publicação de livros curtos e provocativos. Lembremo-nos que estávamos na época das *Diretas Já*, e a sociedade brasileira estava fervilhando em discussões, propostas e iniciativas para que voltássemos à plena democracia, o que aconteceu no ano seguinte, em 1985.

E foi assim que o livro foi “montado”: alguns capítulos dos que já tinham sido escritos, mas muitos deles feitos nos meados de 1984. Mas outro fato importante ocorreu exatamente no mês de julho desse ano: D.Afonso Gregory, que era o responsável pela Linha 6 da CNBB – a linha das Pastorais Sociais: CPT, Sem Moradia, Pastoral Operária, da Mulher Marginalizada etc. – me convidou e insistiu que eu fosse o assessor dessa linha, em tempo integral. E assim, durante o semestre, estava indo todos os meses por uma semana a Brasília. Em janeiro de 1985 mudei-me para lá, onde fiquei até 1988, ano da Constituinte. Foi então que D. Ivo, que assumia então o segundo mandato como Presidente da CNBB, me chamou e pediu que organizasse “um manual de análise da realidade”, dentro de uma perspectiva realista e crítica, pois já estavam surgindo alguns desses manuais pela América Latina – Colômbia, Bolívia etc. – mas extremamente teóricos e acadêmicos. Senti, então, que poderia muito bem juntar os dois projetos e responder, com esse livro, ao que MJ me havia solicitado e ao pedido de D. Ivo. (Logo adiante vou fazer mais um comentário sobre D.Ivo).

Mas agora chega o momento de contar a história que me levou a escrever essa memória. O livro foi impresso, até com

muita rapidez – no MJ as coisas andavam rápidas! – e, em fins de outubro, ele veio a lume. Trazia na capa uma charge do cérebro de uma pessoa, semelhante a um robô, com uma chave externa que dava corda a esse ente robotizado. Criação do Cláudio Somacal, da equipe MJ. E o livro começou a ser divulgado. Numa segunda feira do início do mês de dezembro cheguei à PUCRS, como sempre, e encontro dois rapazes do MJ literalmente apavorados. Foram logo dizendo: “Pedrinho, o livro se foi! Vai ser proibido!” Um até disse: “Foi abortado!” Quis saber o motivo, e me disseram que o Reitor da PUCRS tinha mandado ao Mundo Jovem uma carta, vinda do arcebispo, pedindo explicações sobre o livro. Nessa carta, havia acusações muito graves contra o livro e, então, não poderia ser publicado. E eles estavam vendo o que poderiam fazer. E mais: disseram que a origem dessa carta era de um importante sociólogo de Porto Alegre, que tinha mandado a carta ao Arcebispo, o qual tinha remetido ao Reitor da PUCRS, que a reenviara ao MJ. E agora um detalhe: a carta era cópia original do texto do “importante sociólogo”, mas no xerox o nome desse sociólogo tinha sido cortado! Percebia-se, pois, que fora colocado um papel sobre o texto para que seu nome não aparecesse.

Claro que quis ler a carta. Duas páginas cheias. Fazendo críticas principalmente ao enfoque teórico, dizendo que era “puro marxismo”, e outras coisas. Os jovens do MJ começaram a pensar sobre quem seria o “famoso sociólogo”. E surgiram diversos nomes (atenção, omito aqui alguns nomes que poderiam causar constrangimentos; deixo só os que poderiam ser elogiados). Lembrei-me então do que tinha sucedido no sábado anterior, na catedral de Porto Alegre, ao concelebrar com o Arcebispo. Era

na celebração do “Natal das Periferias”, a Catedral lotada de pessoas oriundas das comunidades da periferia, principalmente crianças. Eu estava ao lado do Arcebispo, de pé em frente ao altar, esperando que as crianças concluíssem seus jograis e teatrinhos. Ele volta-se para mim e pergunta: “Que livro é esse que você andou publicando na PUCRS?” Respondi que não lembrava, mas se ele pudesse dar mais detalhes... Disse então que “era um livro comunista”, e que “uma pessoa importante tinha mandado a ele uma carta... e que ele já tinha mandado ao Reitor da PUC”. Tudo bem. Concluída a missa, já na sacristia, “grudei” no arcebispo, pedindo mais esclarecimentos. E se pudesse saber quem foi que escreveu a carta. Um tanto pressionado, revelou o nome do autor que eu, por sinal, conhecia muito bem.

Disse então aos rapazes do MJ que eu sabia quem tinha escrito, e revelei o nome. Pensamos então em estratégias para salvar o livro. Felizmente, como gato escaldado pelo fato de, no início da década de 1970, ter tido de responder a vários interrogatórios da censura da ditadura militar, ao escrever o livro eu tinha submetido os originais ao Diretor da Teologia da PUCRS de então, Pe. Jesus Hortal, que era o responsável diante da universidade pelo Mundo Jovem. E ele, a bem da verdade, fez algumas ressalvas, que levei em consideração. Fomos, então, levar a carta a ele. Ao ler a carta do “famoso sociólogo”, o valente e erudito jesuíta foi falando de imediato: “Deixem comigo. Eu li o livro e me responsabilizo por ele. Não tem nada nele que possa ser censurado”. E escreveu uma longa carta – agora três páginas – esclarecendo e refutando todas as acusações do senhor sociólogo.

Nenhuma notícia depois disso. Silêncio total. E foi assim que o livro se salvou e escapou de “ser abortado”. E foi fazendo

edição por edição, de três a cinco mil exemplares cada uma, até hoje, chegando agora à 64ª edição. No início desse item dizia que contava essa história por considerar esse episódio também *pedagógico*. Por quê? Penso no seguinte: o que teria custado ao querido Arcebispo, ao receber a carta do “famoso sociólogo”, ter-me chamado (afinal, éramos muito amigos, inclusive era dele que tinha recebido a ordem do presbiterado) e, se fosse o caso, chamar também o colega para ouvir as ponderações de ambos? E como um verdadeiro pastor ter tomado prudentemente suas conclusões? Mas o caminho não foi bem esse. Preferiu-se o caminho da autoridade – e não do diálogo e das ponderações respeitadas. E se não fosse a coragem e a postura responsável e ética do Diretor da Teologia, esse livro não teria feito tanto bem a tanta gente, o que, humildemente, acho que fez e ainda continua fazendo, pelos incontáveis testemunhos que até hoje recebo de tanta gente.

Disse acima que retornaria a D. Ivo. Pois, depois de o livro estar impresso, no fim de 1984 ainda, dei um livro a ele e alguns dias depois, dentro do elevador que sobe ao 3º andar da CNBB, pegou meu braço, com a força carinhosa que tinha, e me disse: “Pedrinho, parabéns pelo livro. Era exatamente o que eu estava imaginando. E mais: *você chega exatamente até onde se pode chegar!*” Essa última frase, depois do que contei acima, tem um sentido muito significativo. Naqueles tempos, como ainda hoje, ao querermos ser fiéis ao Evangelho, corre-se facilmente o risco de sermos chamados de comunistas. Respondi a D. Ivo: “Pelo seu comentário, vejo que o Sr. leu mesmo o livro!”

O Mundo Jovem e a PUCRS

O Jornal/Revista Mundo Jovem nasceu do fervor de um grupo de jovens idealistas, na década de 1960, dentro do Seminário de Viamão. E acabou aterrissando na PUCRS, depois de vários contratemplos. Mas foi na PUCRS que ele se concretizou, fez história, cresceu, até se tornar uma das revistas mais importantes do Brasil. Chegou a ter 130 mil assinaturas. E chegou a ser lido em mais de 4 mil, dos 5 mil municípios brasileiros, presente em todos os estados brasileiros. Foi a revista de orientação católica com a maior tiragem durante um bom tempo.

Gostaria de mostrar, agora, como o MJ esteve intimamente ligado à PUCRS durante sua história, e como ele tem ajudado a tornar essa universidade conhecida em praticamente todo o Brasil. Já andei por todos os estados do Brasil e em muitas cidades de alguns estados. E no momento em que, de um modo ou outro, ficavam sabendo que eu tinha alguma relação com a PUCRS, a primeira coisa que as pessoas comentavam era que dali vinha o Mundo Jovem. Foi assim que o MJ levou o nome dessa universidade por todas as regiões do Brasil. E a levou com conotações de oferecer valiosas contribuições, de produzir e divulgar ideias e projetos muito inteligentes e originais, principalmente para os jovens. E principalmente no que se refere a uma educação crítica e inovadora nos aspectos pedagógicos.

Não é difícil comprovar essas apreciações. É só analisar como MJ era programado: havia artigos curtos, mordentes, incisivos, críticos das principais dimensões educativas e pedagógicas. E escritos por pessoas altamente especializadas na área. Esse material servia de pesquisa para um grupo imenso de profes-

ras e professores. Mês por mês, ano a ano, ele ia alimentando ideias inovadoras, trazendo o que havia de mais recente e atual em cada área, principalmente para o Ensino Médio, mas também para o Ensino Superior. Pois é isso que gostaria de enfatizar e testemunhar. Quantas pessoas até hoje me perguntam: mas, o que aconteceu com o Mundo Jovem? Não recebo mais o jornal! Quanta falta me faz. Confesso que muitas vezes me calo, em parte por vergonha e em parte porque é difícil para mim dizer o que aconteceu de fato. Se alguém ainda puder investigar a lista das pessoas que escreveram no jornal no último ano de sua existência, vai ficar surpreso com o número e nome dos melhores especialistas, preparados e críticos, que colaboravam com o jornal. E cada ano esse número era acrescido de novos e excelentes colaboradores.

Ainda há um aspecto que merece ser ressaltado: todo o ano era feita uma pesquisa com os leitores de todo o Brasil para que eles dissessem quais os temas mais cruciais e urgentes que mereceriam ser discutidos e analisados. E a partir daí se montavam os números do ano seguinte – no início eram nove edições e nos últimos anos dez. E a equipe ia criando e aprimorando os temas restantes, para deixar o jornal leve, gostoso, *jovem*, atraente.

Pois tudo isso foi cortado repentinamente. E nem se pode dizer que a razão fosse pelo fato de que jornais impressos não tinham mais interesse e que agora tudo tinha que ser eletrônico, que as pessoas já não liam no papel. Pois é importante dizer que a equipe do MJ passou todo o último ano preparando edições duplas: escrita e eletrônica. Muito se gastou nesse preparo, mas não teve nem chance de ser testado.

Não sei, mas se o nome da PUCRS passou a ser conhecido em todo o Brasil, principalmente nos locais mais longínquos, para além das academias, foi em grande parte devido ao MJ que levou consigo esse nome para mais de 80% do território nacional. Poucas pessoas teriam ouvido falar na PUCRS não fosse seu vanguardeiro que preparou seu caminho. Não vejo que isso tenha sido percebido, nem que tenha sido reconhecido.

Foi uma tremenda luta para poder salvar o jornal. A razão principal, conforme foi comunicado, era que tinha sido por motivos de “contenção de despesas”. Seria interessante averiguar o quanto isso de fato corresponde à verdade.

Mundo Jovem e a Pastoral da Juventude do Brasil

Mais um aspecto que merece ser destacado. Todos sabemos das dificuldades existentes numa sociedade cada vez mais laica e avessa a tentativas de reflexão e mergulho mais profundo nos mistérios da transcendência. O trabalho de evangelização se ressentia desses desafios, no que se refere a iniciativas mais atualizadas e eficientes, principalmente para com os jovens. Pois o MJ era um parceiro, um instrumento fundamental da Pastoral da Juventude do Brasil. Desde seus inícios, quando o assessor nacional era o Pe. Jorge Boran, era através do MJ que as ideias e iniciativas de uma evangelização para os jovens que não fosse pietista e espiritualizante, mas madura, participativa e crítica, passaram a colaborar com as dioceses e paróquias de praticamente todo o Brasil. E aí era feita uma parceria frutuosa com a Pastoral Estudantil. Mais adiante um pouco, em parceria também com o Instituto de Pastoral de Juventude – IPJ, a equipe do MJ, liderada

por Pedro Paganin, produzia vídeos com o tema da Campanha da Fraternidade para serem refletidos nos grupos. Eram vídeos muito dinâmicos e criativos, com muitos depoimentos de jovens e especialistas no tema e que foram um subsídio importante não apenas para os grupos de jovens, mas para escolas e comunidades em todo o Brasil. No início da década de 1990 foi ainda produzido um vídeo, nesta parceria, com o título *Afetividade e Sexualidade*, um tema emergente naquele momento.

Quando as contradições se tornam insuperáveis

Vou terminar com uma reflexão que para mim é a mais difícil. Até pensei em não colocar aqui. Mas vou arriscar com toda a humildade e cuidado. Pediria que me ajudassem. Confesso que é uma lembrança ainda dolorosa, que continua a me bater no peito. É o processo como a experiência do MJ teve fim. Comecei falando no início dum ponto que para mim era o mais importante sobre o empreendimento do MJ e que para mim foi a razão de seu sucesso: a dimensão da *graça*. Penso que esse pensamento retorna aqui, mas sob outro aspecto. Vamos ver se consigo explicar.

Vejo que a experiência do MJ está dentro de um contexto bem maior. E esse contexto tem a ver com uma contradição que é real, verdadeira, existente, e que é difícil de ser superada. Quase que estava escrevendo que é a contradição entre o carisma e o poder, nas instituições. MJ sempre viveu do carisma (está incluída aqui a *graça*). Mas ao mesmo tempo causava contínuas dificuldades ao poder. Vou ver se me explico.

Uma das dificuldades maiores da existência humana é, para mim, lidar com a *contradição*. Ela está dentro de nossas vidas, faz

parte de nossa condição humana. Somos seres contraditórios. (Lembro-me aqui das reflexões do grande psicólogo social, Serge Moscovici, quando discute a *polifasia cognitiva*, que no fundo nada mais é do que aquele fenômeno de nós dizermos uma coisa e fazermos outra; de defendermos uma proposta e logo em seguida a negarmos.) Esse episódio do MJ – e incluo aqui minha experiência de 40 anos na PUCRS – me leva a mergulhar mais a fundo nas relações que se produzem entre uma instituição e algo que implique mudança, que eu chamaria de *vida*, pois vida é movimento, é mudança, *motus imanens*. E aqui entra a questão da *contradição*.

As coisas são necessariamente incompletas. Pelo simples fato de serem humanas. No início de minhas experiências, principalmente religiosas, lançava-me aos trabalhos de conscientização, de questionamento, de procura de mudanças (o sub-título do livro *Sociologia Crítica é alternativas de mudança*) – e buscava a mudança, pois se constatavam tantas coisas injustas e dolorosas. E principalmente os jovens não se sentiam em paz com isso. Lembro que numa feita, numa reflexão com pessoas cristãs, alguém me disse: “Meu caro: você fala tanto em contradição. Mas essa palavra não está no Evangelho”. Fiquei surpreso e no momento de fato não me lembrei de ter visto este termo lá. Mas meditando mais e lendo com atenção a Bíblia, principalmente o Novo Testamento, vi que não era exatamente assim. Que lá se encontrava, sim, o termo *contradição* e em situações bem importantes que tinham a ver com minhas inquietações. Como, por exemplo, quando Jesus é apresentado no Templo e Simeão toma o menino nos braços e diz: “Esse menino será colocado como sinal de contradição”. E fui percebendo como de fato isso

ajudava a entender todo o projeto do Pai: como entender que alguém tivesse de morrer, para que outros vivessem? Mas, mais especificamente – e aqui a razão de trazer essa reflexão: como entender que o Cristo fosse perseguido, preso e morto pelos representantes das instituições que, naquele contexto, se apresentavam como responsáveis, ao menos institucionalmente, do povo escolhido, do qual surgiria o Messias, o Salvador?

Pois há verdadeiramente coisas que não se entendem. E mais: que não se pode entender, pois são *mistérios*. E ainda mais: que nada me diz que precisem ser entendidas. Com outras palavras: temos de conviver com mistérios. Mas o mistério não é uma coisa que a gente não entende. Não. Mistério é uma coisa do qual não entendemos *tudo*. E penso que algo parecido sucedeu com o MJ. Uma experiência que tanto bem trouxe à própria universidade. E depois para a educação do Brasil. E ainda mais: para a Pastoral da Juventude do Brasil. Enfim, por que teria sido supresso?

Estou chegando ao ponto. A questão é institucional. Se formos analisar a história do MJ, vamos perceber que durante toda sua caminhada ele sempre se constituiu num *signal de contradição*. Por inúmeras vezes o MJ correu o risco de ter de deixar a instituição PUCRS e procurar outro abrigo. Era difícil conciliar os diferentes interesses. Um fato curioso que ajuda a iluminar esse ponto: praticamente todas as vezes que era publicado um novo número do MJ, alguns dias depois a redação recebia uma carta de um determinado irmão que se sentia na obrigação de “colocar os pontos nos ‘is’”, onde ele fazia as ressalvas que, do seu ponto de vista, o MJ não estava correspondendo à filosofia e aos ensinamentos da instituição. Interessante, pois de um lado

não se tinha coragem de suprimir a publicação; e, de outro lado, ele não correspondia aos que estavam à frente dessa instituição.

O que acontecia? A PUCRS, como instituição, nunca podia se sentir bem com colocações e reflexões que, de um modo ou outro, questionassem os parâmetros de uma instituição que procurava seguir os padrões correntes do sistema liberal capitalista, concorrendo dentro do estabelecido, do instituído, para poder sobreviver. Era difícil, e às vezes impossível, aceitar iniciativas de um grupo que, direta ou indiretamente, estivesse ligado a essa instituição, mas que questionava princípios que a sustentavam. E essa a razão da existência contínua de conflitos. Vou dar mais um exemplo, um pouco mais chocante: um dia cheguei ao MJ e me disseram que eu ia ser expulso da universidade por causa de um artigo que eu tinha escrito no jornal. E quem tinha dito isso era um irmão importante da instituição (até com fama de santo). Quando fui conferir qual seria o crime cometido, disseram que fora um trecho de meu último artigo em que eu afirmava que, de acordo com o Ensino Social da Igreja, “o supérfluo não nos pertence”. E o irmão começou a espalhar a todos, inclusive à equipe do MJ que, se assim fosse, sem demora a universidade seria invadida e assaltada. Mas por sorte um padre que lecionava na universidade, ao ouvir o fato, correu a avisar o irmão que o que tinha sido escrito eram, *ipsis litteris*, palavras de Santos Padres da Igreja, repetidas em Encíclicas papais.

Em outubro de 2016 foi comunicado à direção e aos que trabalhavam no MJ que o número de novembro seria o último e que o MJ ficaria sob a responsabilidade do Setor de Humanidades da PUCRS. Foram inúmeras as tentativas de reverter o processo, mas nada foi possível. “As demissões já tinham sido assinadas

e seria difícil voltar atrás.” Foi falado com o Reitor, até mesmo com o Chanceler da Universidade, mas nada foi em frente. Foi um tempo de perplexidade e de sofrimento. Os jovens tentaram, e creio que ainda tentam, responder a seus anseios diante dos ingentes problemas de nossa sociedade dominada, manipulada e escravizada pela mídia. Pensaram em constituir uma cooperativa para trabalhar com os meios de comunicação, a *Coomunica*, mas nem com a *marca* Mundo Jovem puderam ficar, um nome que percorreu o Brasil, de ponta a ponta, chegando a uma tiragem de quase 200 mil exemplares. Tenho presente os rostos contentes de muitos/as: Ireno Finkler, Laurício Neumann, Luiz Gambim, Cláudio Somacal, Moacir Turmina, André Birck, Jorge e Izabel Teixeira, Rui Souza, Lúcia Barcelos, Angela Barcelos, Márcia Oliveira, Pedro Paganin.

Sei que ainda estão lutando. E me arrisco a dizer que, de minha parte, ainda estou pronto a cooperar com experiências libertadoras desse tipo, que tanto bem fizeram ao Brasil, principalmente aos educadores e aos jovens. E gostaria de repetir, mais uma vez: isso tudo foi possível, e o que os sustentou, foi um *espírito* misterioso, que não se explica, e que está, e só poderia estar, radicado na *graça gratuita*.



“Você, padre? Crítico como é?”

Introdução

Quando pensei partilhar essa experiência tive muita dificuldade em achar um título para o texto. Algo que não surpreendesse muito e que não parecesse muito estranho. Pois na verdade o tema é um tanto complexo e confesso que não tenho pretensão nenhuma em querer deixá-lo claro, por um lado e, por outro lado, reivindicar que outros concordem com esses comentários. Mas o motivo por que discorro sobre isso é que foram tantas as vezes em que isso veio à baila que julgo dever dar uma explicação para algo que causava tanta perplexidade. À primeira vista parece um tema banal, mas à medida que nele se mergulha começam a surgir dimensões muito sérias e profundas, que para mim chegam a ser vitais.

Durante praticamente todos os anos em que estive ligado às Universidades – duas no Brasil e cinco em outros países – nunca me apresentei como sacerdote, ou mesmo religioso. Sei que muitos dos leitores vão ter dificuldade em fazer distinção

entre esses dois termos. Na verdade são diversos e eles vão ficar mais claros, penso, à medida que for discutindo o assunto. Chego ao ponto: quando, por acaso, alguém ficava sabendo que o tal professor (conferencista, painelista, pesquisador) era padre, ou sacerdote, ou religioso redentorista, eram quase sempre entreouvados sinais e expressões de admiração, e às vezes de certo espanto, ficando alguns até mesmo chocados. Pode ser que uma das razões seja que raras vezes essas referências apareciam nos anúncios das atividades promovidas. E esses meus *adjetivos* não constam nem mesmo do Lattes, onde a única referência, um tanto longínqua, é que seja graduado em teologia.

Pois a razão de achar oportuno, para mim também importante, comentar sobre isso é que, trocando os sinais, o espanto era meu ao perceber tanta surpresa da parte dos interlocutores. Ficava pensando o que haveria, afinal, que levasse as pessoas a verem possíveis incongruências entre esses diferentes *papéis*. E é por isso que penso que devo explicar as razões desse meu silenciamento, ou ocultamento como me disse, um tanto maliciosamente, um colega meu.

O raciocínio que pretendo desenvolver não é simples e pretendo refletir sobre os seguintes pontos: vou primeiro procurar mostrar que o que comanda toda a vida de um ser humano que se quer consciente situa-se num plano que chamaria ético, um plano de valores. Os valores são o impulso fundamental que leva as pessoas a fazerem o que fazem.

Num segundo passo, mais complexo, vou tentar mostrar que em toda atividade como educador e pesquisador, como é meu caso, que é uma atividade assim dita *científica*, nós necessitamos de teorias. Vou adiantar logo o ponto que aprofundo à frente: há

teorias que levam em conta valores que, queiramos ou não, estão implícitos em nosso agir, e outras não. E isso conduz ao pressuposto de que não há *ciência neutra*⁸. O mínimo que se pode exigir é que o pesquisador/educador tenha consciência dos valores implícitos ao escolher deixar-se guiar por determinadas teorias.

No que me diz respeito, a partir de uma postura coerente com meus valores, procurei me inspirar e escolher sempre uma inspiração teórica que, numa situação de injustiça e desigualdade, me ajudasse a *mudar*, a *transformar* a realidade. Pois há teorias que não possuem os pressupostos necessários para realizar uma mudança, como veremos; mas nem por isso deixa de ser valorativa, pois seu *valor* está em manter o que está aí. E a teoria que ajuda a realizar esse intento de transformação é a teoria *crítica*. Foi isso que me levou a colocar no título que encabeça esse texto aquela expressão de espanto, pois, estranhamente, quem fosse padre não poderia ser crítico. De onde teria vindo esse pressuposto? Para mim, exatamente, pelo fato de ser padre, deveria ser crítico. O que causava espanto não era que eu fosse, ou não, um bom palestrante; mas o fato de que eu, como palestrante, me guiasse e refletisse a partir de pressupostos que, também supostamente, não se adequariam a um padre ou religioso.

8 O termo *ciência* é terrivelmente confuso. Quando alguém o emprega, deve dizer, de imediato, o que entende com isso. O que pretendo ressaltar aqui é que fazer ciência é também uma ação. E não há ação neutra, e que a toda ação corresponde uma ética, que é o que argumento adiante. No exato momento em que alguém faz uma *opção* por isso ou aquilo, ele já faz uma escolha (seleciona, como dizia Max Weber, o pensador que é o mais citado a favor da *neutralidade* da ciência mas pouco entendido). Essa escolha já implica, seminalmente, valores. Em duas publicações, *O Direito Humano à Comunicação - pela democratização da mídia* (Guareschi, 2013), e em *A Emergência da Consciência Ética - Perspectiva Psicossocial*, (em Guareschi, P. e Susin, L.C. 1979), tento aprofundar essa questão.

Pois é sobre isso que gostaria de meditar, mais que argumentar. E ao final justifico o motivo de ser *redentorista*, isto é, as razões que me levam a sentir-me bem dentro desse carisma.

Ética e valores

Há muita coisa escrita sobre ética e esse tema está hoje entre os mais discutidos. Tentei até escrever sobre isso de um modo que seja compreensível. Aqui é preciso ir devagar. E o que vou dizer é apenas um enfoque, mas há muitos outros. Vou ficar apenas no que ajuda a entender minha argumentação. Começaria dizendo que ética não é algo acidental, que podemos ter ou não. Somos inteiramente éticos. Somos seres éticos por natureza. A ética perpassa nosso ser, como nossa respiração. Faz parte de todo nosso sentir e agir. Mas precisa já deixar claro que ética não se refere apenas a, por exemplo, ações *corretas, justas, boas*; refere-se também a ações *injustas, más*. Entendo, pois, por ética tudo o que se refere a bom/mau, certo/errado. É nesse sentido que *tudo é ético*. O problema agora é o que é ético para cada pessoa. E aqui está a questão.

Pode-se dizer assim que ética é uma dimensão *valorativa*. Mas, o que é *valor*? Talvez ajude a entender, a partir de sua etimologia: *valor* vem de *valere*, que em latim significa *ter peso e estar bem*; *valor* vai significar assim algo que tem *peso*, mas peso ético, moral. O importante aqui é a constatação de que todos nós temos *valores*, que é impossível não ter um valor, que é o impulso interno, vital, de todo nosso ser, que nos empurra a fazer tudo o que fizermos. Vivemos sustentados e alimentados por valores. Vivencialmente falando, quem não tem valores, já não vive.

A Crítica que leva à Ética

Vamos então tentar responder à questão que me propus acima. Consigo encontrar, entre outras, ao menos duas razões de não fazer questão de ir me revelando, ou não me apresentar em geral como padre. Uma primeira, mais sociológica, mas também teológica, é a questão de não querer reduzir minhas ações a apenas um desempenho de funções (a). E a segunda, mais séria e mais profunda, que tem a ver com minha opção vital fundamental (b).

Padre como função

Meu receio sempre foi, e continua sendo, de que possa ser um título, ou uma função, um papel social, o que vai dar valor, ou vai legitimar, o desempenho de minhas atividades. E mais: percebo em mim uma espécie de protesto contra certos entendimentos, que levam, conseqüentemente, a certas atitudes e práticas que supõem que quem desempenha determinada ação, ou que têm ou não determinada profissão, ou mesmo que possui determinado título, está automaticamente legitimado, e melhor capacitado, a desempenhar tal tarefa. Isso significa que o fato de alguém ter feito um curso que deu a ele um título vá garantir a qualidade de seu trabalho.

No fundo, me perdoem, tal prática facilmente leva a perpetuar uma relação de dominação de que quem sabe mais ou menos *vale* mais ou menos que os demais. Ainda mais grave que isso: que seja um *título*, uma qualificação acadêmica que vá conferir mais saber a alguém e, conseqüentemente, essa pessoa seja melhor ou pior, tenha mais ou menos valor. Em diversos textos desse livro, como quando conto algumas lembranças minhas de Paulo Freire, já comentei, ao discutir a questão do *saber*, que ele

insistia, e cada vez mais vejo que isso realmente faz sentido, que a primeira, e a maior de todas as dominações, é a *dominação no saber*. Pois se eu consigo convencer alguém que ele sabe menos, automaticamente vai ser possível convencê-lo de que deve fazer isso ou aquilo e, principalmente, ser mais ou menos remunerado por, supostamente, não ter as condições de fazer melhor as coisas do que aquele que *sabe*, pois *oficialmente* recebeu um título acadêmico.

Não resisto à tentação de, ao iniciar qualquer fala, ou palestra, depois que se lê aqueles *espantosos* currículos, lembrar, de imediato, com todo o cuidado e respeito aos organizadores, que esquecessem aquela enorme lista de *títulos* que, supostamente, iriam garantir o valor ou importância de minha fala. E, citando Freire, procurava lembrar que ali não estava alguém que “sabia mais ou menos, que teria um saber melhor ou pior, mas apenas saberia algo diferente”; e que é impossível garantir que determinado saber tenha valor *em si mesmo*. E, entre outras, essa era a razão de pouco, ou nada me importar o fato de ir logo apregoando títulos ou papéis, no caso de ser padre ou qualquer outra coisa. Quem deveria conferir isso, ao final, eram os participantes das atividades.

Valor como legitimação da prática

Esse é o ponto principal que me levou a escrever essa memória: que a verdadeira diferença, a que realmente vai fazer a mudança, coloca-se num plano de *valores*, de *opções vitais e práticas*, que não se resumem, nem se esgotam nos papéis que desempenhamos, ou em titulações e medalhas, mas extrapolam, vão mais além. E ainda além: que sejam eles os que possam dar sentido a esses papéis e desempenhos.

Qual o ponto nevrálgico que basicamente me levava a enfatizar minha, diria, *vocação* para atuar durante mais de cinco décadas na academia? Confesso com tranquilidade que não foi o fato de ser padre ou religioso. Foi algo para além, que não nega nem se contrapõe ao fato de, sendo alguém ligado à academia, poder continuar a ser padre e religioso. E aqui vem o ponto: em vez de, diante de minhas atividades, apelar para um título ou papel – fosse acadêmico ou qualquer outro – o que para mim realmente *valia*. Meu objetivo e preocupação era colocar-me a partir de uma *luz*, de uma visão teórica subjacente que legitimasse e pudesse fazer frutificar todas minhas atividades. Qual essa *luz*? Como explicar essa nova *luz*?

Lembro que li, certa vez, determinada reflexão sobre o que seria *teoria*. Não lembro mais onde, mas o que esse autor comentou ficou marcado em mim. Guardo na memória uma analogia feita por ele de que *teoria* é como uma luz, um sol que, ao amanhecer, do alto da montanha, ilumina toda a cidade. Aquilo que não se podia ver devido à escuridão da noite, ia aos poucos se iluminando. A partir daí passei também a empregar, em falas e comentários, a analogia de que teoria era como uma lâmpada que se acende quando se entra numa sala escura: a sala está toda cheia de cadeiras, mesas; e no escuro vamos tropeçando nelas. Mas no momento em que acendemos uma lâmpada, fica tudo mais fácil, tudo toma sentido.

Pois é nesse sentido que gostaria de mostrar que, analogamente, é a teoria que faz a diferença; é a luz que se joga sobre o mundo das coisas que vai ocasionar que se possa falar em diferenças. E aqui me coloco: haveria uma teoria que fizesse a diferença? Pois penso que sim. E se procuro iluminar o mundo com essa teoria, não é devido a algo intrínseco nela que seja melhor

ou pior: é precisamente devido aos *resultados*, aos *efeitos* que ela produz. Concordo que não é fácil explicar isso, mas vou tentar, creio que vale o risco.

O primeiro passo, então, é perceber, dar-se conta, de que as teorias produzem efeitos diferentes. Para isso precisa dar um mergulho que se costuma chamar *epistemológico*, que nada mais é que o *modo como conhecemos*. E aqui há duas maneiras que se mostram bem distintas: uma primeira que mantém as coisas como são; e outra maneira que propicia, que abre, dá abertura e chance para que se possam produzir mudanças. A essa segunda costuma-se chamar de *crítica*.

Mas esse é apenas um pressuposto da teoria crítica. Há um segundo aspecto, esse para mim o mais importante, é que ele pressupõe existir, implicado e intrínseco na teoria, outra característica: o de que ela carrega um *valor*. E aqui reside a diferença fundamental. Quando trabalhamos e lidamos com teorias que pretendem, e às vezes até negam implicar uma dimensão valorativa, isto é, ética, estamos em mundos diferentes.

Necessário assinalar aqui mais um ponto importante: o termo *crítica*, em sua etimologia, *krineîn*, significa discernir, julgar. E como em todo julgamento, para que seja um autêntico julgamento, devem ser considerados dois lados: o lado do que acusa e o lado que defende. E numa teoria crítica isso assume um sentido ontológico, isto é, que faz parte da *natureza* das coisas. E no nosso caso, das afirmações, proposições e teorias: elas mostram *o que está aí*, e ao mesmo tempo *o que não está aí*. É a dimensão dialética da realidade.

Foi ficando sempre mais claro para mim a diferença e a importância de trabalhar com uma teoria crítica. Muito me ajudaram nesse trajeto as contribuições dos estudiosos da Escola de

Frankfurt⁹ que enfatizaram, em suas reflexões sobre a crítica, a dimensão valorativa, isto é, da não-neutralidade da ciência. Eles mostram que toda ação humana contém, necessariamente, um desses objetivos: elas ajudam a iluminar ou emancipar, por um lado, ou a obscurecer (enganar), ou dominar (escravizar), por outro lado. Mas sempre carregando valores, isto é, uma dimensão ética; o que elas não podem é ser *neutras*.

Foi principalmente a partir daqui que fui percebendo coisas muito interessantes e que só pude entender à medida que ia vivendo minhas experiências. Talvez a primeira foi já em 1977, ao trabalhar em meu doutorado na Universidade de Wisconsin, em Madison, quando deparei-me com o livro *The Context of Social Psychology* (Israel, J. e Tajfel, H., 1972), onde, como já falei em outros ensaios desse livro, fiquei atraído por pensadores como Moscovici e Israel, que lidavam também com pressupostos de impossibilidade de uma ciência neutra. O que me provocou foi que ao mostrar o livro ao coordenador do Seminário, ele disse em tom claro e decisivo, que esse livro só vinha trazer muitos males à Psicologia Social. E aconselhou-me que abandonasse o seminário e procurasse algum lugar onde poderia me sentir melhor. Na verdade, não abandonei o seminário, nem lembro mais se recebi

9 Um deles, Raymond Geuss, de Cambridge, com quem pude partilhar reflexões que muito me ajudaram, deixa isso bem claro em seu livro *A Ideia de uma Teoria Crítica ontem e hoje*. No primeiro ensaio desse livro discuto mais pormenorizadamente essa questão. Lá se lê explicitamente:

As teorias críticas possuem uma posição específica como guias para a ação humana no fato de que: (a) têm como objetivo propiciar iluminação aos agentes que as adotam, isto é, possibilitar a esses agentes que tomem consciência de quais são seus verdadeiros interesses; (b) elas são intrinsecamente emancipatórias, isto é, elas libertam esses agentes de um tipo de coerção, ao menos em parte auto-imposta, que provém de auto-frustração de uma ação humana consciente (Geuss, 2010, p. 1-2)

créditos ou não do seminário, mas não desisti de ir pensando e aprofundando essa questão da não neutralidade da ciência.

Isso me leva a outra lembrança muito oportuna. Aconteceu no Primeiro Encontro da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia), que foi realizado em Caruaru, Pernambuco, em 1988. Foi um momento muito bom e produtivo, em que pesquisadores de todo o Brasil apresentavam a seus colegas os enfoques teóricos com que trabalhavam. E eram feitas avaliações e críticas aos enfoques. Fui me dando conta que alguns pesquisadores, que se desviavam um pouco da vertente teórica central e hegemônica que defendia claramente uma neutralidade nas teorias *científicas*, eram duramente criticados e mesmo segregados (algumas trabalhavam na PUC de S. Paulo, com Sílvia Lane). Achei ter chegado o momento de me expor e tentei mostrar que meu enfoque teórico era crítico, e que entre os pressupostos desse enfoque estava o de que toda ação humana – e a pesquisa é uma ação humana – carrega consigo pressupostos éticos, de não-neutralidade. Foi o que bastou para o coordenador do encontro dizer, diante de todos os outros/as pesquisadores, que “estava prestando um desserviço à psicologia do Brasil”¹⁰.

10 Cerca de 20 anos depois, encontrei no livro de Serge Mosovici e Ivana Marková (2006), *The Making of Modern Social Psychology: The Hidden Story of How an International Social Science was Created*, referências sobre esse Professor que durante muito tempo foi Presidente da Associação Latino-americana de Psicologia Social. Em cartas por ele escritas quando os autores do livro questionaram seu silêncio sobre as perseguições e mesmo expulsões de pesquisadores de seus países pelos ditadores que aqui tinham usurpado o poder, a resposta do professor foi de que esses pesquisadores misturavam psicologia com política e...”as far as I am concerned, one’s political preference and one’s scientific behavior are two distinct sets with no intersection between them” (Moscovici e Marková, 2006, p.197).

Essas experiências todas foram me fazendo refletir. E fui me dando conta de que seguidamente começavam a surgir questões “administrativas” e “estruturais” devido a minhas posturas. Inclusive avisos de que seria dispensado de minhas funções se continuasse “com minhas ideias subversivas e revolucionárias”. E entendo bem que assim fosse e que certamente assim será. Isso tudo vem confirmar a impossibilidade de ser neutro, de querer suprimir os pressupostos valorativos e éticos de uma teoria.

Mas a o momento marcante, para mim, se deu quando vi a foto do pesquisador Ignacio Martín Baró, um jesuíta da Universidade Central Latino-Americana (UCLA), de El Salvador, barbaramente assassinado, juntamente com mais cinco professores colegas seus. Ele tinha estado, não fazia muito tempo, em Porto Alegre para um encontro sobre Psicologia Social do Trabalho. Esse fato foi para mim a prova cabal de que no momento em que alguém trabalha em seu ensino e pesquisa a partir de uma Psicologia Social Crítica, que implica uma não-neutralidade, e a situação em que se vive é de clara injustiça e desigualdade, os que trabalham com uma teoria *neutra*, que reproduz e legitima essa situação, são condecorados e elogiados. Por outro lado, os que revelam e mostram situações que desagradam aos poderes estabelecidos, correm risco de vida; e a razão por eles alegada é que esses estudiosos não estão desenvolvendo uma verdadeira *ciência* que deve ser neutra, e não *política, crítica*. A opção teórica torna-se uma opção de vida ou morte.

É instrutivo mostrar como os que defendem uma ciência neutra se contradizem a si mesmos, como fica bem claro no arguto comentário de Joachin Israel (1972, p.204):

“Ser conservador é assumir uma posição decisiva em matérias de *valor*. Consequentemente, a acusação ‘positivística’ levantada contra os que rejeitam tal postura ‘positivística’, por não poder ser neutra, torna-se um boomerang. Se, por outro lado, alguém ‘deixa as coisas acontecer’, ele se transforma em alguém acessório com respeito aos fatos que estão acontecendo. Essa posição não é menos neutra daquela que alguém assume ao defender uma ‘ciência social emancipatória’. A última posição parece ser preferível a partir de um ponto de vista moral”.

Não há, enquanto posso compreender, possibilidade de ser neutro. Escravizar ou libertar são ambas opções éticas. Por trás de tudo, há um *valor* nos espreitando. Confesso que não pretendo ter deixado totalmente esclarecido meu pensamento, mas o que tentei mostrar é que há teorias e teorias; e o que distingue o trabalho de alguém é o tipo de teoria com que se trabalha. E respondendo à pergunta feita no início do texto: para mim, ser padre ou ser pesquisador e educador não fazia, como não faz, nenhuma diferença. O que vai fazer a diferença é a *luz* sob a qual se trabalha, pois a opção que se faz por uma teoria já implica uma ética. A diferença está que ao assumir determinada postura teórica, eu já estou assumindo uma postura ética. Pode ser uma luz/teoria que leva a mudanças e que possibilita a justiça, ou uma luz que mantém as coisas como são. Essa é a *opção* fundamental. Em todo o trabalho que procurava desenvolver, a primeira preocupação era a opção que se deve fazer: o que estou fazendo vai favorecer a quem? Essa a razão de minha opção por uma teoria crítica, pois um de seus pressupostos é que a toda ação corresponde uma ética. Muitos pesquisadores trabalham tranquilamente, nunca são incomodados, enquanto outros, como Martín Baró, são elimina-

dos; ou como Paulo Freire, são imediatamente exilados. É o nível de consciência que leva a essa terrível *coerência*, que faz a *diferença*. Num texto que mencionei acima, *A Emergência da Consciência Ética*, procuro analisar como essa foi precisamente a caminhada *lógica* feita por Paulo Freire, onde ele mostra como o crescimento em consciência, quando crítica de si mesmo, vai mostrando que, numa sociedade constituída por relações, é impossível *não agir*; e, conseqüentemente, como em toda ação está implícita uma ética, ninguém pode ser *neutro*.

Concluo retomando as razões que me fizeram relembrar essas questões. O espanto das pessoas revela, infelizmente, o pressuposto de que um padre tem de, ingenuamente, seguir a corrente dominante, calar-se – e quem cala consente – diante dos fatos e deve apenas desempenhar sua *função*. Para mim, o importante não é que seja padre, ou pesquisador. Não é isso que faz a diferença. O ponto central é precisamente a dimensão dos valores, e tanto numa postura, como noutra, não é a função que garante um valor. Podem existir *funcionários do sagrado* que, sem consciência do que sua ação implica, nada mais fazem do que reproduzir o sistema, sem se dar conta de que ele pode ser causa de injustiças desigualdades.

Por que redentorista?

É difícil explicar a alguém que não esteja familiarizado com assuntos ligados à organização de algumas igrejas a diferença entre ser padre e ser religioso. Mas a diferença é marcante. Há muitas religiões, e dentro de cada religião há muitas igrejas. Inspiradas na religião cristã existem diversas igrejas. Refiro-me aqui à igreja cristã católica, que está ligada ao Papa, bispo de Roma.

Nessa igreja, o sinal (sacramento) de pertença à igreja é o batismo que *incorpora* as pessoas à igreja. Esse é o sacramento primeiro e faz a todos e todas iguais, irmãos e irmãs, sem distinção fundamental.

Nessa igreja, como em qualquer instituição, existem diferentes papéis. Alguns são para coordenação (ultimamente se passou a falar em *serviço*) e a coordenação mais alta é a do Papa, depois os bispos, os padres e diáconos, que são os ministros *ordenados*, isto é, que recebem o ministério da ordem. Os outros, durante algum tempo, foram chamados de leigos, mas agora são denominados de ministros *não ordenados*, pois todos, como cristãos, têm o dever de servir. Os *padres* são, então, ministros ordenados dessa igreja.

E o *religioso*? Já nos primeiros séculos do Cristianismo começaram a surgir grupos de pessoas que queriam viver o Evangelho de maneira mais radical, e se retiravam do tumulto das cidades, indo viver em ermidas, quase sempre sós, e começaram a ser chamados de *eremitas*. Ainda há poucas semanas vimos a notícia de um bispo hindu que decidiu renunciar ao bispado e se tornar eremita; foi viver nas montanhas da Índia e viver por conta, cuidando de seu sustento, rezando, meditando e contemplando. Muitos desses eremitas começaram a se agrupar, formando mosteiros, seguindo a regra de algum Pai fundador. A partir desses mosteiros surgiram as ordens religiosas, tanto de homens como de mulheres. São os *religiosos e religiosas*.

No início, os monges não eram ordenados, mas depois de certo tempo alguns começaram também a receber as ordens e se tornaram padres: eram então padres e religiosos ao mesmo tempo. Essas ordens foram se diferenciando e, a partir do século XVI, surgiram as Congregações Religiosas, algumas só de irmãos

(como os Maristas, Lassalistas etc.) e outras de padres e irmãos. Essas congregações nasceram a partir de algum líder inspirado, mulher ou homem, que desejava reunir pessoas para poder responder a necessidades graves e urgentes existentes em algumas regiões e países. Essas congregações e ordens se espalharam, umas mais, outras menos, por inúmeros países e continentes. Mas o mais importante, que distingue toda ordem ou congregação, é o *carisma*, isto é, aquele desejo e ideal profundos e intensos de servir às pessoas a partir de determinadas necessidades urgentes e graves. Uma dessas congregações são os *redentoristas*.

Um padre – já era padre – que vivia na rica cidade de Nápoles, muito piedoso e comprometido com os mais abandonados, ao visitar casualmente aldeias não muito distantes da cidade, fica chocado com as necessidades, tanto materiais como religiosas dessas pessoas e sente-se inspirado e desafiado a deixar sua vida de segurança e conforto e arriscar-se ir a seu encontro. A motivação fundamental que o impulsionava e o incentivava era colocar-se a serviço dos mais necessitados para tirá-los dessa situação de indigência e ignorância, principalmente religiosa. Esse é o *carisma* dos redentoristas.

Há aqui um ponto que para mim foi fundamental. Afonso era um intelectual e um pensador perspicaz que se interessava com os problemas da sociedade e da igreja. Com 16 anos já era doutor *in utroque jure*, isto é, em Direito Civil e Canônico. E era também extremamente comprometido e solidário com as pessoas. Seu desejo de levar mais gente a entender suas situações de miséria e discriminação o levou a colocar esse seu saber a serviço deles. Escreveu mais de 100 livros, muitos deles para ajudar essas pessoas a serem mais felizes e poderem viver em paz. Mas ele

quis ir mais a fundo, pois percebia que dentro da própria doutrina cristã da época havia vários pressupostos e estratégias que impediam as pessoas de serem mais livres e felizes. Inclusive estratégias que levavam esses necessitados a se sentirem inferiores e infelizes devido à opressão exercida sobre suas consciências. E a *consciência* era o ponto fundamental para Afonso, pois esse é o espaço onde mais facilmente se pode dominar uma pessoa. Deu-se conta de que era através da consciência que as pessoas são muitas vezes atemorizadas, confundidas e culpabilizadas.

Em síntese: ele percebeu que o que prejudicava as pessoas, o que as feria em sua vida e em seu cotidiano se fundamentava em dois pressupostos: a) um ideológico, uma ideia falsa segundo a qual as pessoas são valorizadas pelas suas condições sociais e intelectuais e isso se ampliava inclusive para o campo moral. Havia até teólogos que falaram em duas classes de *perfeição* (Capone, cap.4, pg. 42ss). b) e um pressuposto científico reducionista, segundo o qual o ser humano é apenas parte de uma ordem pré-determinada e metafísica do universo. Opondo-se a isso, ele mostra que o ser humano é muito mais que uma peça dum universo determinado, mas é um ser de consciência e, conseqüentemente, de responsabilidade pessoal. Não é tão simples explicitar esses pressupostos. Vamos tentar.

Quanto ao pressuposto ideológico

O conceito de ideologia é muito diluído e complexo. Entre as inúmeras acepções escolho a que vê ideologia numa acepção crítica e dinâmica, inspirada em John B. Thompson (1990), de Cambridge: Ideologia é o uso de *formas simbólicas* para criar, ou reproduzir, relações de *dominação*.

Duas coisas importantes aqui: a ideologia lida com *formas simbólicas*, e numa sociedade midiada como a em que vivemos, ela passou a assumir um papel bem mais atual e urgente. Mas é um segundo ponto que para mim é mais importante e vital: as relações de *dominação*, pois há ali uma referência explícita à ética. Nessa acepção ideologia implica uma dimensão ética que se pode chamar de negativa, ou *crítica*, como a discute Thompson: tem a ver com a investigação de injustiças, de desigualdades e assimetrias. E é dinâmica, quer dizer, é uma prática, um modo de agir e de se relacionar; e como toda relação, em cada situação, deve-se analisar se estão, ou não, sendo produzidas ou reproduzindo relações de dominação.

Agora o ponto: fundamento-me aqui numa expressão que li em Ricardo Antoncich e José Sans (1986, p. 62) que considero muito arguta e iluminadora, além de muito prática. Ele afirma que o melhor critério para *desideologizar* tanto a ciência, como a teologia, é a *opção pelos pobres*. Para mim o texto é ilustrativo e útil e vejo que, se não é um critério absoluto, ele é extremamente prático. E lembro esse ponto exatamente para mostrar que foi esse um dos critérios pelo qual se guiou Afonso. Como vimos, ele abandonou o *centro*, a rica e importante cidade de Nápoles, e se dirigiu às periferias do Reino, aos cabreiros abandonados das montanhas de Scala. Essa sua opção influiu, sem dúvida, em todo seu trabalho, principalmente em seus escritos, como veremos.

Afonso, pois, cuja experiência prática se dava em sua maioria com situações e comunidades de pessoas pobres, mas fiéis e devotas, coerente com sua opção, não quis abandoná-las em sua situação de submissão e culpa, mas colocou seu saber a seu

serviço, enfrentando certos pressupostos da Teologia Moral do tempo e, argumentando na própria arena acadêmica, reformulou certos pressupostos que não tinham nem fundamento nas Escrituras, nem na tradição e no ensino do magistério. Não foi uma tarefa fácil. Como veremos adiante, o *espírito* do tempo conspirava contra seu propósito. Haja vista a doutrina jansenista, baseada num rigorismo extremo, que oprimia as consciências dos fiéis. Foi assim que decidiu escrever sua principal obra, a *Teologia Moral*, que teve, já durante sua vida, nove edições, sempre ampliadas e em parte reformuladas. Uma investigação profundamente documentada, com mais de 80 mil citações, fundamentada nos Evangelhos, na tradição e no bom senso. Defende com coragem o respeito a consciência. Tem como pano de fundo sua evangélica opção pelos pequenos, humildes, ignorantes e abandonados. Essa Teologia se apresenta como uma *Moral da Benignidade*, da misericórdia, da compaixão; ela vai dizer aos pobres e oprimidos do seu tempo que eles também são queridos e amados por Deus e que não são culpados e pecadores pelo fato de serem pobres e abandonados.

Quanto ao pressuposto científico

Encontramos aqui Afonso argumentando no campo acadêmico, principalmente nas áreas da Filosofia e da Antropologia. Os pressupostos sobre os quais os *cientistas morais* da época se baseavam eram os de que o mundo era governado por leis absolutas e eternas: a ordem do universo. E esse universo fora criado por Deus e ninguém podia interferir ou desrespeitar essa ordem pré-estabelecida. A ação humana e o procedimento moral também faziam parte dessa ordem. Tudo o que ferisse tal ordem

era pecado¹¹. Afonso, percebendo que esses pressupostos de uma ordem metafísica e universal eram aplicados inclusive aos seres humanos, rebela-se contra tal extrapolação e afirma que o ser humano não é apenas uma peça do universo: ele tem consciência. E é essa consciência que determina a moralidade dos atos humanos: “a bondade ou malícia de nossas ações se nos apresenta tal qual as apreende a consciência”¹².

Todos reconhecemos e criticamos a influência dos pressupostos metafísicos da modernidade que, a pretexto de uma neutralidade científica, excluíram o ser humano e a ética da assim denominada *ciência*. O que importava eram as leis *absolutas* inscritas na natureza. Para eles o mundo seria um relógio e o trabalho do cientista resumia-se em descobrir as leis presentes desde sempre no universo. Comte deu um passo à frente e mostrou que, assim como o mundo, a sociedade também seria um relógio: o trabalho do sociólogo seria descobrir as leis já presentes na

11 Domenico Capone, fundador da Accademia Alfonsiana de Roma, explicita essa *guinada copernicana* realizada por alguns intérpretes de S.Tomas e mostra como eles se desviaram de seu pensamento original. Segundo Capone, “para os tomistas do século XVI, devido à abstração formal de Gaetano, o *ente* é abstraído como *entidade-metafísica*, pela qual o homem é principalmente essência metafísica universal (*animal rationale*) e o ser é reduzido ao existir, segundo o qual a essência-metafísica a partir do estado de possibilidade é colocada *extra causas et extra nihilum* (*fora das causas, fora do nada*, explicação escolástica para a palavra “existência”). Toda a verdade do agir, melhor, dos atos humanos, está inscrita na essência metafísica do homem, enquanto é natureza, princípio de ação e, como tal, é objetiva, universal, imutável. Esta verdade está inscrita na lei natural, lei das essências e, como tal, é imutável” (Capone, 1997, p.338).

12 “Actus humanus iudicatur virtuosus, vel vitiosus secundum bonum apprehensum, in quod voluntas fertur; et non secundum materiale obiectum actus” (Capone, 1997, p. 330): o ato humano é julgado virtuoso ou vicioso segundo o bem apreendido, a que a vontade é levada por si, e não segundo o objeto material do ato (Santo Tomás, Quodl. 3, art 27 corp.)

sociedade. Um terceiro passo foi dado por Wilhelm Wundt, com o laboratório de Leipzig, tentando mostrar que assim como o mundo e a sociedade, o ser humano também seria um relógio. A equipe de sessenta cientistas alemães, em Auschwitz, pesquisava fazendo inclusive transplantes de cérebro, para poder dar conta da construção de um ser humano perfeito que seria conseguido através dos pressupostos materialistas e neutros da modernidade. Creio que não exagero ao mostrar que Afonso, no século XVIII, resgatou a *ciência* da Moral – da Ética – compreendida e aplicada a partir dos pressupostos da modernidade, resgatando a consciência como dimensão fundamental e específica do ser humano. O que Afonso fez, baseado em Santo Tomás, foi negar que “toda a verdade do agir, melhor, dos atos humanos, está inscrita na essência metafísica do homem, enquanto é natureza, princípio de ação e, como tal, é objetiva, universal, imutável. Esta verdade está inscrita na lei natural, lei das essências e, como tal, é imutável”. Ele não aceitou esses pressupostos objetivistas e deterministas e conferiu à consciência um estatuto específico, para além desses pressupostos.

Para encerrar

À pergunta do título desse ensaio poder-se-ia então responder: enquanto posso visualizar, o que distingue o trabalho de um educador e pesquisador é o fato de se guiar a partir de pressupostos epistemológicos que sejam desmistificadores e emancipatórios, por um lado; e, por outro lado, pelo fato de estar animado e vivificado por um *carisma* que dê sentido à ação, que é fruto de nossa opção, iluminando e dando sentido à caminhada.

E também por essas razões que me considero *redentorista*,

que para mim é sinônimo de *libertador*, pois redimir é libertar. Certamente não é por acaso que os escravos chamaram a Princesa Isabel de *Redentora*, pois contra tantos que queriam – e alguns ainda querem – mantê-los escravos, ela lutou com coragem para libertá-los.

Já naquele tempo, Afonso, como escritor, lutou com a pena, para libertar da opressão, uma opressão especial, muito mais profunda e desumana: a opressão das consciências, que é a pior de todas as opressões. E foi a campo para lutar na própria arena do *científico*, das universidades da época, mostrando que sua proposta se fundamentava em argumentos sólidos que ajudavam a *desideologizar* a Teologia Moral de muitos de seus contemporâneos.

Referências

- ANTONCICH, R. e SANS, J. *Ensino Social da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CAPONE, D. *La Proposta Morale Di Sant'Alfonso: Sviluppo e Attualità*, Vol. 9 de Quaestiones morales. Roma: Editiones Academiae Alphonsianae, 1997.
- GEUSS, R. *The Idea of a Critical Theory – Habermas and the Frankfurt School*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1980.
- GUARESCHI, P. *O Direito Humano à Comunicação*. Petrópolis, Vozes, 2013.
- GUARESCHI, P. “A emergência da consciência ética – perspectivas psicossociais”, in: GUARESCHI, P. e SUSIN, L.C. *Consciência Moral Emergente*, Aparecida, Santuário, 1989, p. 11-26
- ISRAEL, J. e TAJFEL, H. *The Context of Social Psychology*. Londres: Academic Press, 1972.
- ISRAEL, J. “Stipulations and construction in the social sciences”, in ISRAEL, J. e TAJFEL, H. *The context of Social Psychology*, ed. Londres: Academic Press, 1972, pp. 123-211.
- JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber- representação, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOSCOVICI, S. e MARKOVÁ, I. *The Making of Modern Social Psychology: The Hidden Story of How an International Social Science was Created*. Cambridge, UK., Polity Press, 2006.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna - teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes, 1990.

Apêndice 1

Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado orientadas

TESES DE DOUTORADO

1. André Luiz Guerra da Silva. Uma Psicologia Social do Direito: Investigações sobre uma magistratura dissidente: da resistência à desistência. 2020.
2. Camila dos Santos Gonçalves. Para além das ausências no campo psicológico: investigação dos saberes e das práticas emergentes a partir de um acontecimento crítico em Santa Maria/RS/Brasil.. 2017.
3. Elismar Alves dos Santos. Representações Sociais e Sexualidade. 2014.
4. Rozalia Brandão Torres. Representação social dos areais e mídia. 2013. Coorientação.
5. Israel Kujawa. Políticas Públicas de Justiça e de Segurança: limites e possibilidades de emancipação de sujeitos envolvidos nas ações do Pronasci em Passo Fundo. 2012.
6. Moisés Romanini. Narrativas do Desassossego: do re-en-colhimento às práticas de acolhimento aos usuários de drogas na Rede de Atenção Psicossocial de Porto Alegre. 2012.
7. Daniela Duarte Dias. Consumo e modos de vida: problematizações sobre a estilística da existência e os modos de consumir. 2011.
8. Neura Cézar. A gestão das emoções na interação com a experiência televisiva dos jovens. 2011.

9. Cristiane Davina Redin Freitas. A Assistência Social na perspectiva dos usuários: representações sociais e ideologia. 2010.
10. Marcus Vinícius Castro Witzak. Nos olhos, na boca e no corpo: a ressignificação da vida após a aposentadoria por invalidez. 2009.
11. Denise Carvalho Tatim. Responsabilidade Social Empresarial: Representações Sociais e Ideologia. 2009.
12. Hélio Possamai. União dos Médicos-UNIMED: ambivalência e contradições. 2009.
13. Maria Luisa Carvalho. Economia de Comunhão: Representações Sociais e Ideologia de uma Nova Proposta de Responsabilidade Social. 2007.
14. Ney Roberto Vátimo Bruck. A Psicologia das Emergências: um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma.. 2007.
15. Denise Marcos Bussoletti. Infância Monotônicas - Uma rapsódia da Esperança: Estudo psicossocial cultural crítico sobre as representações do outro na escrita de pesquisa. 2007.
16. Aline Accorssi. Materializações do pensamento social sobre a pobreza. 2011. Co-orientação.
17. Adriane Vieira Ferrarini. Pobreza: a possibilidade de construção de políticas emancipatórias. 2007. Coorientação.
18. Márcia Pedroso. Carandiru e outras histórias: a representação social do preso encenada pela mídia cinematográfica. 2006.
19. Adriane Roso. Cultura Sexual e Reprodutiva em Tempos da Aids. Análise transcultural dos discursos relacionados à transmissão materna-infantil do HIV-1. 2005.
20. Lúcia Marques Stenzel. Histórias de Peso: uma análise psicossocial da cirurgia da obesidade. 2005.
21. Marília Veríssimo Veronese. A Psicologia na Transição Paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária. 2004.
22. Denise Amon. O espírito da comida: uma perspectiva a partir da psicologia social. 2004.
23. Flávia Maria Felipe. O Peso Social da Obesidade. 2001.
24. Carmem Lígia Iochins Grisci. Trabalho, Tempo e Subjetividade: A Reestruturação do trabalho Bancário. 2000.

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

1. Samantha Torres. Mídia e política: O Teatro de Rua como meio de comunicação radical. 2016.
2. Bruna Clézia Madeira Neri. Representações Sociais e Extrema Pobreza: uma investigação sobre modos e estratégias de (R)existência. 2014.
3. André Luiz Guerra da Silva. Ética & Política na Psicologia Absurda. 2014.
4. Vinicius Tonollier Pereira. A psicologia no mundo da vida: representações sociais sobre os(as) usuários(as) do CRAS.
5. Cristina Maria Fagundes Prisco. Tu não está ali, tu não existe. 2012.
6. Maria Isabel Lopes. A construção do Fato Político Midiático na Visão dos Políticos: Uma Interdependência Aparente. 2012.
7. Mariane Rigatti Hartmann. Representações Sociais da mídia sobre os usuários de drogas. 2011.
8. Cristiane Davina Redin Freitas. “Ele dorme e se acorda Comigo”: Representações Sociais do Programa Bolsa Família.. 2009.
9. Livia Disconsi Wolitz de Almeida. Geração de trabalho e renda, remando contra a maré. 2008.
10. Claudia Galante. Cidadãos Conectados: A Revolução das Vozes Alternativas. 2008.
11. Letícia Horn Oliveira. As políticas públicas e as práticas sócio-educativas voltadas a criança e ao adolescente. 2007.
12. Ana Luiza Castro. Ato Infracional, Exclusão e Adolescência: Construções Sociais. 2006.
13. Thaiani Farias Vinadé. Tempos de Leveza e Liquidez: as Revoluções Cotidianas na Militância Contemporâneas. 2006.
14. Caroline Zamboni Souza. Tá ligado?! Adolescência em ritmo de videoclipe. 2005.
15. Stéfani Caiaffo. Resistência e Militância: Cartografias da Contemporaneidade. 2004.
16. Marlise Hendges. Relações de Poder em comunidades religiosas. 2004.

17. Aline Accorssi. “Eles te dão o pão e não te dão a faca”: representações sociais e ideologia no Programa Coletivos de Trabalho. 2004.
18. Juliana Amoretti. Participação e Mudança: Representações Sociais Sobre Práticas Políticas na Voz de Delegados do Fórum Social Mundial. 2003.
19. Ari Gomes Pereira Junior. Do Encontro de Saberes às novas práticas de Prevenção da AIDS: Um estudo processual em Representações Sociais. 2003.
20. Valternandes de Carvalho. Tá Ligado? Uma Análise Interpretativa do Discurso do Jovem Adolescente sobre a Novela Malhação. 2002.
21. Ramiro Rombaldi Rodrigues. Representações Sociais, Mídia e Política: um estudo sobre as pesquisas de opinião pública veiculadas em épocas eleitorais. 2002.
22. Karina Preisig. Padecer no paraíso: um estudo das representações sociais, cultura e ideologia na educação infantil na família hoje. 2002.
23. Sandra Diamante. Do Sofrimento Psíquico à Representação Social da Doença Mental: a (con)formação de uma demanda. 2002.
24. Sandro Luis Degaraes. A Manifestação dos Níveis de Consciência em Movimentos Católicos. 2002.
25. Walkiria Graick Carizio. Mecanismos Ideológicos e Religião: Implicações e Contradições. 2002.
26. João Carlos Karling. A representação social do espaço público em meninos em situação de rua. 2001.
27. Maria Angela Villachan Lyra. Do Parto sem Dor à Dor do Parto: um Estudo em Representações Sociais e Ideologia. 2001.
28. Deolinda Silva. Religião: relação de dominação ou de libertação. 2001.
29. Giovana D. S. Avi. Informação Técnica não basta: As Representações Sociais da Aids em Profissionais de Saúde. 2000.
30. Maria Celina Ribeiro Lenzi. O Processo Grupal: uma anatomia da Crise. 2000.
31. Cistine Jaques Ribeiro. Facetas do cotidiano: o dia a dia dos assentamentos do MST. 2000.

32. Gelsa Rocha da Silva. Ancorando sonhos e realidades: Representações sociais e ideologia da aposentadoria. 2000.
33. Lúcia Marques Stenzel. A Dialética Obesidade/Magreza: Um estudo em Representações Sociais com Adolescentes. 2000.
34. Ania Chala. A imagem da Universidade Pública como Representação Social- Levantamento do Núcleo Central da Representação da UFRGS entre seus Estudantes da Graduação. 2000.
35. Fátima de Oliveira de Oliveira. A Paixão é uma bola: a Representação social e a ideologia do futebol. 1999.
36. Nelci Teresinha Tolotti. Trabalho Juvenil Educativa: Desafios e Perspectivas. 1999.
37. Graziela Cucchiarelli Werba; Mulher é bicho esquisito: todo mês sangra: Rerepresentações Sociais da Tensão Pré-menstrual para mulheres. 1999.
38. Souvenir Doneles. A Pesquisa Qualittiva no Marketing Eleitoral: orfientando os rumos da campanha. 1999.
39. Maria da Conceição Soares Beltrão Filha. O que temos para o jantar: uma análise ideológica da narrativa de Torre de Babel. 2000.
40. Marília Veríssimo Veron ense: a noite escura e bela: um estudo sobre o trabalho noturno. 1999.
41. Valeria Almeida Flores da Cunha. A construção do sujeito sindicalista: entre a resistê ncia e a reprodução. 1998.
42. Adriana Silveira Kessler. Capitalismo versus Socialismo: a Representação Social da Sociedade Alternativa. 1998.
43. Maria Florinda Allgayer Mendonça. Eles são mais amigos que professores e a gente acaba aprendendo: afetividade como popul-sora do conhecimento. 1998.
44. Mariangela Toaldo: Publicidade na ótica da Ética: estudo sobre sugestões das mensagens publicitárias. 1998.
45. Nelson Eduardo Estamado Rivero. Representação Social do Trabalho em pessoas com grave sofrimento psíquico. 1998.
46. Gislane Esmanhotto. Pobreza e procriação sob disfarces de reprodução: histórias e resistências. 1998.
47. Adroame Rubio Roso. Ideologia e Relações de Gênero. 1998.

48. Karla Maria Müller. *Media e Ideologia: um estudo sobre veículos de comunicação dirigida de entidades de classe*. 1997.
49. Denise Marcos Bussoletti. *Mulheres Sem Terra: identidade em representação*. 1997.
50. Marcelo de Oliveira Pereira. *O cinismo nas crônicas de Paulo Francis*. 1997.
51. Leonor Davila Brandão. *O adolescente e a televisão – um receptor passivo?* 1997.
52. Sílvia Koch Matins. *Adolescência e Recepção – a mídia em ritmo de video clip*. 1997.
53. Hélio Possamai. *Minha culpa, meu destino: a Representação Social do acidente de trabalho*. 1997.
54. Merli Leal Silva. *Publicidade e Ideologia: um estudo dos anúncios de beleza em Nova*. 19976.
55. Rosana Silveira Nora. *Relações afetivas e Adolescência: contradições com tradição*. 1996.
56. Paulo Valerio Maya. *Trabalho, Tempo Livre e Relações Capitalistas*. 1996.
57. Marcos de Oliveira Muller. *Identidade Narrativa e sofrimento*. 1996.
58. Lea Maria Ferraro Biasi. *A Política de Assistência Social dos Governos Municipais de Porto Alegre (1964-1994)*. 1996.
59. Jefferson de Souza Bernardes. *A Representação Social da Loucura: a face oculta do discurso médico*. 1995.
60. Sissi Malta Neves. *Psicodramatizando a construção da cidadania: o ser criança e adolescente em um Centro de Comunidade*. 1995.
61. Vini Rabassa da Silva. *Serviço Social, movimentos comunitários e cidadania – Em busca de uma metodologia*. 2001.
62. Denise Amon. *Decupando a significação na comunicação: um estudo teórico-metodológico para análise de comerciais de televisão*. 1994.
63. Vera Susana Lassance Moreira. *Mulher e Poder: estratégias de sobrevivência da mulher em cargos de chefia de organizações privadas*. 1994.
64. Camem Lógia Iochins Grisci. *Mulher-mãe – a ideologia patriarcal na reprodução das Relações de Gênero*. 1994.

65. Maria Aparecida Marqujes da Rocha. Algumas concepções a respeito da creche para criança de zero a dois anos. 1994.
66. Ariane Patrícia Ewaldt. A psiquiatria não tem cura: o mito Pinel na sociedade contemporânea. 1993.
67. Rosane Neves. Tempo e Subjetividade – em busca de novos paradigmas para a Psicologia Social. 1991.
68. Rudi Krindges. A Consciência de Classe. 1990.
69. Alzira Maria Baptista Lewgoy. Anatomia da Liberdade: um estudo da compreensão da liberdade em mulheres albergadas. 1990.
70. Vera Sonia Konowaluk. A fabricação do consenso: uma análise ideológica dos jornais internos de empresa. 1990.
71. Leo Flores Nunes. A Ideologia da reportagem policial. 1990.
72. RFejane Czermark. Cartografia na sala de aula: o aprendizado transformador. 1990.
73. Sandra Jovchelovitch. Trabalho e Sofrimento Psíquico. 1990.
74. Orvandil Moreira Barbosa. Dialética da Libertação – Pressupostos filosóficos e metodológicos do pensamento de Juan Luis Segundo. 1989.
75. Ivonilda Hansen. O ensino superior no Rio Grande do Sul: expansão e cise. 1988.
76. João Batista Ddias Barboza. Telecomunicações e informatização da sociedade industrial. 1988.
77. Izar Aparecida de Morfaes Xausa. A Logoterapia: uma psicologia humanista e espiritual. 1985.
78. Sheyla Maria Borowski. Independência afetiva e maturação do ego: um estudo dinâmico-comparativo entre crianças de creche e crianças sem esta vivência. 1995.
79. Maria Estelitga Gil Jung. Maternidade e Prematuridade – um estudo sobre a relação entre o desenvolvimento de prematuros e o desenvolvimento da maternagem. 1985.
80. Roque Dal Ross. Algumas contradições no movimento cooperativista – estudo de cooperativas agrícolas. 1985.
81. Ivete Fadel Rihan. Um estudo sobre os aspectos psicológicos da depressão e negação maníaca em pacientes mastectomizadas. 1984.

82. Alfredo Nestor Jerusalinsky. Autismo infantil e função materna – tentativa psicanalítica num campo interdisciplinar. 1984.
83. Barbara Souza Conte. Dinâmica do benefício secundário em indivíduos em processo de reabilitação por acidente. 1984.
84. Mires Gabardo Schmidt. Familiares de presos: relações entre o sistema penitenciário e a expectativa da família quanto à recuperação do apenado. 1984.
85. Nora Linck Fernandes Vieira. Mulher e Trabalho – um estudo do preconceito, da discriminação e do estereótipo sexual e seus efeitos na percepção do prestígio das profissões. 1984.
86. Camen Silveira de Oliveira. Psicologia Comunitária: discurso e prática. 1984.
87. Maria Inês Baccarin. Trabalho feminino x auto-estima: algumas considerações. 1984.
88. Regina Gonçalves de Almeida: a ideologia da canção popular – estudo para um relacionamento entre a história contemporânea do Brasil e do Chile e a canção popular. 1984.
89. Maria José Pachu. Auto-estima e condições sociais das prostitutas de Porto Alegre. 1982.
90. Sebastião Ovidio Gonçalves. Salário, motivação e estratégias de sobrevivência de trabalhadores urbanos. 1982.
91. Maria de Fátima Alves Augusto. Atitudes entre profissionais da área humanística e profissionais da área tecnológica quanto à adequação entre o aprendido na universidade e a realidade social. 1981.
92. Roberto José Porto Simões. Formação de atitudes através da informação. 1975.

Apêndice 2

Título e Autores da Coleção Psicologia Social – Editora Vozes

São muitos os e as colegas que me perguntam sobre a história da *Coleção Psicologia Social*. Tudo começou com uma provocação do editor do Setor Cultural da Editora Vozes, Lídio Peretti, em 1995, pois pensava que livros dentro de uma coleção eram mais fáceis de serem divulgados. Perguntei à Sandra Jovchelovitch, da LSE, se poderíamos trabalhar juntos: eu selecionaria livros daqui e ela de outros países. Discutíamos sempre as conveniências de publicação. *Olhando do Alto*, pode-se dizer que foi uma iniciativa muito oportuna, pois ajudou a divulgar o ensino e a pesquisa em Psicologia Social não só no Brasil, mas também nos países de fala hispânica. Nesse ano de 2020 chegamos a 40 títulos. Alguns poucos já não constam do catálogo. Outros continuam muitos procurados e muitos deles tiveram dezenas de edições. Conforme avaliação da Editora é a coleção que mais livros vendeu.

Tive o cuidado de ir guardando ao menos um exemplar de cada publicação. Aqui vão eles, com seus autores e co-autores, ou organizadores, e quando possível o número de edições:

1. Psicologia Social Contemporânea – Organizado por Maria da Graça Jacques, Marlene Strey, Nara Bernardes, Sérgio A. Carlos, Tânia Galli e Pedrinho Guareschi - 22 edições e mais alguns milhares de exemplares publicados em edições próprias pela Universidade Anhanguera.
2. As raízes da Psicologia Social Moderna – Robert Farr - 11 edições.
3. Representando a Alteridade – Organizado por Angela Arruda - 4 edições.
4. Paradigmas em Psicologia Social – Organizado por Regina Helena Campos e Pedrinho Guareschi - 7 edições.
5. Gênero, subjetividade e trabalho – Tânia Galli Fonseca
6. Psicologia Social Comunitária – Organizado por Regina Helena Campos e Pedrinho Guareschi – 22 edições.
7. Textos em Representações Sociais – Organizado por Pedrinho Guareschi e Sandra Jovchelovitch – 11 edições.
8. As artimanhas da exclusão – Organizado por Bader Sawaia – 15 edições
9. Representações Sociais e Esfera Pública – Sandra Jovchelovitch – 2 edições
10. Os construtores da informação – Pedrinho Guareschi – 2 edições
11. Psicologia social do racismo – Iray Carone e Maria Aparecida S. Bento – 2 edições.
12. Psicologia social nos estudos culturais – organizado por Neuza M. F. Guareschi e Michel E. Bruschi.
13. Psicologia social e saúde – Mary Jane Spink – 10 edições.
14. Representações sociais – investigações em Psicologia Social - Serge Moscovici – 12 edições.
15. Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky – Susana I. Molon.
16. O social na psicologia e a psicologia social – Fernando González Rey – 2 edições.
17. Loucura e representações sociais – Denise Jodelet – 2 edições
18. Método histórico-social na psicologia social – Organizado por Sueli T.F. Martins.
19. A invenção da psicologia social – Rosane Neves da Silva.

20. Dialogicidade e representações sociais – Ivana Marková – 2 edições.
21. Psicologia do Cotidiano – representações sociais em ação – organizado por Marília Veronese e Pedrinho Guareschi – 2 edições.
22. Argumentando e pensando – Michael Billig – 2 edições.
23. Os contextos do saber – Sandra Jovchelovitch – 2 edições.
24. Políticas públicas e assistência social – Lilian R. da Cruz e Neuza Guareschi.
25. A identidade em psicologia social – Jean Claude Deschamps e Pascal Moliner.
26. A invenção da sociedade – Psicologia e Sociologia - Serge Moscovici.
27. Psicologia das minorias ativas – Serge Moscovici - 2 edições.
28. Inventando nossos selfs – Nikolas Rose.
29. A psicanálise, sua imagem e seu público – Serge Moscovici.
30. O psicólogo e as políticas públicas de assistência social – Lilian R. da Cruz e Neuza Guareschi.
31. Envelhecendo com apetite pela vida – organizado por Sueli S. Santos e Sérgio A. Carlos.
32. A análise institucional – René Lourau.
33. Psicologia Social da Comida – Denise Amon.
34. As representações sociais nas sociedades em mudança – organizado por Jorge Jesuino, Felismina Mendes e Manuel J. Lopes.
35. Grupos, organizações e instituições – Georges Lapassade.
36. A Psicologia social da comunicação – organizado por Derek Hook, Bradley Franks e Martin Bauer.
37. Crítica e libertação na psicologia - Ignácio Martin-Baró.
38. Psicologia Social do Trabalho – organizado por Leny Sato, Maria Chaflin Coutinho e Maria H. Bernardo.
39. Psicologia e Assistência Social – organizado por Lílian Rodrigues da Cruz, Neuza Guareschi e Bruna Moraes Battistelli.
40. Psicologia política marginal, organizado por Aline Reis Calvo Hernandez e Pedrinho Guareschi. Vozes, Petrópolis, maio de 2020.

Apêndice 3

Livros e Traduções

COMO ÚNICO AUTOR:

1. Comunicação e Poder – A presença e o papel dos meios de comunicação de massa na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1980 (13 edições).
2. A Cruz e o Poder – A Irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões. Petrópolis: Vozes, 1984.
3. Sociologia Crítica – Alternativas de Mudança. Porto Alegre: Edipucrs – Mundo Jovem. 1984. (64 edições). Traduzido para o espanhol e para o inglês.
4. Ensino Social da Igreja e Ideologia. Petrópolis: Vozes. 1994.
5. Sociologia da Prática Social – classe, estado e ideologia em diálogo com Erik Wright. Petrópolis: Vozes, 1992 (3 edições) . Traduzido para o inglês.
6. Os Aprendizes da sobrevivência. Recife: Editora Universitária, 1992.
7. Os Construtores da Informação: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2003 (2 edições).
8. Psicologia Social Crítica – como prática de libertação. Porto Alegre: Edipucrs, 2004 (7 edições).
9. O Direito Humano à Comunicação – pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2013 (3 edições).
10. Mídia, Educação e Cidadania – para uma leitura crítica da mídia. Porto Alegre: Evangraf (3 edições), 2016.
11. Olhares do Alto – Ensaios Críticos. Porto Alegre: Evangraf, 2020.

COM AUTORES PARCEIROS:

1. A máquina Capitalista, com Roberto Ramos. Petrópolis: Vozes, 2000 (5 edições).
2. A Fala do Trabalhador, com Carmem Grisci. Petrópolis: Vozes: 1993.
3. Mídia, Educação e Cidadania: tudo o que você deve saber sobre mídia, com Osvaldo Biz. Petrópolis: Vozes, 2005 (3 edições).
4. Mídia e Cidadania, com Osvaldo Biz. Proto Alegre: /Evangraf, 2008 (5 edições).
5. O Desafio dos Limites: um enfoque psicossocial na educação dos filhos, com Karina Preisig. Petrópolis: Vozes, 2004 (2 edições).
6. Igreja Questionada, com Pedro Ruedell e Carmem Grisci. Petrópolis: Vozes, 1993,
7. Consciência moral emergente, com Luiz Carlos Susin. Aparecida: Editora Santuário, 1989.
8. Bullying: mais sério do que se imagina, com Michele Silva, Amanda Armani, Clarissa da Rosa, Daniela Boucinha, Fernanda Azevedo, Joana Bello e Luiza Feijó. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008 (2 edições).

COMO ORGANIZADOR E AUTOR:

1. Psicologia, Comunicação e Pós-Verdade, com Denise Amon e André Guerra. Florianópolis: Abrapso Editora, 2019 (terceira edição).
2. Uma nova comunicação é possível: mídia, ética e política. Porto Alegre: Evangraf, 2002.
3. Territórios de Exclusão: investigações em Representações Sociais, com Hélio Possamai. Porto Alegre: Abrapsosul, 2009.
4. Textos e Debates em Representações Sociais, com Edna Chamon e Pedro H. Campos. Porto Alegre: Evangraf, 2014.
5. Representações Sociais em Movimento: Psicologia do Ativismo Político, com Aline Hernández e Manuel Cárdenas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

6. Comunicação e Controle Social. Petrópolis: Vozes, 2004 (6 edições).
7. Psicologia Social Contemporânea, com Maria da G. Jaques, Marlene Strey, Nara Bernardes, Sérgio Carlos e Tânia Fonseca. Petrópolis: Vozes (21 edições).
8. Psicologia Social do Cotidiano – representações sociais em ação, com Marília Veronese. Petrópolis: Vozes, 2007.
9. Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana, com Regina Helena Campos. Petrópolis: Vozes, 2010.
10. Psicologia em questão: reflexões sobre a contemporaneidade, com Adolfo Pizzinato, Liara Krüger, Monica Macedo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
11. Ética e Paradigmas na Psicologia Social, com Katia Ploner, Lísia Michels e Luciane Schindwein. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.
12. Textos em Representações Sociais, com Sandra Jovchelovitch. Petrópolis: Vozes (16 edições).
13. Relações Sociais e Ética, com Maria L.T. Nunes e Nara Bernardes. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1995.
14. Mutirão da Comunicação, com Maiko Deffaveri. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2010 (online).
15. Diário Gaúcho: Que discurso? Que responsabilidade social?, com Osvaldo Biz. Porto Alegre: Evangraf, 2003.

TRADUÇÕES:

1. Reconstruindo o Marxismo: ensaios sobre explicação e teorias da História, de Erik Wright, Elliott Sober e Andrew Devine. Petrópolis: Vozes, 1903.
2. Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa, de John B. Thompson (com o Grupo de Leitura). Petrópolis: Vozes, 1995.
3. As Raízes da Psicologia Social Moderna, de Robert M. Farr. Petrópolis: Vozes, 1998.

4. Movimento escoteiro, desporto e natureza: de Pio XII a João Paulo II, de Monges da Abadia de Solesmes. Bauru: EDUSC, 1999.
5. O escândalo político; poder e visibilidade na era da mídia, de John B. Thompson. Petrópolis: Vozes, 2002.
6. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, de Martin Bauer e George Gaskell. Petrópolis: Vozes, 2003.
7. Representações Sociais: investigações em Psicologia Social, de Serge Moscovici. Petrópolis: Vozes, 2003.
8. Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura, de Sandra Jovchelovitch. Petrópolis: Vozes, 2008.
9. Psicologia das minorias ativas, de Serge Moscovici (com o Grupo de Leitura). Petrópolis: Vozes, 2010.

Impressão:

Evangraf

Rua Waldomiro Schapke, 77 - POA/RS

Fone: (51) 3336.2466 - (51) 3336.0422

E-mail: evangraf.adm@terra.com.br